

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**O arquiteto e o zelador:  
Patrimônio Cultural, História e Memória  
São Miguel das Missões (1937-1950)**

**LETICIA BAUER**

Dissertação de Mestrado

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra Jatahy Pesavento

Porto Alegre, 2006.

## **Agradecimentos**

Ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que, por meio de seus professores, contribuiu imensamente para meu crescimento intelectual. Ao apoio financeiro proporcionado pelo CNPq no primeiro semestre do mestrado.

À orientadora Sandra Jatahy Pesavento pelas inúmeras qualidades, entre as quais destaco a interminável paciência com minhas “idas e vindas”, sua inteligência ímpar e sua solidariedade nos momentos mais difíceis. Obrigada, professora, pela acolhida, pelo cuidado e pela generosidade que sempre teve comigo. Sem dúvida sem seu apoio este trabalho não teria “sobrevivido”.

Aos funcionários dos arquivos da Fundação Casa de Rui Barbosa e Noronha Santos, por viabilizarem minha pesquisa de forma atenciosa. À família de Augusto Meyer, por autorizar a duplicação da documentação. Ao Museu Getúlio Vargas, pela rica coleção de fotografias, ao Museu Antropológico Diretor Pestana, pelo acesso à entrevista de João Hugo Machado. Aos moradores, amigos, quase informantes de São Miguel das Missões, principalmente Carlos Machado. A Vladimir Stello, do Escritório Técnico do IPHAN em São Miguel das Missões, pela cedência de fotos e documentos. A Geraldina Batista de Oliveira, pelo carinho e amizade de mãe, e a sua família,

pela acolhida. A Eduardo Mothci, sempre divertido e eficiente, que resolveu problemas de todas as ordens. A Hévila Gatelli Fróes, pelo apoio e amizade ao longo de nossas tardes de trabalho a quase 40°C (divas, não?!). Obrigada a todos vocês pela nossa convivência em São Miguel das Missões.

Aos colegas de mestrado Viviane Borges, Aristeu Lopes, Luciana Losan, Ailana Amorim e Nórís Martins Leal que, mesmo longe, sempre deram um jeito de saber por onde eu andava. Obrigada pela parceria, pelas infinitas gargalhadas (geralmente de nossa desgraça, não?) e pelo apoio nessa etapa final.

Carla Berto, Jean Baptista, Marina Cañas, João Paulo Schwerz, Kelly Fahrion e Eduardo Hahn: o parágrafo de agradecimento a vocês ficaria do tamanho da dissertação! Vocês sabem, não é? Obrigada por nossa amizade tão sólida, tão reconfortante, tão fundamental para minha vida. Juras de amor eterno! Aos meus igualmente amigos, Pedro Cunha, Maurício Azevedo, Alberto Wolle, que compuseram o grupo de “apoiadores da madrugada”, sempre conectados nas “horas mortas da noite”! Obrigada pela parceria!

Aos meus familiares Marília Brandt e Raquel Giordani, obrigada pela animação, principalmente nessa reta final, pela torcida e pela ajuda de última hora (o valor do *pendrive*, certo?!). A Assunta velha de guerra, parceira sempre, se foi antes de me ver mais corada! Finalmente, aos meus pais, Sonia e Ricardo Bauer. Sem eles, nada feito. Tão amigos, tão preocupados, tão animados, tão atenciosos, tão amorosos, sempre prontos a entrar nos 45

minutos do segundo tempo para ajudar a ganhar o jogo! Acho que foi, né?

Beijos com amor. Dedico a vocês esta dissertação.

## RESUMO

Este trabalho pretende debater algumas das possíveis relações entre a História e o campo do patrimônio cultural, particularizado pelos remanescentes da redução de São Miguel Arcanjo e Museu das Missões, tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Busca compreender em que medida e por quais processos o arquiteto Lucio Costa e o zelador Hugo Machado, por meio de suas atuações junto aos remanescentes, aproximaram-se da operação historiográfica e atuaram, cada qual ao seu modo, na conformação de uma narrativa sobre Missões por meio da organização e preservação dos referidos bens culturais. Num primeiro momento, apresento pontos da trajetória do IPHAN, buscando identificar aspectos que caracterizam a ação de seleção e preservação do patrimônio cultural em nível federal e que julgo serem importantes para a composição de um quadro interpretativo das ações do arquiteto e do zelador em São Miguel entre 1937 e 1950. Em seguida, particularizo a análise das atuações de Lucio Costa e Hugo Machado, relacionando-as, na medida do possível, com a conformação de uma narrativa específica sobre a experiência missioneira, desenvolvida a partir da relação entre temporalidades distintas e do trânsito entre História e Memória.

## ABSTRACT

This research presents a debate on a possible relationship between History and the cultural heritage field, distinguished by the remainders of São Miguel Arcanjo reduction and the Missions Museum, both protected by the National Institute of Historic and Artistic Heritage (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN). The study attempts to understand by which processes the architect Lucio Costa and the caretaker Hugo Machado, by means of their performances at the remainders, came close at the historiographical operation and acted, each one in his own way, on the Missions narrative building, through the organization and preservation of the related cultural heritage. At a first moment, I present some points of IPHAN's trajectory attempting to identify aspects that characterize the election and preservation of the cultural heritage in federal level, and which I judge important for the construction of an interpretative frame on the architect and the caretaker actions in São Miguel between 1937 and 1950. After that, I focus the analysis at the performances of Lucio Costa and Hugo Machado, relating them as possible to the construction of a specific narrative on Missions experience, developed by the relationship of different temporalities and by the transit between History and Memory.

## ÍNDICE

Agradecimentos

Resumo

Abstract

Introdução .....1

Capítulo1 - Patrimônio cultural no Brasil: trajetória e considerações .....30

1.1 Patrimônio cultural e IPHAN: construções, caracterizações e usos  
possíveis do termo .....31

1.2 Pesquisa e ação do IPHAN no Rio Grande do Sul: a especificidade da  
temática missioneira.....52

Capítulo 2 - O arquiteto no campo da História: Lucio Costa dá sentido  
ao naufrágio .....65

2.1 Plano e interpretação: a reordenação imaginária de Lucio Costa .....68

2.2 A aplicação do plano em campo: as obras de reordenação do  
espaço.....95

Capítulo 3 - O zelador:Hugo Machado transita pela Memória.....	111
Considerações finais .....	144
Referências bibliográficas.....	156

## Lista de imagens

1. Ruínas de São Miguel Arcanjo [s.d.]. Vista interna. Arquivo Noronha Santos. Rio de Janeiro/RJ .....66
2. Lucio Costa, Leleta e Augusto Meyer nas ruínas de São Miguel Arcanjo [1937]. Arquivo da 12ªSR/IPHAN.....67
3. Vista interna do Museu das Missões [1941]. Arquivo do Museu Getúlio Vargas. São Borja/RS.....80
4. Vista do Museu das Missões a partir da torre da igreja [1941]. Arquivo do Museu Getúlio Vargas. São Borja/RS .....80
5. Fachada leste do Museu das Missões [1941]. Arquivo do Museu Getúlio Vargas. São Borja/RS .....81
6. Obras de consolidação na igreja de São Miguel Arcanjo [entre 1938 e 1940]. Arquivo Noronha Santos. Rio de Janeiro/RJ .....95
7. Obras de edificação do Museu das Missões [entre 1938 e 1940]. Arquivo Noronha Santos. Rio de Janeiro/RJ.....97
8. Painel da primeira exposição de longa duração do Museu das Missões [1941]. Arquivo do Museu Getúlio Vargas. São Borja/RS .....99
9. Vista interna do Museu das Missões [1941]. Arquivo do Museu Getúlio Vargas. São Borja/RS .....100
10. Vista interna do Museu das Missões [1941]. Arquivo do Museu Getúlio Vargas. São Borja/RS .....101
11. Texto. Vista interna do Museu das Missões [1941]. Arquivo do Museu Getúlio Vargas. São Borja/RS .....103
12. Hugo Machado [c.a. 1940]. Arquivo da 12ª SR/IPHAN.....113
13. Alpendre e santos coletados [c.a.1940]. Arquivo pessoal de Eunice de Oliveira.....114
14. Piquenique nas ruínas [c.a. 1950]. Arquivo da 12ª SR/ IPHAN. ....128

# Introdução

*Esse palácio [A História] é, para nós, um verdadeiro labirinto; a ciência dá-nos fórmulas bem construídas que nos permitem encontrar saídas, mas que não nos fornecem a planta do prédio.*

(Paul Veyne, Como se escreve a história)

O estudo do patrimônio cultural<sup>1</sup> ainda tem pouco destaque nas discussões acadêmicas da disciplina histórica. Tema de antropólogos ou arquitetos, dificilmente produz extensos debates em discussões que se relacionam à historiografia ou, de forma aparentemente mais simples, à prática do historiador.

Esta dissertação objetiva compreender em que medida e por quais meios é possível aproximar a atuação do arquiteto Lucio Costa e do zelador João Hugo

---

<sup>1</sup> Patrimônio cultural pode ser compreendido como o conjunto de bens móveis e imóveis reconhecidos e protegidos por meio de instrumentos legais que, no caso do Brasil, correspondem ao tombamento em nível federal, estadual ou municipal. Esta definição, em sentido estrito, pode significar a incorporação de um discurso orientado numa perspectiva elitista, que possui como pressuposto a eleição de exemplares “nobres”, dignos de reconhecimento merecidamente oficial. Segundo Sérgio Miceli, ao observar-se as listas de bens tombados pelo IPHAN, é possível dar-se conta que estavam representadas todas as frações da classe dirigente brasileira, em diversos ramos (MICELI, 1987:44). Essa perspectiva, portanto, aponta para uma eleição restrita, norteada por interesses de classe. Tal afirmativa, ainda que dotada de certa razão, pode ser desdobrada em outras considerações, buscando ultrapassar a perspectiva que aponta para a constituição do patrimônio unicamente como uma ação arbitrária do Estado.

Machado à organização de uma narrativa histórica, particularizada por suas atuações junto aos remanescentes de São Miguel Arcanjo e Museu das Missões, no noroeste do Rio Grande do Sul. O patrimônio cultural constituiu a base para tal discussão que privilegia a reordenação e interpretação que o arquiteto e o zelador, cada qual ao seu modo, realizaram dos remanescentes materiais da experiência histórica missioneira. As relações entre passado e presente e o trânsito entre História e Memória constituíram matéria-prima para tais reflexões.

A discussão sobre o que constitui efetivamente o patrimônio de um grupo é longa e a arbitrariedade eletiva inerente é constantemente criticada por profissionais de diversas áreas, notadamente das Ciências Sociais. Seguidamente, antropólogos qualificam negativamente os processos de preservação capitaneados pelas instituições oficiais, argumentando em “defesa” das comunidades diretamente relacionadas aos bens sujeitos à proteção oficial<sup>2</sup>. Enquanto isso, continua a aumentar o número de visitantes aos bens culturais tombados, sejam eles sítios arqueológicos ou cidades históricas, num contexto de intensificação da chamada indústria cultural, notadamente ligada ao turismo<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Podem ser citados como exemplo desta postura Bernardo Lewgoy (1992), Flávio Leonel Silveira (2004), Ceres Karam Brum (2005). A atuação dos técnicos do patrimônio, na maioria dos trabalhos realizados por pesquisadores das Ciências Sociais, tende a ser qualificada como autoritária, restritiva e desvinculada dos interesses da comunidade envolvida no processo de preservação.

<sup>3</sup> Choay tece interessantes considerações acerca do crescimento, na maioria das vezes descontrolado, do afluxo de visitantes ao patrimônio tombado, bem como sobre o que a autora denomina de “animação cultural”, supostas formas de mediação facilitadoras da relação entre público e patrimônio: “*Levadas a extremos, a animação cultural torna-se exatamente o inverso da mise-en-scène do monumento, que ela transforma em teatro ou cena. O edifício entra em concorrência com um espetáculo ou um ‘evento’ que lhe é imposto, em sua autonomia*” (CHOAY, 2001:216). Tratando do que denomina pós-modernização da cultura, Marta Anico afirma que “*Perante uma ameaça de ruptura e desaparecimento de referentes culturais em face de uma eventualidade da sua assimilação por uma cultura transnacional, por vezes real, por vezes imaginada, assistiu-se a uma crescente valorização das identidades colectivas locais, a qual tem sido acompanhada, não raras vezes, por um sentimento nostálgico em relação ao passado, que é,*

Patrimônio virou moda? Se é possível compreender o patrimônio cultural a partir da definição de Eunice Durham, como algo construído em função da relação entre a carga simbólica acumulada por um bem ao longo do tempo e os novos usos e significações efetivados pelos indivíduos em relação a ele (DURHAM, 1984:30-31), é fato que existe um processo de escolha legitimado, na maioria das vezes, por um grupo reduzido de técnicos autorizados. O patrimônio cultural é, também, “...um espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos” (CANCLINI, 1994:97). Espaço de disputa e conflito, mas também de troca de influências e base para diálogo.

É notável a ausência do tema em debates historiográficos aparentemente considerados mais sérios e mais apropriados para receberem a atenção de historiadores. Enquanto isso, milhares de crianças acompanham seus professores em visitas a museus e lugares considerados históricos para aprender e/ou aprofundar seus conhecimentos sobre temas vinculados à História brasileira. O Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo e o Museu das Missões, diretamente vinculados à discussão deste trabalho, são visitados anualmente por cerca de 50 mil pessoas, dentre as quais cerca de 70% são estudantes do Ensino Fundamental e Médio.

---

*e função das circunstâncias e necessidades do presente, resgatado, interpretado, recriado, inventado e processado através da mitologia, das ideologias, dos nacionalismos, do romanticismo, dos localismos e, em alguns contextos, da gestão e do marketing cultural...” (ANICO, 2005:74).*

A referência ao patrimônio cultural nos meios de comunicação também tem inegavelmente crescido<sup>4</sup>, sempre acompanhado em discursos e matérias por termos como memória, história, resgate, valorização, identidade, cultura, tradição... Será possível argumentar sobre o que Andreas Huyssen (2000:9) definiu como deslocamento dos futuros presentes para os passados presentes?

A preservação de remanescentes de outras épocas da trajetória histórica de determinados lugares situa-se num complexo contexto de reflexão, que remete a questões que se referem, direta ou indiretamente, às formas de relação do homem com seu passado. Se, em última instância, indagar por que as pessoas visitam lugares históricos irremediavelmente remete ao campo do imponderável, investigar algumas das questões envolvidas nessa relação parece ser um caminho interessante.

O tempo no patrimônio, um passado/presente ambíguo na “performance” do patrimônio cultural em relação às pessoas que o visitam, é dado inevitável na sociedade e, porque não dizer, na prática historiográfica. Segundo Hobsbawm:

Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (...). O passado é (...) uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições (...). O problema para os historiadores é analisar a natureza desse ‘sentido do passado’ na sociedade e localizar suas mudanças e transformações (1998:22).

---

<sup>4</sup> Segundo Le Goff “A aceleração da história (...) levou as massas dos países industrializados a ligarem-se nostalgicamente às suas raízes: daí a moda retrô, o gosto pela história e pela arqueologia, o interesse pelo folclore, o entusiasmo pela fotografia, criadora de memórias e recordações, o prestígio da noção de patrimônio” (1994:220).

Esse passado, ao qual se refere Hobsbawm, sem dúvida, é ingrediente indissociável da cultura<sup>5</sup> e identidade<sup>6</sup> dos grupos. Busco particularizar esta discussão no campo do patrimônio cultural e explorar algumas possibilidades.

Tempo transcorrido sempre foi matéria-prima do ofício do historiador. Resta saber por que, caso exista uma explicação, os processos e conceitos ligados ao que este passado, quando localizados no campo do patrimônio cultural, transformam-se majoritariamente em objetos de estudo de outras ciências humanas e não da História. É possível citar um número reduzido de trabalhos, salvo maior desconhecimento, que tratam da construção do conhecimento histórico relacionado à área do patrimônio cultural<sup>7</sup>.

### **Breve trajetória dos estudos sobre patrimônio**

São diversos os estudos que propõem a análise da trajetória do IPHAN enquanto esfera institucional responsável pela criação e aplicação de políticas de preservação em âmbito federal. A grande maioria deles observa a particularidade da formação da instituição e a composição de seu corpo técnico, principalmente por meio de suas escolhas e estratégias de atuação. Cito os trabalhos a seguir

---

<sup>5</sup> Entendo cultura como uma teia de significados tecida pelo próprio homem (GEERTZ, 1989:15) ou, ainda, como uma jaula flexível e invisível, dentro da qual se exercita a liberdade condicionada dos indivíduos (GINZBURG, 1987:27).

<sup>6</sup> Parto de uma perspectiva que leva em consideração o reconhecimento de uma série de características que identificam e são identificadas como traços identitários de um grupo por meio de um processo seletivo (BARTH in POUTIGNAT, STREIFF-FENART, 1998:193). Essa seleção inclui os aspectos que serão utilizados para que um indivíduo fale sobre si e sobre seu grupo, incluindo nele aspectos do passado (individual e/ou coletivo).

<sup>7</sup> Mérito aqui para os trabalhos de Ulpiano Bezerra de Menezes (1994), Letícia Nedel (1999) e Zita Possamai (1998). Ainda assim, a discussão volta-se especificamente para o espaço museológico.

como forma de balizar, por meio de tais interlocutores, alguns dos percursos que atentei ao longo da pesquisa. Os primeiros trabalhos referidos apontam justamente para questões que envolvem a *seleção* e *organização* dos bens culturais eleitos para proteção pelo IPHAN. Compreendo que os estudos a seguir primam pela preocupação com a ordenação da narrativa vinculada ao passado, neste caso nacional, pautado pela ação oficial em nível federal, com exceção do artigo de Antônio Augusto Arantes, que se destaca pela análise da perspectiva daqueles que “sofrem” a ação do patrimônio e o descompasso existente entre a ação dos intelectuais preservacionistas e a compreensão dos moradores das localidades visadas pelo IPHAN.

O trabalho de Maria Cecília Londres da Fonseca (1997), intitulado *O patrimônio em processo: trajetória da política de preservação no Brasil*, parte desse pressuposto. A autora traça o processo de construção do patrimônio histórico e artístico brasileiro numa perspectiva diacrônica que inicia em 1936 e é dividida em duas etapas: um primeiro momento, a “fase heróica”, identificada com Rodrigo Melo Franco de Andrade, e a “fase moderna”, associada a Aloísio Magalhães, que inicia em finais da década de 70 e início de 80, enfatizada no trabalho. Identificadas respectivamente com a “pedra e cal” – ligado ao tombamento e ao predomínio dos aspectos artístico-arquitetônicos – e a “referência” – relacionada ao Centro Nacional de Referência Cultural – tais fases são trabalhadas pela autora em suas continuidades e rupturas, ainda que reconheça a permanência, na prática, de atos da primeira fase, como o tombamento. Após definições de patrimônio e análise do processo de construção deste conceito, Cecília Londres

desdobra seu trabalho, sempre delimitado por um campo de análise bastante definido: o estudo do processo de seleção e valoração dos bens a serem tombados, enfatizando as formas pelas quais estas políticas foram implementadas no Brasil e, ainda, a relação entre instituição e sociedade civil, mesmo que já na introdução exclua a questão da apropriação que os grupos fazem dos bens tombados e da política de preservação. Percebendo instrumentos e agentes de preservação, Cecília Londres passa pela relação dos intelectuais com o Estado em diversos períodos, tais como o Estado Novo e o regime militar, acompanhando o contexto político de cada época e explicitando, por meio de uma pesquisa consistente, suas apreciações sobre as políticas públicas, diferenciadas de uma política estatal. Sempre posicionada criticamente face à trajetória do IPHAN, a autora tem como mérito reunir e analisar a trajetória de preservação do patrimônio brasileiro, encerrando seu trabalho com um balanço desse processo. Sua atenção não se volta a nenhum caso específico, mas para as ações empreendidas pelas sucessivas direções do IPHAN.

A composição do IPHAN é o tema de *Nasce a academia SPHAN*, de Mariza Veloso Motta Santos (1996)<sup>8</sup>. A partir de extensa pesquisa, a autora objetiva perceber como o discurso do IPHAN se constrói e institucionaliza. Na instituição, a autora percebe a institucionalização de um lugar de fala, “...*que permite a emergência de uma formação discursiva específica, cuja dinâmica simbólica é dada pela permanente tematização do significado das categorias de histórico, de*

---

<sup>8</sup> Este trabalho é baseado na tese de doutorado da autora, intitulado “O tecido e o tempo: a constituição da idéia de patrimônio cultural no Brasil entre 1920 e 1970”, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, em 1992.

*passado, de estético, de nacional, de exemplar, tendo como eixo articulador a idéia de patrimônio*” (SANTOS, 1996:77). A autora centraliza grande parte de seu estudo nos intelectuais de 30 que integraram a instituição, a exemplo de Rodrigo Melo Franco de Andrade, cuja biografia, segundo a autora, confunde-se com a do SPHAN. Lucio Costa é indicado como um dos principais articuladores dos princípios sobre os quais se armam as narrativas sobre o patrimônio, em conjunto com Oscar Niemeyer e Mário de Andrade, por exemplo. A Academia, assim reconhecida por ser um espaço de debate e argumentação, teria nascido, segundo Mariza Santos, ancorada numa idéia de registro da nação (SANTOS, 1996:78), cujo passado era preciso alcançar, configurar e emoldurar. A autora busca perceber quais as narrativas, categorias discursivas e estratégias simbólicas que o SPHAN se valeu para sua prática. Nesta interpretação, os intelectuais são o centro da análise, vistos pela autora como aglutinadores e intérpretes de mensagens. Os procedimentos e estratégias do SPHAN teriam como objetivo dar visibilidade à nação e à própria atuação do grupo (SANTOS, 1996:88). Segundo Mariza Santos, a partir da criação do SPHAN, construiu-se também um texto sobre o Brasil. Os monumentos tombados eram uma forma de salvar a nação do esquecimento. A cultura brasileira formada pelo discurso e atuação do SPHAN responderia, em grande parte, ao que o grupo de intelectuais pretendia ver como tal (SANTOS, 1996:95).

O estudo *O mapa do Brasil passado*, de Silvana Rubino (1996)<sup>9</sup>, traça um panorama da ação do IPHAN a partir de uma pesquisa que revela dados e

---

<sup>9</sup> Este trabalho constitui parte da dissertação de mestrado da autora, intitulada “As fachadas da história: as origens, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1936-1967, defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 1992.

critérios utilizados pela instituição, durante toda a sua trajetória, para compor o conjunto de bens tombados em nível nacional, centralizando-se principalmente na chamada “fase heróica”, quando a instituição esteve sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Após um levantamento e formação de tabelas demonstrativas, a autora identifica alguns aspectos que corroboram o trabalho de Mariza Santos: o SPHAN recompôs quatro séculos de Brasil e ofereceu um auto-retrato de uma geração que marcou a vida intelectual brasileira (RUBINO, 1996:105). A formação de um passado a partir de critérios “arbitrários” tornou-o um passado construído pelo SPHAN. Segundo a autora, a instituição elegeu determinadas épocas para concentrar seus estudos e tombamentos, incluindo também obras contemporâneas de arquitetos modernistas, privilegiando épocas em detrimento de outras. Nas palavras da autora, “*O país que foi passado a limpo formando um conjunto de bens móveis e imóveis tombados tem lugares e tempos privilegiados*” (RUBINO, 1996:97). As pesquisas de Mariza Veloso e Silvana Rubino contribuem imensamente para a análise das escolhas do IPHAN ao longo do tempo e para o debate acerca do passado formado arbitrariamente por tal seleção. De certa forma, ambas buscam perceber qual o discurso articulado em nível macro pela instituição preservacionista brasileira, analisando tempos e bens privilegiados para proteção e, conseqüentemente, para referência e indicação identitária.

José Reginaldo Santos Gonçalves, por sua vez, propõe a análise das formas discursivas sobre patrimônio cultural brasileiro no trabalho *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil* (1996). Contrapondo, a partir do segundo capítulo, as perspectivas de Rodrigo Melo Franco de Andrade e

Aloísio Magalhães, delimita sua análise dos anos 30 aos 80. Reginaldo Gonçalves (1996:36) toca em questões que envolvem a construção da noção de patrimônio e suas relações com a história, cultura e nação, e a associação destes com a trajetória da construção da formação nacional, identificadas, por sua vez, com a figura dos dois intelectuais anteriormente citados. Ao referir-se à apropriação da cultura nacional, já no terceiro capítulo, Reginaldo Gonçalves trata de questões que se referem à relação entre apropriação e perda da cultura nacional (1996:89). Uma das interpretações finais do autor diz respeito à leitura das narrativas de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães que, segundo o autor, *“...dramatizam uma interminável busca por uma ‘autêntica’ identidade nacional brasileira”* (1996:138), ou ainda, como o patrimônio cultural brasileiro sendo representado como o *“...efeito de uma tensão entre o que não é mais e o que não é ainda, e a formação da nação como um processo aberto e inconcluso”* (1996:139). O trabalho de Reginaldo Gonçalves pode ser considerado como um dos melhores na área, dada a análise acurada dos discursos de Rodrigo Melo e Aloísio Magalhães e a riqueza das relações traçadas entre as atuações de ambos e os conceitos estreitamente ligados ao campo do patrimônio cultural.

Enfatiza-se que estes quatro estudos convergem na tentativa de traçar o discurso e atuação da instituição, centralizando suas interpretações na figura dos intelectuais que fizeram parte do quadro técnico do IPHAN. Assim, não tratam da população diretamente relacionada a todo processo de tombamento e preservação. Apresentam a instituição e seus intelectuais como determinantes nesse processo, ignorando as ações e reações daqueles que supostamente estão

“do outro lado” da ação do IPHAN. Mesmo que reconheçam a existência desta variável, predomina nesse trabalho somente a perspectiva institucional.

A obra organizada pelo antropólogo Antônio Augusto Arantes (1984) intitulada *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*, reúne uma série de artigos que foram apresentados em seminário organizado pelos historiadores e arquitetos do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo (CONDEPHAAT). Frente à provável inadequação de uma análise genérica de todos os artigos, focalizo o estudo de Antônio Augusto Arantes *Revitalização da capela de São Miguel Paulista*, que julgo relacionável à dissertação. Antropólogo, Arantes descreve, a partir de um trabalho de campo na localidade, os usos que a população local fazia da capela de São Miguel Paulista, para além de qualquer valoração “técnico-histórica”. O estudo, a pedido de um órgão do Estado de São Paulo, visava contribuir para a revitalização de edifícios de interesse histórico e “monumentos nacionais”. Segundo Arantes:

Essa preocupação remetia a um problema (...) que é o da revitalização de ‘monumentos nacionais’ localizados em áreas ocupadas por segmentos da sociedade que não, necessariamente, compartilham das concepções que constituem esses bens como monumentos, como significativos do ponto de vista da cultura da nação (ARANTES, 1984:150).

Arantes, a partir de um convívio diário com este grupo local, percebeu o grande descompasso entre a percepção institucional e a realidade local, no que se

refere às formas de significação e apropriação do referido bem cultural. Assim, a proposição de compreender, na prática, a lógica local, parece ser uma outra via de análise da constituição dos patrimônios, acrescida, nesse caso, da experiência de um indivíduo que trabalha diretamente com as questões que diariamente permeiam a ação de preservação dos bens culturais no Brasil.

A seguir, reduzo ainda mais o foco de análise e privilegio dois trabalhos que vinculam a ação do IPHAN e o Rio Grande do Sul. Com isso, busco aproximar tais pesquisas ao trabalho proposto, enfatizando o trabalho do antropólogo Flávio Leonel Silveira, cuja tese trata especificamente de São Miguel das Missões<sup>10</sup>.

A dissertação de mestrado de Bernardo Lewgoy (1992), intitulada *A invenção de um patrimônio: um estudo sobre as repercussões sociais do processo do tombamento e preservação de 48 casas em Antônio Prado/RS*<sup>11</sup>, parte de uma perspectiva interessante. O conjunto arquitetônico e urbanístico de Antônio Prado teve seu processo de tombamento aberto em 1987. Com um trabalho de campo

---

<sup>10</sup> Merecem destaque, mesmo sem análise mais detida, os trabalhos na área da Antropologia Social de Aline Sapiezinskas (2004) sobre a Travessa dos Venezianos e o de Ceres Karam Brum (2005) sobre o passado missioneiro vinculado ao Movimento Tradicionalista Gaúcho. Na arquitetura, chamo a atenção para a pesquisa de Ana Lúcia Meira (2004) sobre a participação popular na seleção do patrimônio em Porto Alegre. A dissertação do arquiteto Vladimir Stello (2005), ainda que trate do IPHAN e Missões, restringe-se à análise dos critérios de intervenção nas estruturas empreendidos nos remanescentes. A pesquisa de Claudete Boff (2005) estuda o acervo do Museu das Missões a partir das possibilidades de análise formal do acervo como forma de apreensão de estilos diferenciados de escultura (indígena, mestiço ou europeu), argumentando sobre uma materialização dos hibridismos decorrentes do contato cultural entre europeus e ameríndios. Se vinculado ao tema desta dissertação pelo acervo do Museu das Missões, o trabalho distancia-se por centrar-se fundamentalmente na análise formal das estruturas, mostrando-se muito mais próximo da área das Artes Visuais<sup>10</sup> do que da História e não debater qualquer atribuição associada à ação do IPHAN na coleta e estudo do acervo.

<sup>11</sup> Trabalho defendido no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, 1992.

de peso, desenvolvido entre 1990 e 1991, o autor ultrapassa as entrevistas com técnicos do IPHAN (então Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural), e busca compreender os múltiplos aspectos envolvidos no processo de tombamento das casas de Antônio Prado, desde sua aceitação por parte da população, até reações hostis. Questiona de forma muito sagaz a construção institucional e local de uma identidade italiana. A noção de patrimônio cultural, segundo o autor, é externa a Antônio Prado. Lewgoy enfatiza também que a construção e definição de memórias e identidades, tanto dos técnicos do IPHAN quanto dos moradores de Antônio Prado, foram mobilizadas pelo tombamento. O autor salienta que os aspectos que eram valorizados como memória e identidade possuíam significados diferentes para técnicos e população local. Seu trabalho buscou identificar também as diversas dimensões que estiveram envolvidas no tombamento e preservação de Antônio Prado. A longo do trabalho, Lewgoy estuda a constituição da noção de patrimônio, a formação dos técnicos e os aspectos constitutivos da memória local, por exemplo, para compreender as diversas formas de relação da população com o tombamento.

O estudo de Lewgoy parte de uma perspectiva eminentemente antropológica. Assim, fecha sua análise num recorte específico que diz respeito apenas ao processo de tombamento e às reações da população local, sejam elas positivas ou negativas. A contextualização da população de Antônio Prado e dos técnicos do IPHAN propõe uma segunda possibilidade de análise das práticas preservacionistas que envolve os moradores. O que se torna um tanto evidente, e de certa forma questionável, é a vitimização extrema da população local. Esta

caracterização, aliás, parece tipificar os estudos sobre patrimônio cultural realizados por antropólogos.

A extensa tese de Flávio Silveira intitulada *As paisagens fantásticas e o barroquismo das imagens. Estudo da memória coletiva de contadores de causos da região missioneira do Rio Grande do Sul*<sup>12</sup> apresenta um trabalho de etnografia bastante interessante, de meu ponto de vista muito adequado, que pode ser utilizado como fonte, ainda que indireta, e ser confrontado com outras evidências. Tem como proposta uma análise das diferentes formas de enquadramento do tempo na conformação de fronteiras culturais em alguns municípios da região missioneira. Essa análise desenvolve-se a partir dos “contadores de caso”, expressão tomada da cultura local – uma categoria êmica, segundo definição do autor – levando em conta o caráter fantástico de tais narrativas e tocando em questões que se relacionam diretamente à memória e ao imaginário.

No trabalho de Silveira, a memória “de cunho nacionalista”, associada ao IPHAN, aparece numa tentativa de sobreposição sobre a prolífica memória coletiva missioneira, nas palavras do autor. Mantenho então essa oposição, discorrendo rapidamente sobre o trabalho do autor e suas referências à questão patrimonial em São Miguel das Missões, como forma de abrir espaço para algumas outras questões.

---

<sup>12</sup> Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, 2004.

Silveira discute sobre a noção de representatividade de certos elementos, enquanto importantes histórica e culturalmente, face ao fetichismo da cultura do Outro. A “angústia do esquecimento” que mobilizaria os agentes do patrimônio a gerir elementos da cultura alheia, pelo ato da patrimonialização, engendra choques culturais e rupturas nas experiências de sociação das comunidades. Em mais de uma passagem, o autor reforça a distância entre os técnicos do IPHAN que trabalham na cidade e os moradores. Exemplo disso seria a sentença de uma moradora de São Miguel: “*As ruínas são para o turistas*”. No trabalho de Silveira, uma relação da instituição de preservação diretamente oposta aos interesses da memória coletiva. Seguindo suas críticas, Flávio Silveira aponta para uma suposta visão civilizadora dos profissionais acadêmicos de diversas áreas, em propostas consideradas tutelares. As sociedades missionárias seriam vistas, de acordo com a análise do autor, como tábulas rasas, necessitando de uma recuperação efetivada pelos agentes do patrimônio. Cabe indagar se essa caracterização negativa dos agentes do patrimônio não estaria sendo um tanto radical, indicando a defesa de um pólo completamente oposto, onde a memória da comunidade seria privilegiada como versão mais valorizada, excluindo qualquer validade de contatos entre as pesquisas arqueológicas e o conhecimento local. Imagens sedutoras, que remetam ao místico, ao misterioso e ao lendário são amplamente valorizadas nesse contexto. Este discurso aproxima-se bastante da leitura de Lewgoy sobre a relação do IPHAN com os moradores de Antônio Prado.

As ruínas são apresentadas por Silveira como um dos diversos espaços que compõem as paisagens fantásticas da região missioneira. São vários os relatos transcritos pelo autor que dão conta de aparições e eventos místicos ligados aos enterros de ouro, supostamente realizados por jesuítas, bem como à época das revoluções, notadamente a de 1893 e a de 1923. As ruínas, nessa perspectiva, servem como “âncora” para a memória coletiva local. Os *causos*, narrados fundamentalmente pelos moradores mais antigos, contrapõem-se à identificação das ruínas como um local para os turistas.

Por outro lado, o processo traumático promovido pela retirada dos santos missioneiros das capelas interioranas durante a década de 40, parece ser uma outra forma de intervenção do IPHAN na memória coletiva. A tentativa, à força, de retirar as imagens da comunidade para sua colocação no Museu das Missões, então recém construído próximo às ruínas, é um fato que permeia a memória dos indivíduos mais velhos da comunidade.

Ao contrário da produção apresentada no início deste item, que versa fundamentalmente sobre a perspectiva institucional, os últimos três trabalhos tomam a perspectiva inversa, a da população. Mais que uma inversão, os trabalhos antropológicos evidentemente movem-se do presente para o presente, com exceção do estudo de José Reginaldo Gonçalves.

O estudo que ora apresento busca, na medida do possível, equacionar estas duas esferas – instituição de preservação e população – envolvidas na

preservação oficial do patrimônio cultural, num recorte temporal definido no passado. As escolhas nesta pesquisa sempre foram tentativas de evitar esquecimentos decorrentes dos (des)caminhos da interpretação das fontes, detalhes que escapam ao olhar contemporâneo e que, por força do desejo de síntese, tornam-se ausências. Essa domesticação das dissonâncias pode ser aproximada do que Clifford Geertz denominou “moldura” do olhar do antropólogo (GEERTZ, 1997:91). Esse enquadramento de dados em determinadas linhas de interpretação tem um agravante na relação entre o olhar do historiador, o estreitamento da análise decorrente da possibilidade de fontes e a sincronia hipotética de um recorte histórico reaproximado pela tentativa de uma possível reconstituição do passado. Espero que, minimamente, este trabalho atenda a esta preocupação.

### **A pesquisa e o objeto de estudo**

O Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo e o Museu das Missões são, nesta proposta, o início e o fim do processo investigativo. Os remanescentes da redução de São Miguel Arcanjo<sup>13</sup> localizam-se à noroeste do Rio Grande do Sul. O

---

<sup>13</sup>A fundação das primeiras reduções por jesuítas vinculava-se a interesses da Coroa Espanhola, relacionados à pacificação dos ameríndios e ocupariam as fronteiras platinas, e da Igreja Católica, que poderia catequizar povos considerados infiéis. A Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola em 1534, teve importante função nesse processo. A entrada de missionários nas matas em missões volantes foi uma tentativa frustrada de conversão, substituída pela fundação das reduções, aldeamentos que contavam com uma igreja, moradias, colégio e oficinas, além de cemitério, estâncias e ervais. Tinham em média três mil indígenas, orientados por dois jesuítas e por caciques. A população reducional era formada por diferentes grupos indígenas, dentre os quais destacam-se os Guarani, cujo idioma foi adotado como língua geral em todas as reduções. Por volta de 1626, teve início a ocupação do atual Rio Grande do Sul, com a fundação de reduções na área conhecida como Tape. A invasão de bandeirantes paulistas para apresamento de índios, a partir de 1628, teve importante influência no deslocamento de nativos para viver nas reduções. Os constantes ataques motivaram a mudança das reduções para a margem oriental do rio Uruguai. A partir de 1682, os jesuítas retornaram ao atual Rio Grande do Sul, fundando as reduções de São

Museu das Missões situa-se dentro do Sítio e foi criado pelo SPHAN em 1940. Foram tombados pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1938, mesmo ano em que foram protegidos oficialmente mais de 200 bens culturais por meio do tombamento<sup>14</sup>. Este instrumento legal foi viabilizado pela promulgação do Decreto-lei 25 em 30 de novembro de 1937<sup>15</sup>, mesmo ano de criação da instituição<sup>16</sup>. Até 2002, o IPHAN tinha inscrito 1007 bens em seus Livros de Tombo, dentre os quais 60 sítios urbanos. Além disso, estão sob proteção legal da instituição 13 mil sítios arqueológicos cadastrados<sup>17</sup>. Ao longo do trabalho, utilizarei a nomenclatura IPHAN para as ações relativas à política da instituição e sua atuação no campo do patrimônio cultural. Isto se refere, principalmente, ao primeiro capítulo. Nos capítulos subseqüentes utilizarei a sigla SPHAN, denominação da instituição correspondente ao período da documentação utilizada<sup>18</sup>, com exceção de apenas três documentos.

---

Borja (1682), São Nicolau (1687), São Miguel Arcanjo (1687), São Luís Gonzaga (1687), São Lourenço Mártir (1690), São João Batista (1697) e Santo Ângelo Custódio (1706), posteriormente conhecidas como Sete Povos das Missões. O século XVIII foi marcado por um grande desenvolvimento das reduções, refletido no aprimoramento das artes introduzidas na América pelos jesuítas. São os remanescentes da arquitetura deste período que foram tombados pelo governo federal em 1938. O Tratado de Madri, firmado em 1750, estabelecia a troca da Colônia de Sacramento, então portuguesa, pelos Sete Povos das Missões, de possessão espanhola. A não aceitação do Tratado provocou a Guerra Guaranítica (1754-1756), com a derrota dos nativos. Em 1768, os jesuítas foram expulsos da América Espanhola. Teve início, então, a decadência das reduções. A população que havia sobrevivido aos ataques dispersou-se pela região e as reduções foram ocupadas definitivamente pelos portugueses, em 1801, tornando-se habitação de imigrantes, alguns índios e militares em campanha. As esculturas de madeira que faziam parte principalmente das igrejas e haviam escapado aos saques e incêndios foram sendo apropriadas pela população local, dando origem à propriedade particular dos santos missionários.

<sup>14</sup> Os Livros de Tombo do IPHAN são: Histórico, Belas Artes, Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e Artes Aplicadas.

<sup>15</sup> Para um estudo minucioso sobre a trajetória da política de preservação no Brasil ver Maria Cecília Londres da Fonseca (1997).

<sup>16</sup> Já em 1936 o SPHAN começou a funcionar informalmente. Em 24 de março de 1936, Mário de Andrade divulgaria o anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, recentemente publicado em Cavalcanti (2000:37-52).

<sup>17</sup> Dados extraídos do Relatório de Atividades do IPHAN (2001-2002).

<sup>18</sup> A denominação do Instituto foi modificada diversas vezes: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ SPHAN (1937-1946); Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/

Boa parte das indagações presentes neste trabalho correspondem aos anos em que integrei a equipe da 12ª Superintendência Regional do IPHAN<sup>19</sup>, primeiramente em Porto Alegre e, num segundo momento, como diretora do Museu das Missões<sup>20</sup>. A experiência de viver no campo de pesquisa por mais de dois anos foi ainda mais intensa devido à relação estreita que passei a ter com as ruínas de São Miguel Arcanjo e com o Museu das Missões. Esse cotidiano foi responsável por guinadas expressivas na pesquisa, principalmente na forma de tratamento do tema. Como mencionei no início da introdução, a grande quantidade de pessoas que visitam o Sítio e o Museu impressionou-me e motivou uma série de reflexões. A isso somo a coordenação do Projeto de Requalificação do Museu das Missões, fato que tornou necessário ensaiar respostas e propor projetos que atendessem às mais diferentes demandas (apresentadas pelo público e por mim). Assim, teve início uma outra fase de pesquisa e produção, cujos resultados apresento nesta dissertação.

Ao longo do trabalho com o patrimônio cultural, questões relacionadas ao ofício do historiador foram colocando-se como desafios para reflexão. Em que medida é possível articular História, enquanto ciência e campo de conhecimento, e patrimônio cultural? Será viável propor relações entre a produção do

---

DPHAN (1946-1970); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ IPHAN (1970-1979); Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ SPHAN (1979-1990); Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural/ IBPC (1990-1994); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ IPHAN (desde 1994). (PESSÔA, 2004:11)

<sup>19</sup> Estágio na área de História (agosto de 2001 a agosto de 2003). Responsável pela pesquisa histórica no Projeto de Reconsolidação Parcial das Ruínas dos Sítios Arqueológicos de São Lourenço Mártir e São João Batista (janeiro, fevereiro e março de 2004).

<sup>20</sup> Período compreendido entre agosto de 2004 a dezembro de 2006.

conhecimento histórico e a hipótese de que o patrimônio cultural conforma um tipo específico de narrativa sobre o passado? Mais que isso, as pessoas que trabalham com o patrimônio cultural poderiam ser consideradas, de certa forma, operadoras de conceitos históricos aplicados ao patrimônio cultural? Todas estas relações são dotadas de uma especificidade muito própria. Especificidade, porém, que implica uma inoperância das reflexões acerca do fazer histórico a partir do patrimônio cultural como campo para estudo? O objetivo é estabelecer um diálogo, na medida do possível, entre tais campos. Diálogo esse que, muitas vezes, desconcerta.

Compreendo que são vários os conceitos da operação historiográfica que estão envolvidos na ação de preservação oficial do patrimônio cultural<sup>21</sup>. Entretanto, na medida em que este trabalho não pretende inserir-se no campo da historiografia<sup>22</sup>, o que proponho é apresentar e discutir algumas dessas noções, a partir de autores que suponho adequados ao estudo, em relação ao campo do

---

<sup>21</sup> Entendido como o resultado do processo de seleção para proteção legal efetivado pelas instâncias públicas municipais, estaduais e federais. Isso não significa que sejam ignorados ou desmerecidos os processos seletivos de proteção empreendidos sem a participação do poder público, mas resulta de uma escolha arbitrária para estudo, dado o objeto central do trabalho.

<sup>22</sup> Estevão Martins, evocando Rüsen, define a historiografia como “... o processo da constituição narrativa de sentido pelo qual o saber histórico é inscrito nos processos comunicativos da práxis vital humana, na qual agir humano e autocompreensão de seus sujeitos orientam-se por processos temporais significativos” (Rüsen apud MARTINS, 2002:21). Evoco, ainda, mais uma definição, presente no trabalho de Manoel Salgado, que compreende a historiografia como “... investigação sistemática acerca das condições de emergência dos diferentes discursos sobre o passado, [que] pressupõe como condição primeira reconhecer a historicidade do próprio ato de escrita da História, reconhecendo-o como inscrito num tempo e lugar” (GUIMARÃES, 2003:23). Se pensarmos a historiografia tal como Manoel Salgado propõe, uma investigação sistemática da emergência das formas discursivas sobre o passado, resultados de disputas para dar significado ao mundo (GUIMARÃES, 2003:23), percebemos na atuação do IPHAN e nas narrativas museológicas um objeto singular para estudos. Uma forma singular de narrar porque conforma um ambiente. Mas um produto do esforço de construir o passado, passível de bons questionamentos.

patrimônio cultural<sup>23</sup>. Este trabalho não focaliza o debate sobre o conceito histórico propriamente dito, mas sua aplicabilidade ao campo do patrimônio cultural a partir de determinados autores que, selecionados por meio de um recorte arbitrário, são apresentados e aproximados do objeto proposto.

O patrimônio cultural pode ser compreendido sob inúmeros enfoques que se relacionam com diferentes etapas no processo de investigação do que se admite e reconhece como tal e que, na grande maioria das vezes, é acompanhado pela qualificação “histórico”. Esse campo de investigação parece ser bastante fértil para um historiador e, por aproximação ou afastamento, talvez seja possível refletir, a partir de algumas especificidades na conjuntura do patrimônio cultural brasileiro, sobre questões mais abrangentes, aproximando-nos, por exemplo, das reflexões sobre História e Memória, na medida em que esta divisão pode ser possível, bem como sobre narratividade e documento. No caso da narrativa<sup>24</sup>,

---

<sup>23</sup> Em debate com autores dedicados ao estudo da criação e formulação de conceitos, Paul Veyne (1998:107) afirma que conceitos são “... *antes de tudo, representações heterogêneas que dão a ilusão da inteligência, mas que são na realidade somente espécies de imagens genéricas. A ‘revolução’, a ‘cidade’, é feita de todas as cidades e de todas as revoluções conhecidas e espera de nossas experiências futuras um enriquecimento, estando para isso definitivamente aberta*”.

<sup>24</sup> Narrar o passado é a chave da operação historiográfica, operação fundamental, nas palavras do autor, da consciência histórica. Assim, a narrativa “...*é concebida como síntese significativa, estruturada e estruturante das evidências empíricas que são reunidas pela pesquisa, articuladas pela interpretação, sustentadas pela argumentação e enunciadas pela narrativa, que as insere no contexto mais amplo do presente prático em que se situam autor e interlocutor*” (MARTINS, 2002:18-20). É necessário, antes de tudo, que os elementos sugeridos encontrem lugar na memória/identidade dos grupos. Antes disso, aliás, evidentemente é necessário que tal produção de conhecimento entre em contato com o público. O patrimônio cultural, nesse sentido, é *locus* privilegiado para tal disseminação. Fato que anima e ao mesmo tempo preocupa, dada a relação pouco exercida entre historiadores e o campo do patrimônio cultural. Seja como for, a referida apropriação, evidentemente, dá-se na medida em que tais referências históricas fazem sentido e desempenham um papel definido na lógica daqueles que objetivam incorporá-las no seu repertório de dados culturais

particularmente, proponho que sua compreensão seja ampliada para além do texto, ultrapassando a produção escrita e avançando sobre a tridimensionalidade.

Foi a partir destes pressupostos que iniciei o entrecruzamento com a ação do IPHAN na região missioneira, centralizando a pesquisa em dois agentes do patrimônio: o arquiteto Lucio Costa e o zelador Hugo Machado. Em qualquer investigação sobre os remanescentes da redução de São Miguel Arcanjo e o Museu das Missões, a referência a Lucio Costa se faz presente desde o início. Em 1937, o arquiteto foi enviado à região missioneira por Rodrigo Melo Franco de Andrade para averiguar o estado das ruínas missioneiras e propor ações para sua conservação. É este ano que utilizo como marco temporal inicial deste trabalho. Lucio Costa integra o grupo de “mitos fundadores” na trajetória missioneira. Se separado no tempo e no espaço de jesuítas famosos e generais da demarcação de fronteiras, une-se na história do IPHAN por seu relatório de viagem e proposições, qualificado por Rodrigo Melo como “memorável” (ANDRADE, 1987:158) e mencionado por Lygia Martins Costa como motivador de uma mudança no pensamento do diretor do SPHAN sobre os museus (COSTA, 2002:80). Lucio Costa foi autor do projeto do Museu das Missões e das diretrizes de preservação do que viria a ser o Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo. Por meio das sugestões do relatório, que foram seguidas quase em sua totalidade, o arquiteto atuou na organização e gestão dos remanescentes.

Entretanto, se o trabalho do arquiteto modernista correspondeu ao início da ação do IPHAN na região missioneira, as ações na localidade mantiveram-se por

meio de outra figura. João Hugo Machado, o primeiro zelador do Museu das Missões, dedicou a maior parte de sua vida ao cuidado com as ruínas e o acervo do Museu. O contato com a figura de Hugo Machado foi inegável produto de minha ação junto ao Museu das Missões e sua inserção no trabalho tornou-se indispensável na medida em que a pesquisa tornava-se mais intensa. Na trajetória do zelador, a ligação estreita com os remanescentes e o trabalho sistemático de recepção dos visitantes somou-se à polêmica coleta de esculturas sacras missioneiras na região. A ausência de referências a Hugo Machado, como foi possível depreender posteriormente, era inversamente proporcional à sua atuação na região missioneira. Sua correspondência com o diretor do SPHAN era constante, detalhada e cuidadosa. O marco temporal final da dissertação baseou-se na última carta do zelador utilizada como referência, com data de 1950.

A problemática central da dissertação busca compreender em que medida e por quais processos o arquiteto Lucio Costa e o zelador Hugo Machado, por meio de suas atuações junto aos remanescentes de São Miguel Arcanjo, aproximaram-se da operação historiográfica, associada, neste caso, ao patrimônio cultural. Como pretendo indicar a seguir, o arquiteto e o zelador tiveram uma forma particular de interpretar os remanescentes missioneiros. Atuaram, cada qual ao seu modo, na conformação de uma narrativa sobre Missões por meio da organização e preservação do patrimônio cultural missioneiro, numa interessante relação entre passado e presente. Não proponho estabelecer um quadro comparativo entre os dois, mas apresentar duas formas, ora distintas ora

próximas, de transitar na História e Memória vinculadas às ruínas de São Miguel Arcanjo. Atuações que se traduziram em interpretações.

### **A estrutura dissertativa**

No primeiro capítulo, apresento e discuto aspectos referentes à preservação do patrimônio cultural brasileiro, mais especificamente na ação do IPHAN, buscando traçar alguns pontos que considero importantes para a compreensão e conceituação do patrimônio cultural a partir do ponto de vista da esfera federal de preservação. Assim, elenco alguns aspectos da trajetória da instituição, como sua criação e equipe técnica, comentando as atuações de Rodrigo Melo Franco de Andrade, seu primeiro diretor, e Aloísio Magalhães, cuja gestão representou um ponto de inflexão na concepção de patrimônio cultural no país. Esta discussão, se não se relaciona diretamente com o recorte temporal estabelecido, torna-se própria pela influência que teve na concepção de novas formas de se pensar sobre patrimônio e cultura no IPHAN. O mesmo aplica-se ao breve debate sobre a relação entre material e imaterial. Tais assuntos são dados importantes na medida em que compõem nosso olhar no presente sobre o mesmo tema em tempos passados. É importante perceber a relação nada espontânea que tangencia a seleção do será preservado e o fato de que tais eleições têm o peso da autoridade da fala, adquirida e/ou atribuída de forma nada gratuita à instituição e técnicos. O patrimônio cultural brasileiro é formado por seleções que primaram por concentrar estudos e esforços em bens referentes a épocas específicas da história brasileira. O primeiro capítulo também busca apresentar o patrimônio cultural como campo para se pensar a relação entre os tempos, uma forma

singular de relação entre passado, presente e futuro. Simbiose de tempos que também carrega consigo a contraposição entre a força da imagem e a autenticidade, valor tão defendido e perseguido na área preservacionista. Os remanescentes que compõem o patrimônio cultural, neste caso material, são entendidos como traços/vestígios desse tempo distante, mas parcialmente “tocável”. Mapeados os pontos fundamentais do campo do patrimônio, o espectro fecha-se e apresento, num segundo momento, o início da atuação do IPHAN no Rio Grande do Sul. O Estado, juntamente com Paraná e Santa Catarina, correspondia à 7ª Região do SPHAN e teve como representante o escritor Augusto Meyer, interlocutor direto de Rodrigo Melo Franco de Andrade sobre a região sul. Meyer foi, de certa forma, aquele que definiu o patrimônio do Estado, na época, por meio da realização de um inventário. Possuía correspondentes no interior e teve grande dedicação aos remanescentes missioneiros. Acompanhou Lucio Costa em sua visita à região em 1937 e abandonou sua função de coordenador técnico pouco tempo antes de iniciarem as obras de consolidação das ruínas da igreja de São Miguel Arcanjo e edificação do Museu das Missões. Foram fundamentais para este item as cartas enviadas por Rodrigo Melo Franco de Andrade que estavam arquivadas na Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, cuja duplicação foi gentilmente autorizada pela família do escritor. Infelizmente, não foram encontradas as cartas redigidas por Augusto Meyer para o diretor do SPHAN.

No segundo capítulo, os remanescentes de São Miguel Arcanjo e o Museu das Missões passam para o primeiro plano. Proponho discutir a ação de Lucio

Costa em São Miguel como uma forma de interpretação dos remanescentes da experiência missioneira, articulando passado e presente de forma bastante singular. Não objetivo apresentar Lucio Costa sob a forma do arquiteto tão reverenciado por suas obras modernistas e seus projetos revolucionários, como Brasília. Proponho que Lucio Costa seja conhecido por um viés interpretativo, museológico, se pudéssemos assim referir. A partir da reordenação dos remanescentes e da releitura do espaço, proponho entender esta reconfiguração da “desordem”, para utilizar uma expressão de Lucio Costa, como a conformação de uma narrativa específica sobre a experiência missioneira em sua relação com o patrimônio cultural. Lucio Costa articula o presente e o passado, entendendo o Museu, as ruínas, espaço e paisagem como itens de um todo que ele busca rearticular, oferecendo impressões para o visitante-observador. Apresento Lucio Costa então como um operador de conceitos diretamente ligados ao ofício do historiador, que acesso, principalmente, a partir dos estudos de Paul Ricoeur (1994, 1998, 2000). A primeira parte do capítulo tem como objetivo explorar estas possíveis relações entre História e patrimônio cultural a partir das proposições de Lucio Costa para a preservação dos remanescentes, presentes no relatório de 1937.

Na segunda parte, conduzo os leitores para a ação em campo, quando iniciam as obras de consolidação das ruínas e as obras de edificação do Museu das Missões e casa do zelador. Na execução dos trabalhos, aparecem personagens importantíssimos que eram até então pouco (ou nada) mencionados. É o caso do responsável pelo projeto de exposição do Museu, arquiteto Leônidas

Cheferrino, que assinou a organização das peças e a elaboração de uma linguagem museográfica. Ou a participação de Sérgio Buarque de Holanda, que escreveu os textos que integravam a exposição em parceria com Aurélio Porto. Hugo Machado, protagonista do terceiro capítulo, também já estava presente, participando das obras na igreja. Todos atuaram na proposta interpretativa de Lucio Costa, exercendo partes de seu planejamento global e viabilizando a narrativa da experiência missioneira por meio do patrimônio cultural.

No último capítulo, apresento Hugo Machado. Primeiro zelador do Museu das Missões, foi o responsável pela coleta de quase todas as esculturas que passaram a integrar seu acervo. Percorreu a região, utilizando-se das mais variadas técnicas para “tirar”, conforme sua expressão, os santos missioneiros de seus proprietários contemporâneos. Hugo acreditava que as peças deveriam pertencer ao Museu das Missões. Agia em nome do poder federal com a certeza de um técnico. Foi fundamental para este capítulo uma entrevista realizada com o zelador em 1980, na qual ele narra suas incursões para a coleta do acervo, além de sua correspondência com o diretor do SPHAN. Hugo Machado viveu com a família na casa contígua ao Museu das Missões, atendendo pessoalmente os visitantes e trabalhando na preservação dos remanescentes. Sua atuação foi polêmica e muitas vezes identificada como a causadora de traumas na comunidade devota aos santos que estavam em capelas comunitárias ou em casas particulares. De qualquer forma, o zelador investigava, seguia pistas, ao mesmo tempo em que emitia opiniões e formulava conceitos sobre o Museu e o IPHAN. Coletando peças para o Museu das Missões, Hugo Machado trabalhou

esmeradamente para cumprir o planejamento de Lucio Costa, reunindo peças missioneiras e concentrando-as em São Miguel. Se o arquiteto atuou eminentemente no campo da História, o zelador agiu neste âmbito, acrescido de um valioso trânsito pela Memória coletiva. Este terceiro capítulo estabelece uma vinculação teórica centralizada, principalmente, nos estudos sobre memória coletiva presentes nos trabalhos de Maurice Halbwachs (1990) e Michel Pollak (1989, 1992).

Ao longo da pesquisa foram muitos os documentos lidos e estudados. A correspondência entre vários dos personagens, ora burocrática, ora mais íntima, pontuada por amizades e admirações, referenciou pessoas até então ignoradas que foram se tornando, progressivamente, peças fundamentais no quebra-cabeça inicial das fontes. A entrevista de João Hugo Machado, figura que mesmo não conhecendo pessoalmente deixou tantos indícios interessantes que me fizeram torná-lo um dos eixos da pesquisa. Foi muito mais que um zelador burocrático. Hoje é nome de rua em São Miguel das Missões. Rua onde, aliás, morei por mais de dois anos. E não poderia deixar de mencionar as reportagens de jornal, pelas quais vozes inflamadas, quando não indignadas, clamavam pelas ruínas missioneiras. Finalmente, o contato com a grande quantidade de material produzidos por (e sobre) Lucio Costa, agentes de uma crescente admiração por esse elegante senhor de boa escrita. Esses documentos, muitas vezes, permitiram que me referisse ao Lucio, “seu” Hugo ou mesmo ao Leônidas assim mesmo, numa quase amizade. Mais que isso, esses documentos relembrou o prazer da pesquisa e o desafio de recolocar numa ordem imaginária (a minha) lugares,

peças e ações de outros lugares e tempos com uma finalidade maior: a tentativa de desenvolver uma relação com a disciplina histórica ou, nas palavras de Marc Bloch ([1949]2001:43), descobri-la para dedicar-me a ela.

# 1

## **Patrimônio cultural no Brasil: trajetória e considerações**

Proponho, neste primeiro capítulo, estabelecer uma discussão sobre alguns dos aspectos presentes na trajetória de preservação do patrimônio cultural no Brasil, em especial no que se refere à ação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Esta discussão tem como objetivo geral definir algumas das características da instituição que julgo serem relacionáveis ao estudo proposto e, muitas vezes, identificáveis nas ações realizadas no Rio Grande do Sul.

Ao mesmo tempo em que comento alguns pontos da trajetória do IPHAN, busco estabelecer pressupostos que parecem interessantes para uma análise do patrimônio cultural a partir de um ponto de vista histórico e que suponho diferirem, em certa medida, das abordagens de trabalhos realizados sobre este tema no

âmbito do Rio Grande do Sul. Quando o estudo se fecha sobre São Miguel das Missões, este espectro torna-se ainda mais restrito, caracterizando-se por um conjunto de estudos realizados, em sua grande maioria, por arquitetos e antropólogos.

### **1.1 Patrimônio cultural e IPHAN: construções, caracterizações e usos possíveis do termo**

O processo de preservação de bens móveis e imóveis tem um histórico próprio que, no Brasil, relaciona-se ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)<sup>1</sup>. Na época de sua criação, o então denominado SPHAN contava com intelectuais diretamente ligados ao movimento modernista brasileiro. A instituição, dirigida por Rodrigo Melo Franco de Andrade, teve em seu quadro nomes como Lucio Costa, que foi diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos (DET), e Carlos Drummond de Andrade, que atuou como chefe do Setor de Pesquisa Histórica da DET. Cada um, a seu modo, trabalhou para a configuração de uma equipe de trabalho diretamente ligada à tarefa (auto-atribuída) de preservar os bens definidos como patrimônio histórico e artístico brasileiro. A qualificação “cultural”, anos depois, passou a figurar junto com o termo patrimônio, indicando, ao menos em tese, a ampliação do conceito de patrimônio “preservável”.

---

<sup>1</sup> Durante muito tempo a preservação de bens culturais foi realizada somente no nível federal. Ao longo do trabalho, muitas vezes foi citada a necessidade de que instâncias estaduais e municipais também atuassem na preservação de seu patrimônio cultural, o que ocorreu de forma efetiva somente a partir da década de 1970 (PESSÔA: 2004, p. 17).

Este grupo de trabalho foi identificado por Mariza Veloso Motta Santos (1996) como uma Academia, assim caracterizada por constituir-se num espaço de debate e argumentação. O SPHAN foi local de discussão sobre termos bastante amplos e complexos que sempre se relacionaram direta ou indiretamente com esse “conjunto de bens representativos de uma nação”: cultura (erudita e popular), identidade, educação, história e memória. Se já havia uma série de estudos e propostas que buscavam explicar o que seria, afinal, o Brasil<sup>2</sup>, as ações oficiais do IPHAN tiveram um modo particular de fazê-lo e esse é um dos aspectos que pretendo desdobrar.

A década de 1930, em particular, parece afeita à formação de uma instituição como o IPHAN. Se é inadequado tratar de uma criação “inevitável”, é fato que o contexto de reflexão sobre a formação brasileira realizada na época em muito auxilia na compreensão do Instituto em suas origens. Seus principais técnicos vinculavam-se ao movimento modernista em diferentes áreas. A preocupação com a fala de um “Brasil legitimamente brasileiro” foi manifestada pelo IPHAN por meio de exemplares palpáveis, se assim podemos dizer, da cultura brasileira através dos tempos.

Ao patrimônio cultural são atribuídas funções políticas e pedagógicas. Se seguirmos certa lógica museológica, poderíamos dizer que todo o trabalho de

---

<sup>2</sup> Desde o racionalismo científico do final do século XIX foram muitos os debates sobre explicações para o povo brasileiro. Na década de 1930, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior produziram e editaram trabalhos que, hoje, não por acaso, são muitas vezes citados em conjunto sob a nomenclatura de “intérpretes do Brasil”.

preservação teria como fim a configuração de uma grande coleção, dado que aqueles que trabalham neste campo dedicam-se a colecionar, restaurar e preservar para expor.

Estas ações enumeradas não impedem, entretanto, a evidência de que essa coleção é formada por fragmentos, nunca recuperados em sua totalidade original:

o patrimônio é uma vasta coleção de fragmentos, na medida em que seus componentes são descontextualizados, retirados dos seus contextos originais, no passado ou no presente, e reclassificados nas categorias das ideologias culturais que informam as políticas oficiais de patrimônio. (...) Os fragmentos que o compõem são metonímias de uma totalidade temporal ou espacialmente longínqua: *o passado, o futuro, a cultura brasileira, a identidade brasileira, a civilização, a tradição, a diversidade cultural* etc. Eles representam, ao mesmo tempo, continuidade e descontinuidade. Os ideólogos do patrimônio buscam resgatar essa continuidade por meio dos seus empreendimentos de identificação, colecionamento, restauração e preservação do patrimônio. Mas não obtêm senão fragmentos. Sua tarefa é interminável, pois o patrimônio, como toda coleção, jamais se completará (GONÇALVES, 1996:112). [grifo meu]

Mais que isso, essas variações “passado”, “cultura”, “identidade”, “diversidade” são produto da certeza de que além de uma existência “evidente” e “óbvia” (no discurso parece inevitável que tal bem seja patrimônio nacional), tais entidades seriam passíveis de “resgate”. Em outras palavras, não seriam recortes arbitrários, mas entidades objetificadas. “Resgatar” a cultura brasileira ou mesmo o passado é expressão bastante conhecida e utilizada até hoje. Essa crença, mesmo que muitas vezes pouco explícita, norteia boa parte dos processos de preservação do

patrimônio cultural. O “autêntico” parece viabilizar o alcance dessa entidade objetificada, como veremos mais adiante.

A ação de seleção de exemplares do patrimônio histórico do Brasil é demonstrada em quadros de pesquisa por Silvana Rubino (1996), indicando que o IPHAN recompôs quatro séculos de Brasil e ofereceu um auto-retrato de uma geração que marcou a vida intelectual brasileira (RUBINO, 1996:105). Não poderia o patrimônio ser considerado um álbum de fotografias dentro desta proposta? Imagens que falam, *pedras que falam*, conforme uma reportagem que se refere às ruínas de São Miguel em 1942<sup>3</sup>.

Talvez seja possível afirmar que o resultado das escolhas do IPHAN é uma urdidura, um enredo finalístico sobre múltiplos tempos da nação, uma forma particular de pensar (e de certa forma modelar) o passado, resultado de um ponto de vista muito específico (o dos técnicos/intelectuais do patrimônio). O patrimônio, neste sentido, pode ser tratado como uma forma de pensar o tempo passado. Mais que isso, essa forma de pensar o passado está sempre em estreita relação com os outros tempos, presente e futuro. Afirmação evidente.

Entretanto, essa ação não só toma como orientação a relação entre os tempos mas, ao que parece, busca trazer o passado (mesmo que parcialmente) para o presente. Passado como presença do ausente no presente, sob forma

---

<sup>3</sup>**Diário da Semana**, Pelotas, [s.d.], 1942.

fragmentada. E o futuro, assim o penso, é um constante refazer no presente. As gerações futuras, na prática, estão sempre potencializadas no presente. Assim, o futuro é constantemente “pré-fabricado” pela ação educativa e interpretação de sítios históricos e museus. Ao fim e ao cabo, preservamos para o futuro o que queremos no presente e, desta forma, puxamos o *devenir* para o *ser*.

Segundo Silvana Rubino, o IPHAN elegeu determinadas épocas para concentrar seus estudos e tombamentos, incluindo também obras contemporâneas de arquitetos modernistas. Assim, evidentemente, privilegiou determinados períodos em detrimento de outras. Nas palavras da autora, “*O país que foi passado a limpo formando um conjunto de bens móveis e imóveis tombados tem lugares e tempos privilegiados*” (RUBINO, 1996:97). As construções luso-coloniais de pedra e cal (e as igrejas, particularmente) constituíram, por muitos anos, o centro das preocupações preservacionistas.

Podemos pensar em duas possibilidades em relação a este privilégio: uma concentração dos trabalhos do IPHAN nas regiões com arquitetura eminentemente barroca ou uma preocupação com os bens identificados com as épocas mais antigas da história brasileira, sempre contadas a partir da conquista da América. De qualquer forma, essa ação preservacionista, principalmente voltada para o patrimônio arquitetônico, perdurou por muitos anos na política do IPHAN.

Por cerca de 50 anos (1937-1969), as narrativas de dois diretores do IPHAN deram forma às políticas de patrimônio cultural no Brasil: Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães. O período enfatizado neste trabalho compreende a primeira fase de atuação de Rodrigo Melo. O primeiro diretor do IPHAN tornou-se uma figura mítica, cuja fase de atuação passou a ser identificada dentro da instituição como “heróica”. Sua dedicação é inegável, como se percebe na correspondência assídua que mantinha com seus representantes regionais. As cartas que trocou com Augusto Meyer, por exemplo, possuíam uma periodicidade marcada por intervalos de, no máximo, três dias. Rodrigo escreve a punho quando afastado, em casa, por motivo de doença. Escreve no dia 24 de dezembro, véspera do dia de Natal. A equipe que o cerca mantinha a mesma dedicação. As noções de “missão” e “causa” sempre estiveram muito próximas da lógica dos técnicos do IPHAN. Esta conduta perdura, ainda que menos aparente. Segundo José Reginaldo Gonçalves,

Enfrentando a ‘ignorância’ e a ‘indiferença’ da população e de suas elites, ele [Rodrigo Melo Franco de Andrade] oferece uma total dedicação à proteção e à preservação do patrimônio. Sua imagem pública é a de um silencioso e dedicado funcionário público, uma espécie de humilde e silencioso herói. (...) Sua vida privada é narrada como um sacrifício em favor do patrimônio. Suas possibilidades como escritor, como jornalista ou advogado são todas sacrificadas em favor da ‘causa’. (...) Ele parece esforçar-se no sentido de ser tão objetivo e imparcial quanto possível. (...) Em suas narrativas, a existência e o valor do patrimônio e a necessidade de sua defesa e preservação absorvem-no a tal ponto que ele se transforma em parte do patrimônio (GONÇALVES, 1996:49).

Seguindo o pressuposto de que a definição do que se pretende que seja a nação está associada à prática de preservação do patrimônio cultural brasileiro, a

ação de Rodrigo Melo foi identificada pela relação entre nacional e universal. Seus bens autenticam e afirmam a existência do Brasil, ou seja, adquirem o valor de prova, tão conhecido dos historiadores desde muito tempo. Se o patrimônio cultural barroco adquiriu, desde o início, o valor de certeza em relação a sua autenticidade e importância no contexto mencionado, culturas ameríndias e africanas foram vistas, ao menos aparentemente, como remanescentes de um passado desaparecido ou em processo de desaparecimento, muito mais do que uma forma atual de vida (GONÇALVES, 1996:46).

Entretanto, a noção de patrimônio cultural, que dá o tom ao ponto de vista do qual parte esta investigação, conta com o acréscimo do trabalho de Aloísio Magalhães, responsável pela introdução da noção de “referência cultural”, alternativa àquela de “patrimônio histórico e artístico”. Aloísio inicia a modificação da perspectiva do olhar: menciona a cultura brasileira enfatizando o presente, não o passado. Este é visto como referência que deve ser usada e reinterpretada no presente, com propósitos futuros. Seu trabalho, apesar de não ser enfatizado aqui, foi fundamental para a ampliação conceitual da noção de patrimônio, dessacralizando, em certa medida, o tom restritivo e a aura intocável do “patrimônio histórico e artístico”. Entretanto, conforme afirma José Reginaldo Gonçalves, tanto no discurso de Rodrigo Melo Franco de Andrade como no de Aloísio Magalhães, a identidade nacional brasileira é considerada como algo que ainda estava por ser realizado (GONÇALVES, 1996:62).

A atuação de Aloísio Magalhães, em fins da década de 1970, é geralmente referida como marco no processo de modificação e ampliação do conceito de patrimônio cultural. Se, na prática, a arquitetura ainda ocupa lugar de destaque nos quadros de bens tombados pelo Instituto, é fato que as discussões sobre as escolhas e relação com as comunidades envolvidas na preservação foram ocupando importante lugar na pauta do IPHAN em décadas mais recentes.

Entraram em conflito, e ainda permanecem nos quadros internos do IPHAN, duas formas de se pensar a legitimação de um patrimônio digno de preservação. Segundo José Reginaldo Gonçalves:

Em oposição ao enredo da narrativa de Rodrigo, articulado pelas idéias de ‘civilização’ e de ‘tradição’, a estória narrada por Aloísio é articulada pelas noções de ‘desenvolvimento’ e ‘diversidade cultural’. Diferentemente de Rodrigo, seu propósito não é ‘civilizar’ o Brasil preservando uma ‘tradição’, mas revelar a diversidade da cultura brasileira (GONÇALVES, 1996:53).

Ainda que tão diferentes no modo de pensar sobre o que deveria ser preservado, e como isso seria capitalizado nos discursos oficiais, segundo José Reginaldo Gonçalves, as narrativas de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães “...dramatizam uma interminável busca por uma ‘autêntica’ identidade nacional brasileira” (1996:138), ou, ainda, o patrimônio cultural brasileiro representado como o “...efeito de uma tensão entre o que não é mais e o que não é ainda, e a formação da nação como um processo aberto e inconcluso” (1996:139).

É constante no discurso preservacionista a preocupação com a composição de um quadro geral da história nacional<sup>4</sup>. Enquanto o trabalho de Rodrigo Melo Franco de Andrade priorizou eminentemente o patrimônio edificado, a ação de Aloísio Magalhães redimensionou algumas das ações de preservação, introduzindo, de certa forma, uma idéia mais ampla de patrimônio cultural.

Nos discursos oficiais sobre política cultural, passa a figurar a expressão “referências culturais”<sup>5</sup>. Segundo Maria Cecília Londres:

Essa perspectiva veio a deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu ‘peso’ material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não tem um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados. (...) Relativizando o critério do saber, chamava-se a atenção para o papel do poder (FONSECA, 2000:59-60).

Foi na época de Aloísio Magalhães que se realizaram inúmeros registros de expressões culturais, por meio do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), que atuou como contraponto ao IPHAN. Apesar disso, esses estudos não chegaram a resultar na elaboração de instrumentos de proteção para as

---

<sup>4</sup> Afirmar que os temas sobre a brasilidade foram abordados somente a partir do movimento modernista é, no mínimo, imprecisão. Seja no Romantismo ou no racismo científico do século XIX, as questões acerca das características do Brasil já haviam sido apontadas (ainda que com auxílio de dedos europeus, é bem verdade).

<sup>5</sup> “Referências culturais não se constituem (...) em objetos considerados em si mesmos, intrinsecamente valiosos, nem apreender referências significa apenas armazenar bens ou informações. Ao identificarem determinados elementos como particularmente significativos, os grupos sociais operam uma ressemantização desses elementos, relacionando-os a uma representação coletiva, a que cada membro do grupo de algum modo se identifica” (FONSECA, 2000:63). Para uma discussão mais ampla sobre o termo “referência cultural” ver Maria Cecília Londres Fonseca (2000).

manifestações culturais pesquisadas, em sua grande maioria de natureza imaterial. Discussões sobre cultura popular, com toda a polissemia que esta expressão pode carregar, tardaram a entrar na ordem do dia do IPHAN, sendo que somente em 2000 os bens de caráter processual receberam atenção efetiva, quando foram criados instrumentos de reconhecimento e registro<sup>6</sup>.

É um desafio considerável preservar e valorizar as expressões da cultura tradicional e popular pois trata-se de institucionalizar formas de proteger algo que não possibilita intervenções. Ao contrário do patrimônio material, que demanda ações técnicas para sua conservação, o intangível não aceita normatizações. E nem poderia, sob pena de se descaracterizar.

A política de tombamento, por cerca de 50 anos, não sofreu muitos questionamentos. De fato, tombamentos de igrejas barrocas mineiras não suscitam grandes contrariedades, devido ao seu esplendor. Ainda assim, é possível reconhecer que grande parte dos bens tombados inevitavelmente relaciona-se aos grupos dominantes devido ao requinte técnico ou representatividade como símbolo de poder, geralmente estatal. Conjuntos habitacionais ou casinhas de madeira, durante muitos anos, foram impensáveis

---

<sup>6</sup> Já em 1988, na Constituição Federal, os artigos 215 e 216, referindo-se ao patrimônio, mencionam as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e de outros grupos participantes do processo civilizacional nacional, declarando ainda constituir patrimônio cultural brasileiro bens de natureza material e imaterial, que sejam referências à identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (IPHAN, 1997:106-107). No entanto, a definição, bastante alargada na Constituição Federal, não tinha instrumentos legais existentes que dessem conta desse tipo de objeto, não passível de tombamento na forma pelo qual este é até hoje praticado.

enquanto possibilidade de proteção federal. Representavam uma outra brasilidade, talvez menos nobre e requintada<sup>7</sup>.

Em 2000, foi instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, por meio do Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000. Esse registro pressupõe um estudo minucioso da prática a ser registrada, realizado, em sua grande maioria, a partir do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Nesse inventário, que demanda cerca de 10 meses para ser realizado, constam registros fotográficos, fílmicos e sonoros, além dos registros das incursões em campo realizadas por uma equipe de pesquisadores. As manifestações culturais selecionadas, conforme o Decreto 3.551, são inscritas em quatro livros de registro<sup>8</sup>. A inscrição deve ter como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Vale ressaltar que houve uma preocupação com formas de expressão e manifestações culturais desde o ante-projeto escrito por Mário de Andrade em 1936. Ainda assim, a consolidação dessa forma de compreensão do patrimônio foi efetivada somente em décadas mais recentes.

<sup>8</sup> Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

<sup>9</sup> No Rio Grande do Sul, estão sendo realizados dois INRC's: um junto aos Mbyá Guarani de São Miguel das Missões e outro junto à população afro-descendente residente na localidade de Porongos, zona rural do município de Pinheiro Machado.

Assim, podemos verificar não somente a identificação de uma manifestação cultural, mas sua reatualização histórica, de onde resulta sua manutenção na contemporaneidade, ainda que vinculada a práticas de longa data. O caráter processual desses bens aponta para a especificidade desse instrumento de proteção. Finalmente, portanto, é possível que expressões culturais tradicionais e populares sejam reconhecidas como expressões válidas da cultura brasileira, tanto quanto edificações barrocas e modernistas. Mais que isso, entra-se na possibilidade de uma noção de patrimônio que dê conta das múltiplas teias de significado que constituem uma cultura, conforme o conceito antropológico de Clifford Geertz (1989). Será possível estabelecer o pressuposto que o tombamento configura um tipo de memória diferente do registro de expressões culturais de natureza imaterial?

A seleção de um bem, independente da época em que é efetivada, tem sempre como pano de fundo a preocupação com aqueles *que vierem depois de nós*, narrando a vida daqueles que *vieram antes de nós*. Essa memória, que se identifica então como histórica<sup>10</sup>, é permeada pelas reatualizações efetuadas por aqueles que se relacionam com um bem tombado. Esta ação pode ser de afirmação ou negação da memória histórica instituída, o que torna sua análise ainda mais rica.

---

<sup>10</sup> Tomo as expressões memória coletiva e histórica de Halbwachs (1990), ainda que somadas a outras perspectivas, críticas em relação a tais definições, conforme demonstrei no terceiro capítulo.

Memórias ancoradas no espaço de uma ruína, como a de São Miguel Arcanjo, são, na grande maioria, polifônicas e dissonantes, baseadas em vivências ou mantidas no imaginário mítico da comunidade. Estas são, com efeito, muito distantes das motivações do tombamento de uma edificação, por exemplo. Entretanto, talvez isto não tenha a mesma validade no caso do patrimônio intangível. Também é evidente que os significados que esse bem possui não mudam repentinamente, a partir de um tombamento. Pelo contrário, muitas vezes a memória coletiva circula de forma independente do “peso histórico” de um bem tombado, reafirmando-se dentro da comunidade.

O patrimônio imaterial, entretanto, remete a outro tipo de relação. A abstração desloca-se da época para a forma de expressão. O estudo, nesse caso, parte do presente para o presente, e não do presente para o passado. Ainda que sua inscrição dependa de certa historicidade, sua manifestação é atual e sua referência também. Se a materialidade é presente no espaço, sua referência é ao presente de um passado determinado: uma edificação tombada “representa”<sup>11</sup> o passado e, nesse sentido, restringe-se a ele, independente dos novos usos que a ela foram dados<sup>12</sup>. A abstração, no patrimônio imaterial, está justamente na impossibilidade de se apreender (reter) o modo de fazer. Ele só existe porque é constantemente praticado, exercido dia-a-dia e mantido na memória coletiva. O

---

<sup>11</sup> Esta expressão é tomada de Roger Chartier, no sentido de uma presentificação da ausência, supondo uma distinção radical entre o que representa e o que é representado (1990:20). Sua aplicabilidade na especificidade do objeto estudado pode (e será) discutida nos capítulos subsequentes.

<sup>12</sup> Essa afirmação pode variar dentro do quadro de técnicos, uma vez que sucessivas reutilizações de uma edificação podem ser em si um motivo de preservação.

registro do patrimônio imaterial tem a possibilidade da totalidade, na medida em que se diferencia de um objeto de pesquisa “encerrado” no passado ?

Seja como for, material ou imaterial, a ação do IPHAN inevitavelmente liga-se à institucionalização de um lugar de fala, “...*que permite a emergência de uma formação discursiva específica, cuja dinâmica simbólica é dada pela permanente tematização do significado das categorias de histórico, de passado, de estético, de nacional, de exemplar, tendo como eixo articulador a idéia de patrimônio*” (SANTOS, 1996:77). O trabalho de definir o que é patrimônio pode ser associado à transformação de algo na medida em que um investimento de valor requalifica sua existência. Segundo Bourdieu,

O *auctor*, [como a edição da obra é portuguesa, a palavra autor está assim configurada] mesmo quando só diz com autoridade aquilo que é, mesmo quando se limita a enunciar o ser, produz uma mudança no ser: ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir (BOURDIEU, 2001:114).

Ao tratar do que denomina metáforas visuais, Gonçalves comenta sobre a transformação que algo “patrimonializável” passa, num processo de mutação de um item cotidiano para um bem cultural ou monumento:

Objetos antigos, prédios ou espaços usados com propósitos práticos cotidianos são transformados em ‘reliquias’, ‘monumentos’ e ‘lugares históricos’. Práticas sociais diversas são redescritas como ‘costumes’ e ‘tradições’. Esse conjunto de itens são objetificados como ‘bens culturais’ num processo simbólico, onde está pressuposta a visualidade

como forma privilegiada de percepção (GONÇALVES, 1996:85).

No campo do patrimônio cultural, isso também implica reposicionar algo num contexto de representação da coletividade. Ao se definir o passado, tornando-o público e oficial, é possível retirar-lhe grande parte da subjetividade que possa suscitar “descaminhos da memória”. Caracterizar o objeto, numa perspectiva metodológica, é um ato facilitador porque restritivo. Ao desenhar o que se é, torna-se possível esclarecer o que não se é (ou o que não se deveria ser). Portanto, nada mais necessário do que decidir quais formas de se contar (e nesse caso também ilustrar) a História do país. É evidente que esse ato de qualificar um bem em detrimento de outros modifica a relação dos indivíduos diretamente relacionados a ele<sup>13</sup>. Sapiezinskas (2004), por exemplo, demonstrou as redefinições de relação dos moradores da Travessa dos Venezianos, em Porto Alegre, com suas casas, a partir do tombamento destas como patrimônio municipal.

Se pensarmos na discussão sobre a constituição da memória, podemos pensar no patrimônio cultural como um dos aspectos da formação da memória histórica, essa “memória organizadíssima”, nas palavras de Michel Pollak, e um dos componentes da memória coletiva. Peremptório? Esses emblemas da cultura/história brasileira, juntamente com outros elementos selecionados e

---

<sup>13</sup> Refiro-me particularmente ao caso de moradores de edificações tombadas ou pequenos núcleos urbanos, como é o caso de São Miguel das Missões. A indução ao (re)conhecimento das ruínas de São Miguel, por exemplo, implica “conhecê-las novamente”, movimentá-las da esfera de um elemento cotidiano, dessacralizado, para uma instância valorada, determinada por uma ação na grande maioria das vezes externa ao grupo.

legitimados pelas mais diversas instâncias, mesmo que decorrentes de processos participativos, como foi tratado por Ana Meira (2004) em sua obra, só tomam as proporções de representatividade quando reconhecidos pelas instâncias governamentais competentes. Não é suficiente que um bem seja valorizado por sua comunidade. O consenso com a avaliação do corpo técnico oficial é imprescindível. O exemplo da caixa d'água da Ilha da Pintada, citado por Ana Meira, é extremamente interessante e ilustra bem tal consideração. A comunidade, motivada a escolher um bem para ser considerado patrimônio, elegeu a caixa d'água, de alvenaria e bastante recente, como o bem mais importante do lugar. O reconhecimento ou negação de um elemento a ser preservado definitivamente não depende apenas do desejo da comunidade. Se tudo é patrimônio, nada é patrimônio.

O processo de legitimação completa-se e intensifica-se à medida que mais “títulos” de reconhecimento são conferidos a determinado bem. Isso implica não somente o aumento do valor de um bem em termos simbólicos, como também serve de “selo de qualidade” para outros processos que se baseiam no prestígio e em relações políticas. No caso do patrimônio protegido pelo IPHAN, a bourdiana autoridade da fala tem como instância máxima a decisão final dada por um Conselho Consultivo composto por profissionais de diversas áreas e portadores do título de notório saber.

Isso remete a dois aspectos que podem sugerir reflexões interessantes. O maior título oficial atualmente possível em termos de patrimônio cultural refere-se

ao reconhecimento, por parte da UNESCO, de certos bens como Patrimônio da Humanidade. Ao analisarmos o texto que dá os parâmetros básicos dessa ação, percebemos que os bens reconhecidos devem, necessariamente, corresponder a exemplos de algo universal excepcional<sup>14</sup>. As Ruínas de São Miguel Arcanjo obtiveram esse título em 1983, juntamente com outros remanescentes em países do Mercosul.

Longe de se questionar a importância ou não de tal título, bem como sua validade aplicada às ruínas, cabe indagar qual a universalidade refletida nesse procedimento. Nesse caso, o excepcional deve ser universal. Duas expressões que aparentemente excluem-se do ponto de vista de áreas do conhecimento humano, podem qualificar algo em nível mundial. E esse é o segundo aporte interessante: a universalidade do gênio humano parte da definição de áreas de conhecimento. A noção de excepcional universal implica universalidade de algo que não é comum, e nem poderia ser. Nesse raciocínio, o universal é acompanhado por uma exemplaridade exótica, porque não poder ser seguida, mas deve ser apreciada (e lembrada) por todos.

Essas eleições, que perpassam todas as esferas de preservação de bens culturais, mais que deixar os antropólogos contrariados, indicam que a escolha de algo a ser salvo do esquecimento, fiel escudeiro do tempo transcorrido, é centro

---

<sup>14</sup> Conforme a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, reunida em Paris de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. Monumentos, conjuntos e sítios de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte e da ciência. Extrato retirado do artigo 1 da Convenção.

de convergência de questões muito mais amplas do que uma simples opção técnica. Essa idéia de salvaguarda é bastante presente na lógica da preservação patrimonial. Lewgoy, de forma perspicaz, afirma que o tempo dos especialistas do campo do patrimônio é o tempo emergencial, imediato, contra a destruição (LEWGOY,1992:121).

A História representa a destruição, ao mesmo tempo em que é colecionada por meio de traços representativos. Não é à toa que o apelo jornalístico do *Correio do Povo* de agosto de 1938 inicia em letras garrafais: “*Para que o tempo não apague um grande capítulo da historia colonial riograndense...*”, com o subtítulo “*Monumentos que os séculos iam destruindo*”<sup>15</sup>. O tempo, portanto, é inimigo, ao mesmo tempo em que é o responsável pelo valor mais fundamental que torna os remanescentes dignos de preservação.

O distanciamento dos objetos no tempo e espaço transforma-os em objetos de desejo. Quanto mais antigo, mais desejado. É a distância do que eles significam que os torna mais interessantes e cobiçados, seja porque ligam o observador ao passado, à cultura popular, ao autêntico ou ao exótico. A autenticidade, segundo Gonçalves, é o efeito de sua própria perda (GONÇALVES, 1996:25).

O trabalho de preservação, segundo Reginaldo Gonçalves, parece estabelecer uma tentativa de continuidade com a situação originária em que se criaram e

---

<sup>15</sup> Para que o tempo não apague um grande capítulo da historia colonial riograndense... **Correio do Povo**, Porto Alegre, 4 agosto 1938. [s.p.]

utilizaram os bens. O discurso da preservação tem em seu interior o discurso da perda (1996:23). O presente, por si só, é corroído por esta sensação. Caminhamos, pois, sobre inumeráveis cacos de uma totalidade que, se existente algum dia, nunca mais existirá de forma completa. Ao mesmo tempo somos movidos, aparentemente, rumo à manutenção de tais “testemunhos” para o futuro, tomando a continuidade como um meio para o fim hipotético. A História tende a ser compreendida como um processo inexorável de perda:

Os remanescentes do passado, assim como as diferenças entre culturas, tenderiam a ser apagadas e substituídas por um espaço marcado pela uniformidade. Esse processo é considerado de modo unívoco, reificadamente, sem que se leve em conta, de modo complementar, os processos inversos de permanência e recriação das diferenças em outros planos. O efeito dessa visão é desenhar um enquadramento mítico para o processo histórico, que é equacionado, de modo absoluto, à destruição e homogeneização do passado e das culturas. Na medida em que esse processo é tomado como um dado, e que o presente é narrado como uma situação de perda progressiva, estruturam-se e legitimam-se aquelas práticas de colecionamento, restauração e preservação de ‘patrimônios culturais’ representativos de categorias e grupos sociais diversos (GONÇALVES, 1996:23).

O tempo corrói, portanto, o que está fixado no espaço. As ruínas de São Miguel, autênticas, porque originais e preservadas a partir de uma série de critérios de restauro e conservação, dão a ver algo que já não é mais. Os lugares que atuam como “suscitadores de lembrança” só possuem esse poder quando investidos de um valor simbólico. Segundo Catroga, esse lugares são indispensáveis a ritualizações ligadas ao passado, são traços/vestigios ressuscitadores de memória. Se tudo indica o patrimônio tombado como exemplo

disso, Catroga os denuncia como versão de uma perspectiva “fria”, típica de leituras patrimoniais e museológicas (CATROGA, 2001:25). Ainda assim, a mediação do traço material é condição para recordar para além do ato exclusivamente de imaginação, remetendo à função de representificação do passado (2001:25). Símbolo e significado, conforme Geertz<sup>16</sup>.

As mediações entre símbolo e significado, efetuadas pelos indivíduos no instante em que se toma contato com a materialidade imbuída de valor, indicam um aspecto menos objetivo, mas inerente a todo sujeito e de importância significativa nessas operações: as sensibilidades, compreendidas como *“...operações imaginárias de sentido e de representação do mundo, que conseguem tornar presente uma ausência e produzir, pela força do pensamento, uma experiência sensível do acontecido”* (PESAVENTO, [s.d]:3). Mais uma vez é sugestiva a matéria do Correio do Povo, no subtítulo “Centro do Turismo”:

O sr. Brando, ás nossas perguntas, externa outras considerações sobre a obra que está incumbido e as suas consequências para a zona missioneira. A s.s. que o museu a ser creado em S. Miguel fará daquela região um centro de convergencia turistica, por isso que, actualmente, já é grande o numero de pessoas que ali vão, com frequencia, visitar as ruinas das Missões contemplar-lhe as imagens mutiladas, sentir um pouco de historia riograndense.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Para o autor, a cultura *“...denota um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida”* (1989:103). *No que se refere ao símbolo “...ele é usado para qualquer objeto, ato, acontecimento, qualidade ou relação que serve como vínculo a uma concepção – a concepção é o ‘significado’ do símbolo...”* (GEERTZ, 1989:105). As apropriações do patrimônio parecem estar diretamente ligadas a esse sistema.

<sup>17</sup> Para que o tempo não apague um grande capítulo da historia colonial riograndense... **Correio do Povo**, Porto Alegre, 4 agosto 1938. [s.p.]

Ao visitarmos um local histórico, vestígio do que já foi, ficamos situados entre a imaginação, imediatamente ligada ao caráter abstrato da história, e, ao mesmo tempo, temos a impressão de materialidade, que pode conduzir à sensação de estar realmente presenciando o passado. Isso é definitivamente utilizado nos empreendimentos turísticos da região missioneira, por exemplo. Seguindo a percepção de Barthes sobre a “autenticação do real”, Reginaldo Gonçalves aponta para outras instituições culturais que podem vincular-se ao efeito de real: fotografias, reportagens, exposições de objetos históricos e exóticos, turismo, especialmente o cultural... Não são poucos os visitantes do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo que constantemente solicitam entrar fora do horário de visitação somente para tirar uma fotografia da fachada da igreja em ruínas.

A animação cultural de que fala Choay (2001), no sítio de São Miguel Arcanjo acontece por meio do espetáculo de Som&Luz, onde toda a encenação “dá vida” ao passado. A definição de uma história bastante determinada constrói-se então por uma série de suportes materiais, que orientam o visitante a conformar uma impressão sobre a história das reduções<sup>18</sup>. Essa forma de configuração do passado relembra a noção de documento da escola metódica. Vale a argumentação de Sergio D. T. Macedo, referindo-se ao Museu das Missões:

Os museus de carácter histórico podem perfeitamente ser denominados compendios vivos da história de um povo. Visitando-se um museu, que seja farto e bem arrumado, aprende-se mais numa simples visita que em muito tempo de leitura de tratados e obras didáticas. Principalmente

---

<sup>18</sup> Esta perspectiva foi bastante explorada por Ceres Karam Brum em tese defendida em 2005 no PPG de Antropologia Social da UFRGS.

para a juventude essas visitas são muito proveitosas. Deveria, mesmo, ser obrigatória para a mocidade das escolas a visita a essas casas que encerram a historia da Patria, porque é vendo os documentos, as armas e os utensilios de determinada época que se pode com precisão avaliar a instrucção e os methodos politicos, a coragem e a bravura, o systema de trabalho e producção dos homens que viveram nessa mesma época e que construíram com a sua intelligencia, a sua força e o seu trabalho, o Brasil pelo qual está lutando o Governo, no sentido de mantel-o puro e livre de influencias, no proposito de conserval-o brasileiro.<sup>19</sup>

Se é evidente que essa afirmação de 1940 não pode ser tomada como pauta para as leituras contemporâneas de museologia e patrimônio, é fato que ela aponta uma maneira de perceber o patrimônio como uma forma específica de conhecer o passado, colecionado e preservado em traços materiais representativos. Talvez Sérgio Macedo dê margem para que se inicie uma discussão acerca da tríade traço/documento/discurso articulada na base do patrimônio cultural.

## **1.2 Pesquisa e ação do IPHAN no Rio Grande do Sul: a especificidade da temática missioneira**

Toda esta estrutura de institucionalização do patrimônio cultural teve sua trajetória particular no Rio Grande do Sul. Pelo que foi possível averiguar, o primeiro interlocutor de Rodrigo Melo Franco de Andrade no Rio Grande do Sul foi Augusto Meyer. Escritor gaúcho, contemporâneo de Mário Quintana<sup>20</sup> e Carlos

---

<sup>19</sup> Commentario. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 13 março 1940.

<sup>20</sup> Mário Quintana, por muito tempo, assinou os recibos com os gastos do IPHAN no Sul, como forma de atenuar a burocracia da prestação de contas. **Carta de Rodrigo Melo Franco de**

Dante de Moraes, foi diretor da Biblioteca Pública do Estado durante o período em que também atuou como representante da 7ª região do SPHAN, que compreendia os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre. Sua correspondência com Rodrigo Melo teve uma frequência considerável e permite inferências sobre a organização do SPHAN na região sul, em particular no estado gaúcho.

Augusto Meyer foi peça fundamental na escolha dos bens a serem tombados no Rio Grande do Sul. Os bens por ele indicados e selecionados pelo diretor do SPHAN integraram o primeiro grupo de bens protegidos pelo Decreto-lei 25 em 1938. É dele a seleção que resultou no inventário dos bens que chegaram às mãos de Rodrigo para apreciação e decisão pelo tombamento. Apesar disso, sua presença na ação de preservação do IPHAN ainda é muito pouco mencionada face à sua atuação.

O diálogo de Rodrigo Melo com Augusto Meyer teve início em 9 de março de 1937, quando o diretor do SPHAN iniciou suas tratativas para que o escritor gaúcho assumisse a representação da 7ª região. Neste período, por todo o Brasil, foram realizados levantamentos para selecionar bens que deveriam ser protegidos por meio de tombamento de forma imediata. Na pesquisa realizada no Arquivo Noronha Santos, que guarda a maioria da documentação do IPHAN referente a esta época, foi possível perceber que Rodrigo correspondia-se com inúmeras

---

**Andrade a Augusto Meyer.** 14 de junho de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

peças de todo o país ao mesmo tempo e com semelhante dedicação. Suas correspondências são detalhadas, freqüentes e sempre interessadas no trabalho que cada um de seus representantes estava realizando nas localidades privilegiadas pela ação do SPHAN. No sul, Augusto Meyer trabalhou durante todo o ano de 1937, enviando para Rodrigo Melo fotografias, relatórios e inventários dos bens gaúchos de possível interesse para o SPHAN. É necessário fazer uma ressalva sobre a documentação de Meyer. Só foi localizada a correspondência do diretor do SPHAN para Augusto Meyer. Suas respostas não foram encontradas. Portanto, somente foi possível inferir sobre Meyer a partir das respostas de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Augusto Meyer foi um escritor ligado ao movimento modernista. Segundo publicações e reportagens sobre ele, percebe-se sua preocupação em articular regional e nacional. Preocupação na literatura que teria se manifestado na preservação do patrimônio nacional? Difícil precisar, dado o caráter da documentação. Entretanto, não é inválido tentar inferir, sobre as respostas de Rodrigo Melo, esta perspectiva. Rodrigo manifestou sua convicção de que Meyer era a pessoa mais indicada para assumir o posto em questão, mencionando profunda confiança na aptidão pessoal do escritor para a tarefa<sup>21</sup>. Em carta de 22

---

<sup>21</sup> **Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer.** 16 de abril de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ. Essa opção seria confirmada em carta de 22 de junho de 1937, quando Rodrigo manifesta seu contentamento com o trabalho de Augusto Meyer. *“Continuo a gostar de seu trabalho e a louvar-me cada dia mais de tê-lo escolhido para delegado do Serviço nessa Região. Os relatórios que o senhor vem mandando contêm todos os elementos desejáveis de informação, com a virtude excepcional de serem concisos. As photographias, por seu lado, não poderiam têr sahido melhores. As tiradas no patio da escola de Engenharia me encheram as medidas”.* **Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer.** 22 de junho de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

de abril de 1937 deu-se a confirmação de que o escritor havia aceitado a tarefa, ainda que com receio de não conseguir conciliar a direção da Biblioteca Pública do Estado e a coordenação da 7ª Região. Na mesma carta, Rodrigo afirmou ainda suas tratativas com David Carneiro, do Paraná, para que este assumisse os inventários do referido estado, ainda que subordinado ao assistente técnico da região sul. Efetivamente, Augusto Meyer assumiu o cargo de assistente técnico da 7ª Região em 1º de maio de 1937. Foi ele o responsável pela seleção dos bens que poderiam compor a coleção do patrimônio histórico do Rio Grande do Sul. Assim, Augusto Meyer organizou um inventário de bens no Rio Grande do Sul. Sobre o inventário, Rodrigo orientou:

elle deve comprehender tanto as obras de architectura urbana quanto as de architectura rural, devendo consistir num pequeno historico de cada monumento, com indicação da situação e da epoca em que foi edificado, da respectiva autoria (quando fôr possível apura-la), dos materiaes empregados na construção (cantaria, taipa, etc., das reformas que tiver soffrido, do seu estado actual de conservação, dos reparos mais urgentes de que necessitar o por fim, das referencias bibliographicas que existirem a seu respeito. Todas essas indicações poderão ser summarias, mas cumpre que cada pequeno relatorio referente a determinado monumento seja instruido com documentação photographica a mais completa possível. Ha tambem necessidade de que todos esses relatorios sejam submettidos á sua revisão e assignados pelo senhor.<sup>22</sup>

Nesta mesma correspondência, figurava o Rodrigo escritor, que remeteu a Meyer um exemplar de sua produção literária, o livro *Velorios*<sup>23</sup>. Os diálogos sobre

---

<sup>22</sup> **Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer.** 22 de junho de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

<sup>23</sup> "Hoje ainda ou segunda-feira lhe remetterei pelo correio o volume dos meus Velorios, pelo qual o senhor teve a bondade de se interessar. Não sei se elle merecerá as honra de um transporte tão longo, daqui a Porto Alegre. A materia de minhas historias é que é bem ralinha, segundo sua

patrimônio, sem dúvida, entrelaçavam-se com os diálogos sobre literatura. São várias outras referências sobre trocas de livros e cedência de exemplares de autoria de ambos. Diálogos sobre literatura que, mesmo indiretamente, tornam-se interessantes se mantida a idéia de que o trabalho do IPHAN é, também, uma construção de narrativa.

A correspondência de Rodrigo e Meyer versava, oficialmente, sobre os *monumentos de arquitetura de interesse histórico e artístico* do Rio Grande do Sul, conforme expressão sempre utilizada por Rodrigo. Entretanto, é fato que boa parte dos diálogos baseava-se nas ruínas de São Miguel Arcanjo<sup>24</sup>. A consolidação dos remanescentes foi tema bastante presente nas cartas. Outros bens mencionados são a Igreja de Viamão, Rio Pardo, Igreja das Dores e do Rosário, de Porto Alegre<sup>25</sup>, além do Museu Júlio de Castilhos. Em junho de 1937, Meyer indagou sobre a possibilidade de incluir em seus inventários arquitetura militar, fato confirmado por Rodrigo, que sugeriu a inclusão do Forte de Caçapava do Sul na relação de bens feita por Meyer<sup>26</sup>. Vale lembrar que todos estes bens foram tombados no primeiro ano de ação do decreto-lei 25. Fora estes, há menção na

---

expressão". **Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer**. 15 de maio de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

<sup>24</sup>Rodrigo indaga sobre outros possíveis remanescentes além de São Miguel. **Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer**. 26 de maio de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

em carta de 26 de maio de 1937.

<sup>25</sup> **Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer**. 12 de junho de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

<sup>26</sup> **Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer**. 22 de junho de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

documentação a uma casa na Feitoria Velha, provavelmente na região do atual município de São Leopoldo, e a casa de D. Diogo, no município de Bagé<sup>27</sup>.

A atuação de Meyer foi marcante não somente ao inventariar bens de todo o Estado, como também porque foi dele o critério de tempo a ser limite para a seleção dos bens. Segundo carta de 4 de junho de 1937, Rodrigo afirmou ter achado excelente “...*critério que o senhor adoptou para esse effeito, limitando o inventario ás obras edificadas no período comprehendido entre as missões jesuíticas e a revolução dos Farrapos*”. A definição, aliás, baseava-se em eventos históricos marcantes: missões, como o mito fundador do Rio Grande do Sul, e a Revolução Farroupilha<sup>28</sup>. Distante de estilos arquitetônicos, Augusto Meyer se orienta pelos limites de acontecimentos históricos.

Augusto Meyer tomou conhecimento da destruição do colégio jesuítico de São Luiz Gonzaga, estrutura que fazia parte da redução homônima e perdurou até a década de 1930<sup>29</sup>. Rodrigo, quando comunicado, utilizou-se deste fato para reafirmar a proteção oferecida pelo tombamento e acenar com o interesse pela reunião de todos os dados possíveis sobre a edificação demolida, bem como

---

<sup>27</sup> **Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer**. 31 de julho de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

<sup>28</sup> **Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer**. 4 de junho de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

<sup>29</sup> “A demolição do antigo Collegio de São Luiz, precisamente no instante em que davamos inicio á nossa actividade nessa região, constituiu um attentado inqualificavel que nos deveria desalentar para a execução da tarefa a que nos propomos, si não fôra a certeza que podemos ter da impossibilidade da reprodução de semelhante vandalismo desde que seja promulgada a lei já approvada pela Camara, organizando effectivamente a protecção do patrimonio historico e artistico nacional e outorgando poderes a esta repartição para intervir nesse sentido quer junto aos particulares, quer junto ás autoridades federaes, estadoaes e municipaes”. **Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer**. 4 de junho de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

fotografias. Ao que tudo indica, mais que uma tentativa de tornar o bem exemplar, havia a intenção de fazê-lo perdurar, ainda que como imagem.

Rodrigo Melo, a partir dos bens mencionados por Meyer, indagava ainda sobre monumentos interessantes de arquitetura popular<sup>30</sup>, mesmo que não deixando explícita sua compreensão sobre o que seriam exatamente estes exemplares. Meyer enviou notas bibliográficas sobre a história das missões, exemplares nas palavras de Rodrigo. Estas referências, ao seu modo, provavelmente orientaram, mais uma vez, o enquadramento de missões dentro de uma moldura da história/patrimônio que os remanescentes passariam a simbolizar<sup>31</sup>.

Um dado fundamental, que não foi encontrado, refere-se ao material sobre os monumentos do Estado, enviada ao Ministério da Educação em junho de 1932 pela Secretaria do Interior. Rodrigo acionou Carlos Dummond de Andrade para localizar a documentação, de importância para os serviços que estavam sendo realizados. É provável que estes documentos se relacionassem diretamente ao trabalho da Secretaria de Obras Públicas do Estado. As ruínas de São Miguel Arcanjo foram consideradas *logar histórico*<sup>32</sup> por despacho presidencial de 2 de

---

<sup>30</sup> **Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer**. 4 de junho de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

<sup>31</sup> A utilização das referências de Hemeério Veloso da Silveira é mencionada mais de uma vez na correspondência. **Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer**. 12 de junho de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

<sup>32</sup> **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Augusto Pestana Secretario de Estado dos Negócios das Obras publicas em 25 de junho de 1927**. 1º Volume. Porto Alegre: Oficinas Graphics D'A federação, 1927, p. 498.

outubro de 1925<sup>33</sup>, ano em que tiveram início as obras de consolidação nos remanescentes, sob a coordenação da Comissão de Terras de Santa Rosa.

Augusto Meyer também possuía “correspondentes” no interior do Estado, como foi possível confirmar na correspondência de julho, numa bem humorada carta de um interlocutor de Santiago do Boqueirão, que faço questão de reproduzir na íntegra:

Augusto Meyer  
Um abraço archeológico

Presentes aqui, nestes rincões, as circulares do sr. Delegado da 7ª Região. Pois seu Meyer, por aqui não há nada, por esta vasta campanha. O que havia era frágil e o tempo comeu. Ficaram uns valos velhos, cavados por braço de negro, e umas taipas de pedra, erguidas por europeus engajados pelo Primeiro Pedro. Dos solares, o que resta, é tudo muito moderno: de 1850 para cá. E sem fisionomia típica. Em S. Nicolau, há 10 anos, sobrevivia ainda um pórtico se desengonçando pelo raizame de uma bruta figueira. Do mais, só vagos alicerces no meio da guanxuma. E não ser S. Miguel e as outras antigas capitães com algum vestígio jesuítico, pouco ou nada resta digno de menção. Suponho que não deve ser assim pelo sul do Estado onde, muito antes do brigadeiro Paes, começaram a radicar-se as turmas refluidas do Sacramento. E lá, com o castelhano á vista, decerto construíram coisa mais durável que os simples aduães missionários. Verdade?...

Em todo o caso, fico ás suas ordens. O que v. devia fazer, ahi por outubro, era apromptar o guarda-chuva do Dr. Tópsius, e tocar para estas terras do Caáro, afim de medir exatamente o venerado patrimonio artistico. E, como Bopp em Guatemala, teria passe livre para a generosa missão. Aqui, propriamente, o que ha de curiosidade historica, no momento, é um sério descendente do Borges do Canto. O dr. Telmo Jobim, agora ahi, póde dar-lhe algumas informações,

---

<sup>33</sup>Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Augusto Pestana Secretario de Estado dos Negócios das Obras publicas em 25 de julho de 1927. 2º Volume. Porto Alegre: Officinas Graphicas d'A federação, 1927, p. 423.

bem assim como nosso provector amigo Desiderio. V. falou em romance de costumes? Tudo boatos... Nem eu tive intenção de rebelar-me, nem ideia de intervir no Estado, nem de escrever romance. É, como digo, pura exploração politica. Coisa de adversarios certamente... Porque creio que aquela impotencia sentimental do sarcasta, que v. descobrio, ainda não me conduzio ás excelcias do mundo da lua...

Para V., amigo e auctor, basta esta prova de que o li. E bem lido. Portanto, tome lá outro abraço, já não archeológico do sempre seu Aureliano de Figueiredo Pinto<sup>34</sup>.

É bem humorada a referência ao caricato personagem Dr. Topsius, do romance “A relíquia”, escrito por Eça de Queiroz em 1887. O arqueólogo alemão, especializado no Egito e na Palestina, “magríssimo e pernudo” evoca simpática lembrança com a figura de Augusto Meyer. Mais uma vez, literatura entremeando os contatos.

Augusto Meyer também investigava. Encontrou fragmentos missioneiros no jardim da Escola de Engenharia, em Porto Alegre. Rodrigo pensou na reintegração das peças aos locais de origem, cogitando a hipótese de levá-las para São Miguel ou São Nicolau, locais em que estavam previstas obras de restauração. Além disto, Augusto Meyer mostrou-se tão interessado nas estâncias gaúchas a ponto de mencionar, como depreende-se pela fala de Rodrigo, a intenção de redigir artigo para o primeiro número da Revista do Patrimônio sobre o tema<sup>35</sup>. Em correspondência de 26 de junho de 1937, Rodrigo Melo enviou 30 fichas

---

<sup>34</sup> **Carta de Aureliano de Figueiredo Pinto a Augusto Meyer.** 29 de julho de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

<sup>35</sup> **Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer.** 22 de junho de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

destinadas ao tombamento das obras de arquitetura do Estado, a serem preenchidas com os relatórios parciais enviados por Meyer desde maio<sup>36</sup>.

A partir do mês de junho, a correspondência entre Augusto Meyer e Rodrigo Melo tornou-se mais pessoal. Comentários bem humorados e indicações de uma amizade crescente<sup>37</sup>. Em agosto, o escritor viajou para o Rio de Janeiro e encontrou-se com Rodrigo Melo. A primeira correspondência depois da viagem data de 25 de setembro, num manuscrito de Rodrigo respondendo a carta enviada por Meyer depois de seu retorno a Porto Alegre<sup>38</sup>. Já em 1937, mesmo antes de qualquer tombamento, Rodrigo Melo já oficiou a Meyer sua mobilização para conseguir verba para aplicar em obras de conservação e restauração no Rio Grande do Sul, a fim de desenvolver uma “*atividade desenfreada pelos pagos*”<sup>39</sup>. Ação rápida contra o tempo da destruição.

---

<sup>36</sup> **Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer**. 26 de junho de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

<sup>37</sup> “*Estou com muita saudades suas e da nossa conversa molle. Desde que V. partiu ando quase abstermido*”. **Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer**. 9 de outubro de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

<sup>38</sup> “*Sua carta veio attender um pouco a falta enorme que V. já estava fazendo aqui. Reatou por um momento aquellas nossas conversas de que eu sentia muita saudade. Mas, sobretudo, me enterneceu pelas coisas affectivas que V. disse sobre os amigos feitos aqui. Aliás, todo o mundo que V. conheceu no Rio ficou lhe querendo bem. Desde o relutante [?] do becco até o laureado Vinicius. 3 gerações. É preciso, portanto, que V. cumpra de facto a promessa de voltar em 1938, para se demorar pelo menos dois meses. E até lá, torna-se imprescindível que não deixe de escrever com frequencia, dando noticias minuciosas e [?] longamente. (...) Não se esqueça [??], a que V. se obrigou, das edições originaes de suas obras completas. Faça muita questão do manuscrito para a collecção, mas sem prejuizo do recebimento de todos os livros que V. já tem publicados*”. **Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer**. 25 de setembro de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

<sup>39</sup> **Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer**. 4 de outubro de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

Continuaram as trocas literárias entre os correspondentes<sup>40</sup>, ao mesmo tempo em que foram autorizadas as obras em São Miguel. Na mesma correspondência, a ida de Lucio Costa à região foi mencionada. Meyer executava o trabalho com competência, segundo é possível apreender na fala de Rodrigo. Entretanto, parecia pecar pela distração com a burocracia, demorando a providenciar os documentos necessários para sua contratação efetiva como Assistente Técnico<sup>41</sup>. Atende à descrição de seus colegas sobre sua personalidade<sup>42</sup>...

A liberação de verba para as obras nas missões teve alguns contratemplos até que, em 25 de outubro, deu-se a confirmação da possibilidade de execução das obras. Inicialmente, a intenção de Rodrigo era de confiar a Lucio Costa a direção efetiva das obras em São Miguel Arcanjo. Diante da impossibilidade do arquiteto, ficou acertado que ficaria sob sua responsabilidade, invariavelmente, todo o projeto que deveria ser realizado nas ruínas reducionistas. Além de todas as providências para viabilizar a viagem, Meyer também recebeu a incumbência de localizar um profissional para executar as obras e contratar um fotógrafo para

---

<sup>40</sup> "Recebi hoje seus *Poemas de Bilú*, assim como o *Machado de Assis* e o livro de Carlos Dante de Moraes. Fiquei muito enternecido, mas não deixo de lhe reclamar os outros volumes publicados: faço questão fechada de possuir todos". **Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer**. 13 de outubro de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

<sup>41</sup> "Por falar em delegação de poderes, você precisa tratar com urgência de ultimar o preparo dos documentos imprescindíveis para de seu nome para assistente técnico contratado. Agora mesmo estou elaborando a relação do pessoal contratado do Serviço para ser remetido ao Ministério da Fazenda, de acordo com as disposições da lei de reajustamento do funcionalismo. Há toda a conveniência em que antes do fim do ano sua situação esteja regularizada, sob pena de, no ano que vem, eu não dispor de verba para pagar seus vencimentos. Preste atenção a isso seu poeta!". **Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer**. 13 de outubro de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

<sup>42</sup> Em matéria publicada sobre Augusto Meyer, Carlos David afirma: "*Poucos poetas corresponderão à imagem física ideada pelo leitor, antes de um contato pessoal. Alto, magro, basta cabeleira ruiva agora mais dócil e com toques platinados, olhos miúdos, perscrutadores, tem um não sei que ar de Dom Quixote saxônico. Como notou Carlos Dante de Moraes, 'é, no aspecto, o ensimesmado típico'*. Solitário, nutre à **sombra da estante** a paixão da aventura" (1979:13).

acompanhar e registrar a viagem de Lucio Costa à região missioneira<sup>43</sup>. Meyer sugeriu, em correspondência posterior, a realização de um filme para documentação e Rodrigo chegou a autorizar a compra de dois rolos para o registro<sup>44</sup>. Infelizmente, até onde foi possível averiguar, o filme não foi realizado.

Se Augusto Meyer foi o responsável pelas tratativas entre o estado gaúcho e o Ministério da Saúde e Educação, David Carneiro foi o responsável pelas intervenções práticas quando o escritor gaúcho foi chamado para presidir o Instituto Nacional do Livro. As reportagens sobre a atuação do IPHAN nos remanescentes possuem sempre como porta-voz David Carneiro, apresentado como industrial e historiador de Curitiba, que ia pessoalmente ao noroeste do Estado orientar os trabalhos a serem executados.

Ao longo das entrevistas para a imprensa, David Carneiro não deixava passar sua participação pessoal devotada, bem identificada com a idéia de missão em favor do patrimônio, numa cruzada contra o tempo destruidor. Esse modo de ser dos técnicos do patrimônio perdurou por longo tempo nos quadros técnicos do IPHAN. Vale a transcrição de todo o trecho:

Para executar as obras necessarias ao cumprimento de minha delicada missão, impõe-se-me ir muitas vezes á região. O aceso é facil, pois se vai até Santo Angelo por ferrovia e dali de onibus a todos os póvos. Aliás, devo dizer que o governo da União apenas me faz os gastos das viagens. O meu trabalho não é remunerado. Sinto-me feliz

---

<sup>43</sup> **Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer.** 25 de outubro de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

<sup>44</sup> **Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer.** 30 de outubro de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

de o prestar a minha patria, contribuindo para o revigoramento de nossas tradições como as das Missões que evocam a estupenda obra de delimitamento das fronteiras meridionais de nossos invictos e impreteritos antepassados<sup>45</sup>.

Para todo aquele que conhece o trajeto a ser cumprido para chegar à região das missões, fica possível imaginar o trabalho nem tão fácil de coordenar os trabalhos num lugar tão distante e desprovido de infra-estrutura. A viagem de trem, sem dúvida, era longa e as instalações, precárias. Nada disso desanimou Lucio Costa, o enviado de Rodrigo Melo Franco de Andrade à região missioneira.

---

<sup>45</sup> Um valor nosso ao serviço do Brasil. **Diario da Tarde**, Curitiba, 28 março 1938.

# 2

## O arquiteto no campo da História: Lucio Costa dá sentido ao naufrágio

*recolhendo-se, em seguida, a um pequeno museu local, as peças que, sobrevivendo à catástrofe, por assim dizer, 'deram à praia': capitéis, cartelas partidas, ainda com o IHS, os três cravos e a cruz, imagens mutiladas e já sem cor, - peças cuja vista nos deixa uma impressão penosa e certo mal-estar, como se realmente estivéssemos diante dos destroços de um naufrágio.*  
(Lucio Costa, Registro de uma vivência)

Naufrágio, resultado da força do homem ou da natureza, traz em seu espectro a destruição. Marcas que evocam algo que já não é mais. Mas, para além disto, naufrágio é desordem, é caos. O arquiteto, então testemunha do espaço náufrago, deu início a seu trabalho, reorganizando e dando sentido ao caos que encontrou espalhado pelo vasto campo (oceano) ocupado tempos atrás pela experiência jesuítica na América espanhola.



Ruínas de São Miguel Arcanjo. Vista interna [s.d.].

Lucio Costa tinha 35 anos quando foi de hidroavião ao noroeste do Rio Grande do Sul, para “...*examinar in loco e decidir o que fazer com as ruínas dos chamados Sete Povos da província jesuítica espanhola, que ficaram encravados do lado de cá*” (COSTA, 1995:18). Veio acompanhado de sua esposa e de Augusto Meyer, correspondente que já havia enviado uma série de informações sobre a região.



Lucio Costa, Leleta e Augusto Meyer nas ruínas de São Miguel Arcanjo [1937].

Segundo Rodrigo Melo:

ninguem no Brasil estará nas condições delle para se incumbir da tarefa que temos em vista e, se eu tiver a felicidade de obter que elle aceite tomar a si o serviço, podemos estar certos de que a restauração dos vestígios das Reducções será uma obra admiravel. Mesmo porém, que o Lucio não queira afinal aceitar pessoalmente a incumbencia da direção effectiva dos trabalhos, poderemos

contar com a orientação delle, porque esta elle já me prometteu<sup>1</sup>.

Se foi o início de seus trabalhos no SPHAN, é fato que sua trajetória profissional já era rica em experiências. Lucio Costa já estava plenamente vinculado à arquitetura modernista. Os projetos do Ministério da Educação e Saúde e do Museu das Missões são da mesma época. Se, no primeiro, o arquiteto trabalha com uma equipe<sup>2</sup>, no Museu das Missões sua atuação é individual. É fato que, ao longo do trabalho, Lucio Costa contou com a colaboração de Paulo Thedim Barreto, por exemplo, autor da solução final para a Casa do Zelador. Entretanto, a interpretação, a “organização do naufrágio”, é de sua autoria, de sua leitura do espaço e da forma possível de contar a história missioneira por meio da ordenação desses remanescentes.

## **2.1 Plano e interpretação: a reordenação imaginária de Lucio Costa**

É provável que Lucio Costa estivesse a par de todas as referências que haviam sido encaminhadas por Meyer durante seu inventário dos bens culturais do Rio Grande do Sul, demonstrando um grande conhecimento sobre a história das reduções. Uma das referências mais citadas, tanto por Lucio quanto por Rodrigo Melo, é Hemetério Veloso da Silveira. Interessante perceber que Hemetério Veloso tem uma preocupação com o processo de arruinamento das estruturas ao

---

<sup>1</sup> **Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer.** 13 de outubro de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

<sup>2</sup> O projeto para a sede do MEC, de 1936, contou com a participação de Oscar Niemeyer, Afonso Reidy, Jorge Moreira, Carlos Leão e Ernani Vasconcellos. Este projeto teve grande expressão na trajetória profissional de Lucio Costa, sendo conhecido o episódio que envolve a colaboração de Le Corbusier no projeto.

longo do tempo. Este observador, um dos últimos de uma seqüência de viajantes, teve a oportunidade de visitar os remanescentes mais de uma vez, em fins do século XIX. Assim, seus comentários muitas vezes remetem a visitas em anos anteriores, mostrando ao leitor o processo pelo qual destruíam-se vestígios materiais das reduções. Evoca também outras leituras, viajantes de outros tempos, para indicar as perdas em cada um dos elementos observados. Em 1855, Hemetério Veloso sobre São João Batista, afirma:

Trinta anos antes, em viagem para São Borja no desempenho do cargo de magistratura, aí passamos pela primeira vez. O estado da ruína era já adiantado, mas ainda havia muito que ver e apreciar, muitas relíquias arquitetônicas, suscetíveis de uma permanência até hoje inalterável, se houvesse um pouco de cuidado pela sua conservação. Mas ao contrário, o governo foi deixando, impassível, que um povo estúpido e inconsciente destruísse uma edificação custosíssima e difícil de reproduzir (1979:179).

Esta, que não é a única referência deste caráter<sup>3</sup>, torna interessante refletir sobre as considerações de Hemetério Veloso quando lidas pelos técnicos do SPHAN. Fina sincronia torna aproximáveis tais leituras quando refletimos sobre o arquiteto preservacionista, então no mesmo cenário experimentado por sua fonte de informação. Como é possível observar em seu relato, Hemetério Veloso busca

---

<sup>3</sup> “Quando pela última vez aí passamos [São João Baptista, em 1886], conseguimos com muita dificuldade chegar ao local da igreja. Apenas existia por terra a verga da porta principal, conservando alguns labores, entre estes: um rosário, o monograma da Ave Maria e dois anjos perfeitamente esculpidos, segurando o rosário. Essa verga de pedra talvez por causa de sua grossura, não se quebrou quando caiu de sobre os portais. Entretanto, não fora essa verga e não teríamos jamais descoberto o local onde existiu o grande templo. Seus alicerces tornaram-se invisíveis, cobria-os a terra, grama e, em parte, alguns arbustos.” (SILVEIRA, 1979:183).

outras fontes, pesquisa documentação nas localidades, entrevista pessoas<sup>4</sup>, preocupa-se com a ineficácia das autoridades e busca marcar cada etapa do processo de arruinamento das edificações. Este personagem, sem dúvida, foi um dos guias de Lucio Costa em sua visita. Um preservacionista que, de forma indireta, conhece as ruínas por meio de um de seus narradores mais esmerados.

Rodrigo Melo também já deveria ter colocado em suas mãos os relatórios das obras realizadas pelo Governo do Estado entre os anos de 1925 e 1927. Tais obras, referentes a intervenções para conservação dos remanescentes, foram coordenadas por João Dahne, vinculado a Secretaria de Terras de Santa Rosa. O relatório contava com fotos e descrição dos trabalhos. Assim, munido de referências e a par do maior número de informações possíveis, visitou a região missioneira. Apesar de bastante conhecido e extensamente utilizado, retomo, a seguir, parte das considerações presentes no relatório do arquiteto quando de seu retorno ao SPHAN.

Uma das primeiras recomendações diz respeito à manutenção dos remanescentes em seu estado de ruína: “... *não se pode pensar em reconstruir São Miguel ou mesmo recompor qualquer de suas partes...*”, afirma o arquiteto, “...*os trabalhos deverão limitar-se, tão somente, a consolidar e conservar*” (PESSOA, 2004:25-26). Assim observado, fica implícita a negação da reinvenção

---

<sup>4</sup> “Do transporte dos sinos, foi encarregado o português Francisco Antônio Alves (nosso amigo pessoal) que informou ter o maior um peso excedente de cem arrobas de bronze e haver por essa causa quebrado mais de um eixo da carreta. Esse sino ainda existe com três outros menores sendo dois rachados” (SILVEIRA, 1979:190).

arbitrária de toda e qualquer reafirmação do passado ao qual eram ligadas, naquele momento, as pedras e colunas da antiga redução de São Miguel Arcanjo. Antes de tudo, a negação de uma reinvenção pela simples tentativa de recriar o passado. Na arquitetura, como já foi citado anteriormente, critérios de restauro norteiam tais intervenções, pautando o trabalho de preservação. Na análise do arquiteto Carlos Comas:

Lucio não cogita da *restauração estilística* de Viollet-le-Duc, implicando o completamento da edificação no estilo original. Não emula Williamsburg: na antiga capital americana em restauração concomitantemente, a presença de ruínas era secundária e a reversão de uma maioria de estruturas sólidas a um momento privilegiado de sua história era o objetivo justo. Mas Lucio tampouco assume a atitude de um Ruskin, para quem o passado era intocável e só era moralmente legítimo retardar sua morte por uma manutenção não obstrutiva. Atualizado, alinha-se com os princípios defendidos na Carta de Atenas de 1931 e na Carta Italiana do Restauro, de 1932, redigida por Gustavo Giovanonni a partir da *restauração histórica científica* endossada no começo do século XX por Camillo Boito, contrário ao fatalismo de Ruskin e à ação fantasiosa de Viollet-le-Duc. (COMAS, 2006:[s.p])

Baseando-se nos autores de referência nos projetos de restauração, Comas debate acerca da atualidade da decisão de Lucio Costa. Desconheço se, de fato, Lucio Costa leu ou não tais teorias. É bem possível que tenha tomado conhecimento de tais discussões, dado seus contatos numerosos, sua curiosidade incansável e sua sólida formação. Segundo Stello (2005), quando Lucio Costa realizou a visita na região missioneira haviam ocorrido os primeiros congressos internacionais<sup>5</sup> para discussão e criação de critérios de preservação.

---

<sup>5</sup> Referência às Cartas de Atenas de 1931 e 1932.

Proponho, entretanto, que se pense na relação implícita que há nesta sugestão e a idéia de construção de uma narrativa histórica cujo pressuposto é o de unir rastros/vestígios numa ordem cognoscível, onde o encadeamento dos dados se dá pelo enredo tecido pelo narrador. Assim, um primeiro dado se configura: ao não refazer nenhuma estrutura, Lucio Costa aponta para a desaceleração do tempo num momento contemporâneo. Não evoca, pois, a experiência missioneira, mas sua lembrança.

Ao recomendar as medidas para a conservação do que ainda existia e, nas palavras do arquiteto, para “dar ao visitante uma impressão tanto quanto possível aproximada do que foram as Missões”, Lucio Costa estabelece as orientações para o Museu das Missões e pensa nele em função de seu acervo. Lucio julga conveniente a concentração de todas as peças missioneiras em São Miguel, independentemente de seu local de origem. Com tais peças sugere a constituição de um pequeno museu no local das ruínas, para que estas ficassem “mais acessíveis” e também por julgar que os vestígios de São Miguel eram os únicos a apresentar “interesse como conjunto arquitetônico”. Mais que isso, segundo ele,

reunidas, as peças ganharão outro sentido, porquanto limpo o terreno e postos em valor os traços já tão apagados dos panos de paredes, seqüência de bases ou simples contornos de fundações do colégio, das oficinas, da quinta e das casas (...), a impressão que nos dará S. Miguel, com a velha igreja articulada de novo aos restos daquilo que foi simplesmente um prolongamento do seu corpo, será muito maior significação (PESSOA, 2004:37).

Assim, Lucio propõe a ressignificação das peças, arranjando, entre o novo e o antigo, as antigas esculturas e fragmentos com a igreja e os remanescentes das estruturas contíguas. Além disso, o arquiteto propõe a rearticulação das ruínas com os fragmentos decorativos que a compunham, bem como com imagens sacras que, em tese, fizeram parte de seu interior. Não é para menos que Lucio identifica as ruínas da igreja de forma quase orgânica, um corpo, então prestes a se rearticular.

Ao mesmo tempo em que desaconselha uma reconstrução do todo ou das partes materiais dos remanescentes, o arquiteto busca restabelecer as conexões simbólicas entre os traços, jogando com o contraste entre fragmentos até então dispersos. Assim, ao invés de propor a “verdade histórica” por meio da recomposição total das estruturas, Lucio tece uma outra reordenação, indicando uma “intenção de verdade” ao reinterpretar o espaço sem preenchê-lo com estruturas sobre as quais não tinha certeza.

Na restauração de objetos e edificações antigas, a intenção de verdade é uma opção tão clara e séria quanto na escrita da História. O trabalho de restauração tem a preocupação obstinada de diferenciar o antigo do novo, de deixar marcas que evidenciem a passagem do tempo no objeto/edificação e que marquem as intervenções modernas. Ao mesmo tempo, busca-se a caracterização original do bem, restituindo-lhe a maior quantidade possível de aspectos originais. A questão do autêntico é polêmica na área das Ciências Humanas, principalmente na Antropologia. Objetos/edificações autênticas seriam pressuposto para cultura

(mesmo do passado) autêntica? É certo que não. Segundo Reginaldo Gonçalves, “...poderíamos dizer que a cultura autêntica é precisamente o que escapa de toda e qualquer definição, classificação e identificação precisa e objetificadora, tal como ocorre os discursos de patrimônio cultural em seu sentido moderno, especialmente quando articulados por agências do Estado” (GONÇALVES, 1995:31)<sup>6</sup>. Ainda nesse tema, Llorenç Prats traz aporte interessante. Segundo a autora,

Yo ignoro si la *Gioconda* que se expone en el Louvre es el original o una esmerada copia, pero sí hay dos cosas que me atrevo a afirmar con razonable convicción: que el conocimiento artístico que se transmite es el mismo y que las colas para contemplarla no se formarían si se tuviese la certeza de que se trataba de una copia. Parecen dos afirmaciones contradictorias, pero, al contrario, reflejan las dos realidades que confluyen en la obra de arte: sacralidad y conocimiento (PRATS, 1997:65).

No caso do patrimônio edificado, a idéia de autenticidade é um dos pressupostos fundamentais. Réplicas são duramente criticadas, uma vez que são imitações desprovidas da “aura” do objeto original. Vale mais o dado de que uma edificação possui a grande maioria de seus componentes ainda feita com materiais originais, de acordo com as técnicas da época de sua construção, que a totalidade representada em imagem. Chamo a atenção para a necessidade de informação sobre a autenticidade<sup>7</sup>. Faz-se questão desta singularidade e reforça-

---

<sup>6</sup> Essa perspectiva foi um dos aspectos demonstrados por Eduardo Viveiros de Casto (2002) em seu trabalho com a documentação franciscana a respeito de ameríndios denominado “O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem”.

<sup>7</sup> Os critérios de intervenção arquitetônica tomam como base a marca distintiva entre o que é original e o que foi realizado em épocas posteriores. A intervenção descontextualizada assemelha-se, para os arquitetos restauradores, à execução de uma partitura de Mozart na qual faltam algumas notas apagadas no original. Colocar elementos descontextualizados seria como colocar notas à revelia na partitura clássica. Ao mesmo tempo, o novo deve indicar sua condição sem ficar dissonante da totalidade da obra.

la para o público constitui um esforço, sempre consciente. *Ser original* importa mais que *parecer original*. A narrativa constrói-se, se isso é possível, justamente por marcar a distinção do traço preservado em relação ao novo circundante. No caso de uma coleção museológica disposta para recriação de um ambiente, esta questão relativiza-se. Ao montar uma cena com móveis e objetos, a intenção explícita é efetivamente recriar o ambiente do passado. A marca do original ainda se faz sentir, não somente em relação ao objeto disposto, mas à conformação da ambientação. Não deixa de ser frustrante a descoberta de que a maioria dos objetos contidos numa sala não pertenciam ao mesmo cômodo, ao mesmo dono ou, ainda “pior”, à mesma casa.

O esforço de inteligibilidade, neste caso preponderante, situa-se entre o esforço de demonstrar as (re)construções fracionadas e não originais numa edificação restaurada e a síntese linear de uma narrativa histórica. Se uma exposição museológica também possui a intenção de verdade, é na narrativa textual que a síntese do heterogêneo encontra seu *locus* privilegiado. A composição de uma síntese estruturada e que se pretende coerente ocorre nos três casos. Entretanto, no caso do patrimônio edificado, situa-se uma dupla perspectiva: enquanto na esfera técnica a composição de uma intervenção na estrutura edificada marca sua síntese do heterogêneo, no plano da seleção dos traços considerados representativos a tentativa é de selecionar o que representa o Brasil, no caso da ação de preservação relacionada ao IPHAN, e o que “dá a ver” Missões.

Proponho que compreendamos o objeto/edificação configurado patrimônio cultural como palavra de um texto, com autores de propósitos bastante diversos. A intenção de verdade também é outro elemento que parece transitar pelos dois campos de conhecimento. A narrativa histórica seria distinta da literatura por sua intenção de verdade. Baseada na investigação exaustiva das fontes, a construção do historiador visa ser uma *reconstrução* do passado: “*Por meio do documento e da prova documentária, o historiador está submetido ao que, um dia, foi*” (RICOEUR, 1994:242, C). Assim, a noção de prova, fundamental ao ofício, tem por base apoiar a trama composta pelo historiador sobre o passado, possui valor de garantia.

Para Paul Veyne “*A história é, em essência, conhecimento por meio de documentos. Desse modo, a narração histórica situa-se para além de todos os documentos, já que nenhum deles pode ser o próprio evento; ela não é um documentário em fotomontagem e não mostra o passado ao vivo como se você estivesse lá...*” (VEYNE, 1998:19). O trecho, presente no trabalho “*Como se escreve a história*”, dá margem a reflexões que parecem justas à proposta deste trabalho. A narração histórica, segundo o autor, situa-se para além dos documentos. É fato. A organização de todas as referências, com a supressão de suas lacunas, dá origem a uma fala que busca narrar um evento que não está contido em nenhuma das fontes em particular. Documentos e narrativas sobre o passado (sempre com intenção de verdade) compõem o ofício do historiador. Os remanescentes móveis e imóveis da experiência missioneira e a posterior ordenação do espaço pela concepção de Lucio Costa aproximam-se de tal

proposição. Em que medida a noção e intenção de “passado ao vivo, como se você estivesse lá”, aplica-se ou não ao campo do patrimônio?

Lucio Costa não sugere a reconstrução do passado, sua intenção não é a de tratar de um passado ao vivo, como se “você estivesse lá”, mas reaproximar tempos em certa medida díspares. Segundo Veyne (1998:27), o historiador muda de tempo, sem prevenir, conforme o “tempo” das fontes. Todo livro de história seria, inevitavelmente, um tecido de incoerência. Sugiro então aproximar essa tessitura da orientação de Lucio Costa. Por que não pensar que seu trabalho vai ao encontro do esforço característico do ofício histórico, que é o de reencontrar uma organização (VEYNE, 1998:41) que o historiador, neste caso o arquiteto-intérprete, encontra. Mais que isso, Lucio Costa prefere não alterar os documentos, como proponho que sejam compreendidos os remanescentes, mas, sim, organizá-los, urdindo um enredo finalístico.

Olhar para um vestígio/rastro<sup>8</sup>, tentando apreendê-lo, pode se aproximar da relação texto/leitor estabelecida por Ricoeur. Se escreve e se lê, ao fim e ao cabo, com expectativa. E não é o texto em si que seduz o leitor, mas essa relação. Na definição do acervo patrimonial, ela também parece acontecer. O referente é

---

<sup>8</sup> A noção de rastro parece fundamental e é identificada aqui com os remanescentes reconhecidos como patrimônio cultural. Segundo Ricoeur, “...é no fenômeno do rastro que culmina o caráter imaginário dos conectores que marcam a instauração do tempo histórico. Essa mediação imaginária é pressuposta pela estrutura mista do próprio rastro como efeito-signo. Essa estrutura mista exprime abreviadamente uma atividade sintética complexa, em que se compõem inferências do tipo causal aplicadas ao rastro como marca deixada e atividades de interpretação ligadas ao caráter de significância do rastro como coisa presente que vale por uma coisa passada” (RICOEUR, 1994:320). A formação de um discurso ordenado, no caso do patrimônio, precede um momento efêmero, repetido, ainda que individual e sempre diferenciado pela subjetividade de seu observador.

diferente, mas a ação intermediária parece bem próxima de tal processo: “*Sem leitor que o acompanhe, não há ato configurante em ação no texto; e sem leitor que se aproprie dele, não há mundo desdobrado diante do texto*” (1994:283). Mais próximo ainda do que parece ser possível afirmar, Ricoeur afirma:

São justamente as atividades de preservação, de seleção, de agrupamento, de consulta, que mediatizam e esquematizam, por assim dizer, o rastro, para transformá-lo na última pressuposição da reinscrição do tempo vivido (o tempo com um presente) no tempo puramente sucessivo (o tempo sem presente). Se o rastro é um fenômeno mais radical do que o do documento ou do arquivo, em compensação é o processamento dos arquivos e dos documentos que faz do rastro um operador efetivo do tempo histórico (1994:320).

Logo, é evidente que o rastro não basta por si mesmo. A interpretação de remanescentes materiais depende das falas que lhe são atribuídas, das informações que foram pesquisadas, dos dados extraídos de sua própria constituição. Somados, sim, permitem traçar um discurso sobre sua existência. As pedras falam das ruínas de São Miguel, mas se devidamente questionadas.

Finalmente o rastro, para além de seu caráter de “prova”, dá conta de uma ação, na medida em que evidencia um movimento, no passado. Aponta, assim, para um espaço, reinscrito no tempo e refeito pelas memórias (coletiva ou individual) e pela História. O patrimônio cultural, mais uma vez, participa como a

matéria-prima da discussão, concentrando as idiossincrasias dos trabalhos da memória<sup>9</sup>.

O patrimônio pode ser compreendido como uma das fontes ou documentos que compõem uma investigação histórica. Entretanto, sua materialidade em relação ao espectador torna isso mais complexo. Ainda que sua interpretação evidentemente requeira outros dados, há na materialidade algo distinto. O patrimônio eleito, autêntico porque original, preservado a partir de uma série de critérios de restauro e conservação, dá a ver algo que já não é mais. O documento escrito, seja um bilhete ou um tratado, mostra-se por meio das palavras que, seqüenciadas, formam um texto. Edificações, sítios arqueológicos e coleções museológicas poderiam ser compreendidas dessa forma? Além de fontes, narrativas?

Seguindo no detalhamento do Museu das Missões, Lucio estabelece os parâmetros: “O ‘museu’ deve ser um simples abrigo para as peças que, todas de regular tamanho, muito lucrarão vistas assim em contato direto com os demais vestígios” (PESSOA, 2004:39).

---

<sup>9</sup> Essa expressão é tomada no sentido de Pollak (1989).



Vista interna do Museu das Missões. Contraposição entre as esculturas missioneiras e as ruínas da igreja de São Miguel Arcanjo [1941].

Em seguida, já determina a colocação da casa do zelador, juntamente com o Museu, num dos cantos da praça para “servir de ponto de referência”, dando uma “idéia melhor das suas dimensões” (PESSOA, 2004:39).



Vista do Museu das Missões a partir da torre da igreja. Nota-se a implantação da edificação num dos cantos da antiga praça [1941].

Sugere também a utilização do material das ruínas e os “*esplêndidos consolos de madeira*” do antigo colégio de São Luiz Gonzaga, destruído pela municipalidade na década de 1930. Finalmente, “*reconstituir algumas travéas do antigo passeio alpendrado que se desenvolvia ao longo das casas*” (PESSOA, 2004:39).



Fachada leste do Museu das Missões. Integração entre a nova edificação e fragmentos arquitetônicos missioneiros [1941].

Um fator importante a ser considerado é que Lucio Costa, num primeiro momento, concebe duas possibilidades para o museu. Uma primeira alternativa era a construção alpendrada, com os panos internos caiados, fundo para as peças expostas, contíguo à casa do zelador. A segunda opção era a de aproveitar as laterais da igreja, organizando os fragmentos e imagens ao longo das paredes e

pilares da nave. A casa do zelador permaneceria no canto da praça, com algumas modificações (PESSOA, 2004:39). Dentre as duas alternativas, Rodrigo Melo optou pela primeira sugestão.

De uma forma ou de outra, Lucio pensa o museu em função do acervo. Além da singularidade do trabalho proposto de integração e gestão daqueles remanescentes, há o fato de que Lucio Costa não possui em sua trajetória projetos na área museológica. Pode ser citado o Museu de Ciência de Tecnologia, da década de 1970. Após descrever todo o programa, seus módulos e indicar suas funções junto ao público, Lucio afirma: “*Assim, o museu está pronto: é só criar acervo e construir*” (COSTA, 1995:398). A afirmação, que não deixa de ser lida hoje com um ponto de exclamação ao final, refere-se ao outro museu do qual trata Lucio Costa. Mais um indício que sua relação com Missões foi excepcional: a integração total de todas as possíveis formas de se interpretar a experiência histórica missioneira, na qual está incluída um museu em função de seu acervo. Se, ainda na década de 1970, o arquiteto compreende um museu como um espaço que pode ser construído independentemente de seu acervo, dado facilmente questionável na Museologia, é possível perceber em Missões uma experiência distinta. Se a edificação foi louvada por arquitetos sob vários aspectos<sup>10</sup>, é fato que ela constitui muito mais que o espaço em si. Para Jorge Hue “... *quando ele chegou lá, encontrou um grande desafio: como organizar um museu com essas poucas peças? Peças que vão desde um sino, fragmentos de*

---

<sup>10</sup> Podemos citar Carlos Comas (2006), Maturino da Luz, Mateus Paulo Beck (2006), Marcos José Carrilho (2006), entre outros.

*pedra, santos de madeira, peças de ferro. Enfim, uma série de coisas que exprimiam aquela destruição brutal (...). E ele fez uma construção absolutamente moderna” (WISNIK, 2004:184).*

Lucio demonstra uma preocupação didática. Nesse sentido, completando, ele adentra na museografia, apresentando um programa:

para que os visitantes, geralmente pouco ou mal informados ‘compreendam’ melhor a significação das ruínas, sintam que já houve vida dentro delas e, se possível, também vejam, como o Sr. Augusto Meyer, ‘aquela porção de índios se juntando de manhazinha na igreja’, parece-me indispensável a organização de uma série de esquemas e mapas, além da planta de S. Miguel, acompanhados de legendas que expliquem de maneira resumida, porém clara e precisa, a história em verdade extraordinária das Missões, (...) a vida social das comunidades, em suma. Com datas e nomes, mas tudo disposto de forma atraente e objetiva, tendo-se sempre em vista o alcance popular. O alpendrado anexo à casa do zelador poderia então servir, também, para esse fim (PESSOA, 2004:40).

O patrimônio cultural, tal como é compreendido, é uma categoria construída. Arbitrária, depende de uma instrumentalização do indivíduo para que se torne um dado da cultura. Conforme Ricoeur, “... *entre uma narrativa e um curso de acontecimentos, não há uma relação de reprodução, de reduplicação, de equivalência, mas sim uma relação metafórica: o leitor é dirigido para uma espécie de figura que assimila (...) os acontecimentos relacionados a uma forma narrativa que nossa cultura tornou familiar para nós*” (1994:258). Muitas vezes, assimilar uma forma narrativa do passado é torná-la “artificialmente” conhecida e próxima, quando se parte de uma perspectiva, por exemplo, que toma por base a História

como uma forma genérica de memória compartilhada. Essa aproximação requer, para Ricoeur, um aparato informativo que atue como facilitador:

O caráter imaginário das atividades que mediatizam e esquematizam o rastro é atestado no trabalho de pensamento que acompanha a interpretação de um resto, de um fóssil, de uma ruína, de uma peça de museu, de um monumento: só lhe atribuímos o seu valor de rastro, ou seja, de efeito-signo, ao *nos afigurar* o contexto de vida, o ambiente social e cultural, em suma (...), o *mundo* que, hoje, *falta*, por assim dizer, ao redor da relíquia. (RICOEUR, 1994:320-321)

Lucio Costa atua neste sentido. Ao configurar a Casa do Zelador e o Museu, em sua relação com o Sítio, consegue dar a ver o que falta sem preencher os espaços ou mesmo indicar, de forma explícita, tudo o que faltava. Importante retomar aqui a afirmação de que os lugares que atuam como suscitadores de lembrança só possuem esse poder quando investidos de um valor simbólico. Segundo Catroga, esses lugares, indispensáveis a ritualizações ligadas ao passado, são traços/vestigios, ressuscitadores de memória. A mediação do traço material é condição para recordar para além do ato exclusivamente de imaginação, remetendo à função de representificação do passado (2001:25). Essa noção também é trabalhada por Paul Ricoeur, referida então como representância<sup>11</sup>. Somo essa afirmação à definição de Chartier (1990) sobre representação, entendida como a presentificação da ausência. As ruínas de São Miguel Arcanjo podem ser compreendidas, evidentemente, como presentificação

---

<sup>11</sup> "...adotarei (...) a distinção entre representar, no sentido de estar no lugar (...) de algo, e representar-se, no sentido de forjar uma imagem mantel de algo exterior ausente(...). O rastro, com efeito, na medida em que é deixado pelo passado, vale como ele: o rastro exerce para com ele uma função de lugar-tenência, de representância" (RICOEUR, 1994: 243, C).

da ausência. Presentificação de uma coleção variável de representações, onde o Museu e as associações por ele sugeridas atuam sempre no auxílio dessas leituras. Segundo a Enciclopédia Einaudi,

A ruína pode por um lado evocar o passado glorioso e a caducidade de todas as coisas, ser objecto de reflexão histórico-filosófica; por outro lado, pode dar lugar a um sentimento subtilmente crepuscular; pode ser uma ruína clamorosa, eloquente, com uma massa obstrutiva ou, pelo contrário, um efêmero bastidor visual, um frio contraste, uma ironia irrisória (1997:107).

Se é evidente que as ruínas serão lidas conforme as especificidades de seus observadores e variações de cada época, vale buscar alguma indicação de como tais vestígios foram preparados para a “leitura” pelo SPHAN e Lucio Costa. Os remanescentes de São Miguel das Missões integraram uma pequena lista de bens arruinados que seriam preservados pelo IPHAN, juntamente com algumas fortalezas. Parece válido indagar como se articula a idéia de preservação em relação ao que uma ruína pode evocar: a ação do tempo, a natureza retomando seu espaço sobre a paisagem alterada pelo homem em sua trajetória.

Segundo Lygia Costa, Lucio Costa estabelece uma proposição de museu de sítio: ” *Foi um idéia que brotou na cabeça dele... e era um conceito que estava surgindo ao mesmo tempo na Europa – os ditos museus de sítio. Mas ele não tinha contato com essa área de museus para saber. Portanto, eu tenho a impressão de que foi uma intuição mesmo*” (WISNIK, 2003:78). Essa ausência de contato com a área de museus, que Lygia Martins possui autoridade para tal afirmação, não desqualifica de forma alguma a atuação de Lucio em Missões.

Pelo contrário, Lygia aponta para a influência do arquiteto em relação ao pensamento de Rodrigo Melo acerca dos museus regionais no IPHAN (COSTA, 2002:80). Em texto de Rodrigo Melo intitulado “*Museu regionais no Brasil: uma experiência*” é grande a ênfase no trabalho de missões e no relatório da viagem de Lucio Costa (ANDRADE, 1987).

Sua filha, Maria Elisa Costa, em depoimento sobre o trabalho de Lucio, afirma:

Eu não acho que haja uma volta ao passado. Eu acho que para ele era tudo simultâneo. Não acho que a relação dele com o tempo fosse de voltar, ele nunca foi saudosista na vida. (...) É uma busca de permanências. Ele é um estabelecedor de elos, de *links*, sabe? O que é que permanece, o que é que dura? Como é que eu ligo uma coisa com a outra? Ele foi o rei de fazer ligações, em todas as áreas de atuação dele. E, sem preconceito, no Museu das Missões isso é exemplar. Porque ele estava fazendo o Ministério, não é? E de repente ele faz aquele alojamento, aquele pedaço do alojamento dos jesuítas, com os cacos do que tinha ali, e completou com o que precisava: botou um telhado de quatro águas, e uma esquadria de vidro, como no Ministério, com uma naturalidade total. Quer dizer, o tempo não é o fator, não é? Não é bem isso... é que o tempo é um só dentro da cabeça dele (WISNIK, 2003:138-139).

O Museu das Missões, nesta perspectiva, não foi característico de um período específico de sua obra. Depois da reviravolta com o movimento modernista, aliás, seus projetos não se configuraram conforme diferentes períodos. Não teve fases, por assim dizer. Vale lembrar que não houve outra experiência semelhante a Missões: uma interpretação global de espaço considerado histórico. As ligações às quais se refere Maria Elisa parecem exemplares. O Museu surge como mais um agente dentro de um plano global de

espacialidade. Guilherme Wisnik chama a atenção para a atuação urbanística da edificação. Para Wisnik “...isso é fantástico porque é uma relação intelectual que está posta para além da forma, em que o edifício supera sua dimensão unitária e transforma-se em um projeto de urbanização. Então, nos dois casos, há um projeto de urbanização contido no projeto do edifício” (WISNIK, 2004:196).

Lucio equaciona também a relação entre o tempo como Outro, Mesmo ou Análogo, conforme Ricoeur (1994), ao fazer sua relação entre as épocas. Esse tempo que era um só, conforme o depoimento de Maria Elisa Costa, figura na ação de Lucio Costa também quando joga com nova e antiga arquitetura, novos e antigos materiais, idéias de mais de um tempo. Isso fica claro ao longo de todo o seu trabalho.

O trabalho de Paul Ricoeur acerca das relações entre tempo e narrativa, título de uma de suas obras mais conhecidas, é fundamental na proposta que ora se estabelece. Entretanto, não objetivo, e nem teria tamanha pretensão, reconstituir todos os argumentos propostos pelo autor ao longo dos três tomos de sua obra recém citada. Pretendo tratar de alguns argumentos que julgo aproximar o patrimônio cultural da noção de narrativa histórica e, em especial, retomar um artigo do autor publicado na revista *Urbanisme*<sup>12</sup>, em 1998, no qual Ricoeur dedica-se à análise das possíveis relações entre arquitetura e narrativa. Essa proposta liga-se diretamente ao estudo proposto, uma vez que remete à

---

<sup>12</sup> RICOEUR, Paul. Arquitetura e narrativa. **Urbanisme**, Paris, n. 303, p 44-51, 1998.

materialidade como possibilidade narrativa. Mais que isso, trata do espaço edificado, cuja ordenação proponho somar a tal perspectiva.

No artigo, o autor inicia sua reflexão sobre o tema da memória, definida, a partir de Platão e Aristóteles, como a formação de imagens que tornam presente a ausência de algo que foi. O anterior feito presente é potencializado na arquitetura na medida em que *“...a glória da arquitetura é tornar presente não aquilo que não é mais, mas aquilo que foi através do que não é mais”* (RICOEUR, 1998:1). Paralelo a isso, presentificar a anterioridade implica a operação da narrativa que Ricoeur identifica à configuração.

Segundo o autor, a arquitetura seria para o espaço o que a narrativa é para o tempo. Os atos de edificar o espaço e criar uma intriga no tempo figurariam como agentes do cruzamento entre espaço e tempo. Invertem-se, pois, as figuras, quando o autor menciona a espacialidade da narrativa e a temporalidade da arquitetura, jogando a idéia de espaço e de tempo. Ricoeur marca também a aparente distância entre a narrativa, dada à leitura, e a construção, dada a ser vista. Essa distância é mantida, num primeiro momento, em paralelo, para, ao longo do texto, lentamente volatilizar-se num entrecruzamento.

O tempo da narrativa é apresentado como um misto do tempo vivido e o tempo “dos relógios”, cronologicamente disposto por calendários, construído sobre um substrato que, invariavelmente, é o presente. Esse presente, centro do tempo narrativo, na arquitetura é associado ao lugar onde se edifica. A partir dessa

definição, entram em cena os três estágios exaustivamente trabalhados em *Tempo e Narrativa*, a saber: a prefiguração, a refiguração e a configuração. Assim, as relações se estabelecem da seguinte forma: prefiguração (tempo do autor/idéia e ato de habitar), configuração (tempo do texto/construção), refiguração (tempo do leitor/releitura das cidades e lugares de habitação) (RICOEUR, 1998:3). Desdobrando essas correlações, é possível perceber a circularidade referente à mímese I, II e III<sup>13</sup>, também proposta por Ricoeur na relação entre habitar, pressuposição de construir, que retoma o habitar, num percurso encerrado pelo habitar refletido, que refaz a memória do construir (1998:3). No plano da prefiguração, Ricoeur aproxima narrativa e arquitetura da seguinte forma:

toda *história de vida* se desenrola num *espaço de vida*. A inscrição da ação no curso das coisas consiste em marcar o espaço com eventos que afetam a disposição espacial as coisas. Em seguida, e principalmente, a narrativa de conversação não se limita a uma troca de memórias, mas é co-extensiva a percursos de lugar em lugar. (...) seja ele espaço de fixação ou espaço de circulação, o espaço construído consiste em um sistema de gestos, de ritos para a interações maiores da vida. Os lugares são locais onde algo se passa, onde algo chega, onde mudanças temporais seguem trajetos efetivos ao longo dos intervalos que separam e ligam os lugares (RICOEUR, 1998:4).

Assim, afirma-se a idéia de que a história é espaço-tempo, contado e construído<sup>14</sup>. Toda essa operação está enraizada no contexto da vida cotidiana, que cede espaço ao tempo do texto no estágio da configuração. Na narrativa literária, Ricoeur explicita o que denomina “colocação em intriga”, inteligibilidade e

---

<sup>13</sup> Mais especificamente no tomo I de *Tempo e Narrativa*.

<sup>14</sup> Essa afirmativa parece ancorar-se na noção semelhante de Halbwachs (1991) de que não existe sólida real do sujeito. Lembramos, afinal, por imagens.

intertextualidade. No que se refere à primeira idéia, o autor utiliza-se da noção de intriga para tratar da elaboração de uma história com eventos e aspectos da ação, reunidos numa trama (RICOEUR, 1998:4). Apresenta-se então uma perspectiva bastante interessante, que se refere à ordenação de descontinuidades na formação de uma continuidade da história. A síntese do heterogêneo figura como síntese espacial do heterogêneo no caso da arquitetura. Espaços, massas e superfícies necessitam de uma unidade, dada pelo projeto arquitetural. Conforme Ricoeur, da “...*narrativa ao edifício, é a mesma intenção de coerência discordante que habita a inteligência do narrador e do construtor, a qual (...) recorda a do leitor de signos inscritos*” (1998:6).

Essa perspectiva remete ao segundo aspecto da configuração, a inteligibilidade da trama, produto do esforço de explicação do que aparentemente é confuso ou, em outras palavras, as “múltiplas vozes” envolvidas na trama tecida pelo historiador. Se, na literatura, a escrita permite a duração do que é narrado, o material permite a permanência do edificado. Mais que isso, o tempo, no ato de construir, está condensado na edificação pois, segundo o autor, esta apresenta a memória petrificada do edifício se construindo (RICOEUR, 1998:6).

Finalmente, trata a noção de intertextualidade, quando se dá o confronto de diferentes narrativas. No âmbito da arquitetura, a temporalidade envolvida neste ato liga-se à historicidade das edificações no contexto urbano, ou seja, na inscrição de novas construções numa rede já existente, (des)equilibrando a relação entre tradição e inovação (RICOEUR, 1998:7). Assim, privilegia-se o olhar

não na ação específica do ato de edificar e o indivíduo a ele relacionado, mas a rede de relações presente no processo.

O terceiro estágio, referente à refiguração, corresponde, na narrativa literária, à leitura. É neste momento que Ricoeur cruza efetivamente narrativa e arquitetura. O leitor relaciona-se com o texto pela transformação deste a partir de suas expectativas e as múltiplas relações e reações possíveis de serem estabelecidas com o que é lido. Na arquitetura, diz Ricoeur, existe a possibilidade de ler e reler os lugares de vida a partir do modo de habitar (1998:8). O ato de habitar identifica-se não somente com a necessidade disto, mas também com a expectativa, motivando reações:

o habitar receptivo e ativo implica uma leitura atenta do ambiente urbano, uma nova reaprendizagem contínua da sobreposição dos estilos, e portanto também das histórias de vida das quais todos os edifícios e monumentos carregam traços. Fazer com que esses *traços* não sejam apenas resíduos, mas testemunhos reatualizados do passado não é mais, mas que foi, fazer com que o ter-sido do passado seja salvo a despeito de seu não-ser-mais; isto é o que pode a 'pedra' que perdura (RICOEUR, 1998:9).

Até onde é possível perceber, para o autor, essa diferenciação entre o “ter-sido” e o “não-ser-mais” é dada de forma indiscriminada no contraste entre antigo e novo. Aparentemente, o fato de uma edificação antiga coexistir com outras novas dá a ver esse processo de permanência e/ou inexistência. Entretanto, avançando nesse tema, vale indagar a relação dessas variantes com a diferenciação gerada pelo acréscimo simbólico decorrente do processo de tombamento, que implica uma atribuição de valor. Mais que figurarem como

exemplos, tais espaços são utilizados, em sua grande maioria, para reestabelecer conexão com o tempo do passado. São tombados por isso e todo o trabalho de restauração tem como objetivo auxiliar nessa forma de comunicação. Passam a ser lugares de diálogo entre tempos.

Ricoeur, ao finalizar seu artigo, retoma a idéia de memória, então associada à idéia de lugar. Segundo ele, memórias de épocas diferentes são recapituladas e reservadas nos lugares onde elas estão inscritas<sup>15</sup> (RICOEUR, 1998:9). A manutenção destas toca diretamente na relação já mencionada entre o novo e o antigo. O trabalho de conjugar ambos, num esforço de permanência, eliminação ou resignificação, é uma das chaves de compreensão da relação dos indivíduos com os lugares de memória. O monumento é época, nas palavras do autor.

Em *Tempo e Narrativa* (1994) estão presentes ainda outros pressupostos que parecem interessantes para a relação que sugiro e reforçam as correlações anteriormente estabelecidas, às quais acrescento a reflexão sobre patrimônio cultural. Tais bens eleitos, mesmo quando correspondem à paisagem, ainda assim fazem referência a um lugar (de História).

---

<sup>15</sup> Essa idéia de lugar de memória vai de encontro, de certa forma, à proposição de Pierre Nora. Para ele “*Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido. Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história*” (NORA, 1993:9).

O patrimônio cultural pode ser pensando como uma espécie de subtração da distância temporal, para utilizar uma expressão de Ricoeur (1994:244). Qual a temporalidade do patrimônio cultural? Segundo Ricoeur, existem “...*mediações que fazem do tempo histórico um misto: a sobrevivência do passado, que torna possível o rastro, a tradição que nos faz herdeiros, a preservação que permite a nova posse*” (RICOEUR, 1994:249). São essas as mediações que, segundo o autor, impossibilitam considerar o passado como um mesmo ou como um outro, seguindo as categorias que ele estabelece em sua obra *Tempo e Narrativa* (1994). O patrimônio pode ser um mesmo no presente. Ou pode ser pensado a partir da categoria do outro, levando à reflexão sobre a alteridade daquilo que representa o traço que permaneceu. Entretanto, os vestígios, ora reconhecidos como patrimônio, pertenceram a outra lógica, tramada no passado, ao mesmo tempo em que pertencem/permanecem no presente. O espaço é o mesmo. O tempo, simultaneamente, o mesmo e o outro. Segundo Ricoeur:

Na caça ao ter-sido, a analogia não age isoladamente, mas em ligação com a identidade e a alteridade. O passado é o que, inicialmente, deve ser reafetado de modo identitário: mas não é tal que esteja ausente de todas as nossas construções. O Análogo, precisamente, guarda consigo a força da reafetação e do distanciamento, na medida em que ser-como é ser e não ser (RICOEUR, 1994:261).

O confronto de diferentes narrativas, referência aos textos, transpõe-se na arquitetura para a convivência de diferentes edificações. No caso do projeto de Lucio Costa para as ruínas, museu e entorno, esta *convivência* dá-se por meio da orquestração de Lucio. A convivência de tempos diferentes ocorre por sua

intervenção direta, ao construir uma edificação moderna, com materiais novos e antigos, que se conjugam com o passado, feito presente, representado pelas ruínas. Ao se percorrer o sítio, textos de fato se entrecruzam. Tempos também se cruzam, circulando por entre os visitantes. Diálogo entre tempos num mesmo espaço.

Segundo Yves Bruand *“Lucio Costa procurava uma solução atual, que retomasse certos elementos da tradição, não hesitando, porém, em transformá-las e adaptá-los ao aspecto moderno das construções”* (WISNIK, 2004:106). Isso ficou definitivamente claro em seus estudos e pesquisas relacionados à arquitetura colonial. Para Bruand, nunca se tratava de cópia pura e simples, mas a busca de um espírito de tal arquitetura (WISNIK, 2004:106). Ciro Pironi, neste sentido, qualifica de síntese da relação entre passado e modernidade e cita o Museu das Missões, mais uma vez, como exemplo: *“Ruínas com imensos panos de cristal que se confundem criando um museu... é uma beleza. É um exemplar de arquitetura revitalizada com a adequação para novos usos, que será seguida depois em muitos locais...”* (WISNIK, 2004:129). É a intenção já apontada por Mário de Andrade, como relembra Otília Beatriz Fiori Arantes, de tradição sem tradicionalismo, a busca dos elementos do passado que estão “vivos” na arquitetura analisada (WISNIK, 2004:231). O trabalho em campo teve aspectos tão ricos quanto seu planejamento. É o que veremos a seguir.

## 2.2 A aplicação do plano em campo: as obras de reordenação do espaço

Em 6 de março de 1938 tiveram início os trabalhos de conservação na igreja de São Miguel Arcanjo, a primeira obra de conservação realizada pelo SPHAN, sob a coordenação do engenheiro Lucas Mayerhofer. Os trabalhos iniciaram com a limpeza do terreno, construção de depósito, abrigo para os operários, escritório e sala de desenho.



Obras de consolidação na igreja de São Miguel Arcanjo. Note-se planta pendurada ao fundo e a numeração das pedras [entre 1938 e 1940].

A seguir, um trecho do depoimento de João Hugo Machado para Danilo Lazzarotto com sua explicação para o trabalho realizado:

JHM – A torre estava rachada de cima abaixo.  
DL – E demoliram toda ou só parte?  
JHM – Só a metade.  
DL – Metade de cá.  
JHM – É.  
DL – Metade de cá, só.  
JHM – A outra parte está só fixo, está no prumo, e deixamos lá, e o que estava por cair, tinha mato em cima de tudo, então primeiro derrubamos o mato, depois fizemos andaimes e derrubamos pedra por pedra, coluna por coluna de cima para baixo.  
DL – Como é que sabiam depois pra colocar?  
JHM – Ah, a planta. A planta, foi feita a planta, não podia [inaudível]), vez serrando, uma pedra então estava terminando, acabado o serviço né.  
DL – E a pedra colocada no chão, colocava em...  
JHM – Colunas por colunas, cada coluna, coluna nove era um monte de pedra aí, não podia tirar uma pedra, tinha que ser certo, então quando o pedreiro estava lá, cada um ganhou uma planta e eu também. Então se o pedreiro disse: - “Olha o papel”, Eu olhava, “- Eu quero tal pedra coluna nove”. É 130.  
DL – Ah, então quer dizer que estava tudo numerado e, tudo  
JHM – Tudo, tudo não podia dar engano. E as pedras novas que tem, muita pedra nova né que, pedra nova que não, não prestavam mais né, então tirava medida e botava o número e dava pra o pedreiro fazer e botava o número em cima pra não dá engano.  
DL – Igual?  
JHM – Ah igual<sup>16</sup>.

É desconhecida a data exata do início da construção do Museu das Missões. O Diário da Tarde, de Curitiba, anuncia o andamento de ambas as obras já em 28 de março de 1938<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> **Entrevista de João Hugo Machado a Danilo Lazzarotto.** Março 1980. Arquivo do Museu Antropológico Diretor Pestana. Ijuí/RS.

<sup>17</sup> “As obras estão em andamento, quer as de construção do Museu, quer as de restauração da Catedral. A torre desta apresentava uma brecha de 60 centímetros, o que significa que muito logo ruiria. Com o trabalho que ali se fará, fica preservada, tornando-se um dos mais imponentes monumentos históricos do Brasil. Aliás o que se vai realizar no Rio Grande do Sul é inédito no Brasil, nas proporções idealizadas e de um efeito educacional e patriótico extraordinários”. Um valor nosso ao serviço do Brasil. **Diário da Tarde**, Curitiba, 28 março 1938.



Obras de edificação do Museu das Missões [entre 1938 e 1940].

Um aspecto complementar, fundamental e, de certa forma ignorado, refere-se a esta ação de centralização, coleta e reconfiguração em relação à comunidade local. Em princípio, conforme as reportagens, “... *todo um acervo de maravilhas rolava abandonado, ou era retirado para outras terras, menos indiferentes que nós aos monumentos históricos...*”<sup>18</sup>. Este acervo de maravilhas abandonadas, entretanto, é um dos elementos mapeados pela pesquisa antropológica (SILVEIRA, 2004) como referência de ressentimento em relação à atuação do IPHAN na região. Na mesma reportagem, é mencionado o deslocamento de imagens de madeira para o Museu, o início de um capítulo controverso da história do IPHAN na região missioneira. Segundo David Carneiro, sucessor de Augusto

---

<sup>18</sup> Para que o tempo não apague um grande capítulo da história colonial riograndense... **Correio do Povo**, Porto Alegre, 4 agosto 1938.

Meyer na 7ª região, o Museu era importantíssimo para que “touristes” e “amantes das cousas antigas” pudessem ver testemunhos de 200 anos atrás.

Segundo relatório de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Gustavo Capanema, Leônidas Cheferrino, arquiteto e artista plástico carioca, foi o responsável pela organização da exposição do Museu das Missões. A participação de Cheferrino nunca foi mencionada em nenhum trabalho a atuação do SPHAN na região missioneira. O único documento que menciona sua participação é o relatório de Rodrigo Melo Franco de Andrade para o Ministro Gustavo Capanema, de 20 de outubro de 1941, quando diretor do SPHAN agradece o “*trabalho de organização da parte de exposição do Museu das Missões*”<sup>19</sup>. Outras referências são inexistentes. Em conversa por telefone com a sobrinha de Leônidas Cheferrino, as únicas lembranças são de que o arquiteto permaneceu por cerca de dois meses no Rio Grande do Sul, trazendo, no retorno, apetrechos para o chimarrão e um poncho de lã<sup>20</sup>.

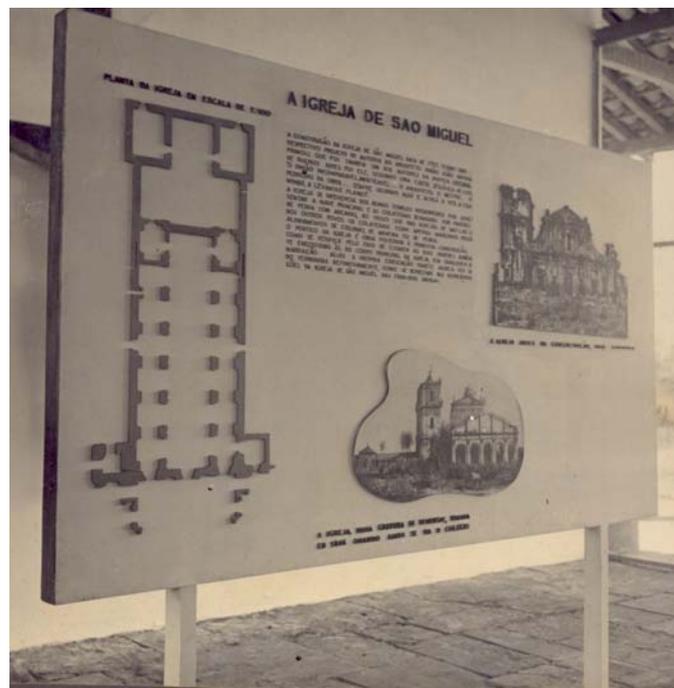
A linguagem da exposição mostra-se singular e denuncia seu caráter modernista por meio das linhas sinuosas que emolduram imagens e unem objetos. Todas as salas contêm painéis com textos explicativos, além de mapa da localização dos Sete Povos das Missões e representações gráficas da estrutura urbana de uma redução. Algumas projeções eram, inclusive, perspectivadas. Suportes gráficos e textuais que buscavam *formar e informar* o visitante que por ali

---

<sup>19</sup> **Relatório de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Gustavo Capanema.** Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1941. Acervo do Museu Getúlio Vargas, São Borja, RS.

<sup>20</sup> Telefonema em 9 de março de 2006.

passava. Explicações sobre a igreja de São Miguel e representação de sua planta baixa somavam-se a desenhos das ruínas ao longo do tempo. Na fotografia a seguir, em moldura sinuosa, o desenho de Demersay feito em 1846. A museografia, ao mesmo tempo em que tornava acessível uma série de informações, mantinha em sua própria disposição um discurso estruturado. As salas eram divididas por painéis dispostos em sentido longitudinal, interferência mínima para a proposição máxima de manter a contraposição entre fragmentos e ruína. Peças eram distribuídas ao longo das paredes caídas, cuja organização total não foi possível apreender pelos registros fotográficos não seqüenciados. É possível afirmar, sem dúvida, que se mantinha o confronto entre novo e antigo e, muito provavelmente, a sensação de se estar dentro e fora (do espaço e do tempo) simultaneamente.



Painel da primeira exposição de longa duração do Museu das Missões [1941].



Vista interna da primeira exposição do Museu das Missões [1941].

As peças eram integradas por “fios” (de História?), dando a impressão de uma interligação entre os fragmentos e esculturas expostas e os painéis com textos e imagens ligados à história missioneira. Na emolduração de figuras e configuração de linhas, formas orgânicas foram dispostas numa edificação moderna, de linhas retas. Por meio desta disposição, um fragmento de Nossa Senhora da Soledade e uma escultura de São José com o Menino integra a mesma “linha de História” das representações gráficas de plantas de São Miguel Arcanjo e do histórico da redução de São João Batista. Ainda figurava numa das paredes a fotografia do antigo colégio jesuítico de São Luiz Gonzaga, destruído na

década de 1930 pela municipalidade<sup>21</sup>. A transparência não se restringiu às fachadas norte e sul: existia uma vitrine na parede entre a primeira e a segunda sala, onde estavam dispostos objetos menores, como medalhas e santos de culto doméstico. Todo este conjunto de suportes de informação pode ser vinculado diretamente à noção de rastro proposta por Ricoeur: o rastro precisa do contexto de vida, do ambiente social e cultural, do mundo que lhe falta ao redor. Ele é um fenômeno mais radical que um documento ou um arquivo mas são, justamente estes, que fazem do rastro um operador do tempo histórico.



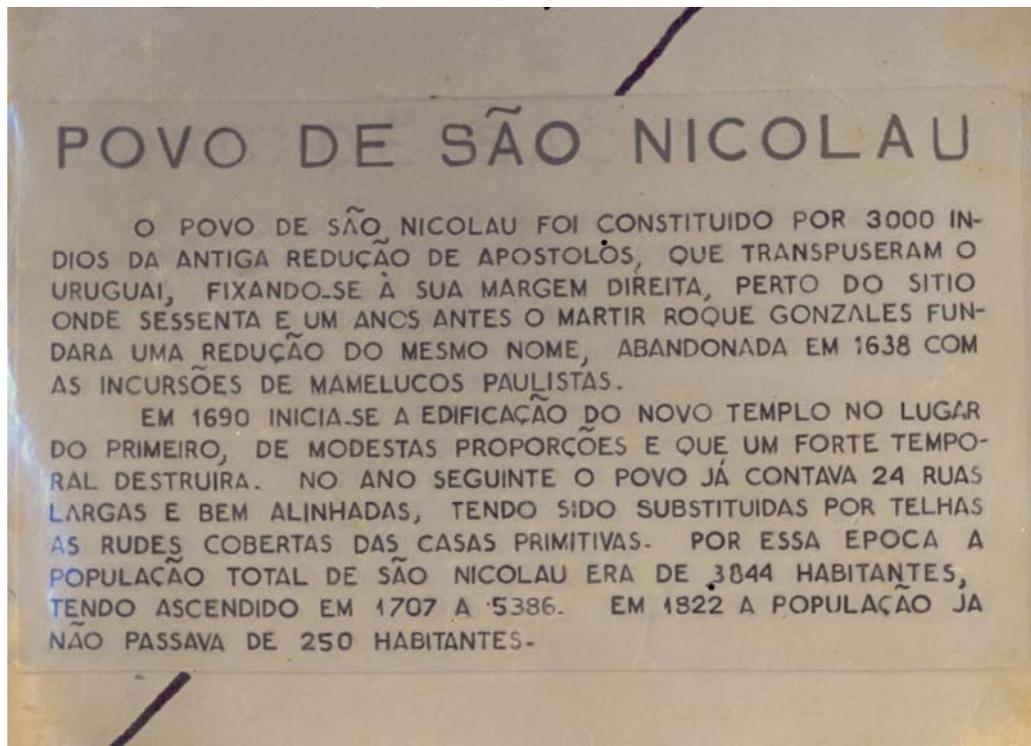
Vista interna da primeira exposição de longa duração do Museu das Missões [1941].

<sup>21</sup> A correspondência entre o diretor do SPHAN e Augusto Meyer trata também deste acontecimento.

É também no relatório para o Ministro Capanema que consta outra referência até então ignorada: um agradecimento a Aurélio Porto e Sérgio Buarque de Holanda pela “*elaboração dos resumos históricos destinados a esclarecer a origem das peças recolhidas*”<sup>22</sup>. Para a época, a participação de Aurélio Porto qualifica o trabalho, mas não chega a surpreender tratando-se do tema Missões. A participação de Sérgio Buarque de Holanda, no entanto, é uma informação extremamente interessante. Em 1936, portanto em ano bastante próximo, foi lançado o célebre “Raízes do Brasil”, livro que colocou Sérgio Buarque no grupo dos “intérpretes do Brasil”, como ficaram conhecidos, além dele, Gilberto Freyre, com a obra “Casa Grande e Senzala”, e Caio Prado Júnior, com “Formação do Brasil Contemporâneo”. Sérgio Buarque de Holanda estava então plenamente envolvido na discussão sobre o que constituiria, de fato, o Brasil e os brasileiros. Não foram encontradas referências ao seu trabalho no Museu das Missões, além do referido relatório. No arquivo da Unicamp, tampouco. A única menção a sua ligação com museus no Brasil foi referente ao Museu Paulista, com o qual esteve envolvido. Dos textos presentes no Museu das Missões, só restaram algumas imagens de painéis. Este teria sido o primeiro (e único) trabalho de Sérgio Buarque na Região Sul. Aliás, os estados sulinos parecem inexistentes para Sérgio Buarque de Holanda. Segundo Chiara Evangelista, o sul de Sérgio Buarque era São Paulo (PESAVENTO, 2005:120).

---

<sup>22</sup> **Relatório de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Gustavo Capanema.** Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1941. Acervo do Museu Getúlio Vargas, São Borja, RS.



Texto que integrou a primeira exposição de longa duração do Museu das Missões [1941].

Não existem indícios que permitam inferências sobre o teor dos textos da exposição. Haveria alguma presença das reflexões presentes em *Raízes do Brasil* nos painéis do Museu das Missões? Não será possível precisar, pela insuficiência de imagens disponíveis. Entretanto, é fundamental referir sua participação por, no mínimo, dois motivos: a exclusividade de um trabalho estritamente ligado ao Rio Grande do Sul e o fato de que essa experiência vincula-se a um museu. Os textos presentes no Museu das Missões, mais que um contexto cronológico, são produzidos por um especialista no tema, Aurélio Porto, e um notável intelectual que se dedicava a refletir sobre o passado e presente brasileiros.

Todo este trabalho, que somou esforços de Lucio Costa, Leônidas Cheferrino, Aurélio Porto e Sérgio Buarque de Holanda, para tratar dos personagens até então comentados, vincula-se a outro aspecto importante, definido por Paul Ricoeur como segundo aspecto da fase da configuração: a *inteligibilidade da trama*. A configuração, conceito operado por Lucio Costa em seu trabalho de reordenação do sítio histórico missioneiro e que se refere à presentificação de uma anterioridade, já foi desdobrada na *intertextualidade* produzida pelas relações entre o novo e o antigo, postos em contato arbitrariamente pelo arquiteto. De forma muito mais aparente, percebe-se a inteligibilidade como fator definitivo no trabalho de Lucio Costa nas Missões.

Desde o início, em suas recomendações para conservação dos remanescentes missioneiros, móveis e imóveis, fica manifesta a preocupação em tornar compreensível a desordem encontrada na primeira visita à região. Este esforço interpretativo dá-se por duas vias: a reordenação espacial, por meio da limpeza do terreno, concentração de todos os bens móveis num só local, consolidação de partes da ruína da igreja, inserção de novos elementos para a sugestão de antigos espaços (como no caso da inserção da edificação do museu e casa do zelador num dos cantos da praça); a organização didática de um local destinado a preparar o visitante para a observação e contemplação, por meio do Museu das Missões, tanto em sua edificação como na exposição permanente ali criada.

Ricoeur afirma que a narrativa está para o texto assim como a arquitetura está para o espaço. A ação de Lucio Costa em Missões perpassa ambas as relações na medida em que texto e espaço são suportes para discursos, desdobrados para o autor em narrativa/arquitetura. A configuração do espaço como narrativa e edificação com intenção de comunicação está diretamente ligada a todo o programa de preservação desenvolvido pelo arquiteto para os remanescentes das Missões. Proponho que se estenda a noção de narrativa para além do texto, pensando que a organização da exposição e a configuração da edificação do Museu das Missões, em sua relação com as ruínas e entorno, constituem, por si só, uma narrativa estruturada.

Ao pensarmos no Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, por exemplo, é possível perceber a definição de uma história bastante determinada, que se constrói por uma série de suportes materiais que orientam o visitante a conformar uma impressão sobre a história do lugar. Por meio das presenças e ausências de determinados elementos na narrativa que permeia os espaços no sítio, é possível traçar um panorama da história que se prioriza contar.

No caso de uma coleção museológica, o pressuposto parece ainda mais claro. Uma exposição é, antes de tudo, uma seleção e uma forma de se contar uma história sobre qualquer assunto<sup>23</sup>. Essa narrativa conta, além de textos que tendem a seguir a idéia de construção de uma intriga, com outros suportes,

---

<sup>23</sup> Sobre a relação entre os museus e a forma de organização das coleções, ver Anico (2005), Chagas (1998), Cury (2005).

iconográficos ou materiais. Os objetos, fundamentais numa exposição, são reordenados com o objetivo de recriar determinado roteiro. Às vezes, até, quadros de vida no passado. Isso ocorre em grande parte dos museus que têm como proposta dar a ver uma versão do que seria um quarto, sala ou escritório, por exemplo, de finais do século XIX<sup>24</sup>. Tomando mais uma vez por base a tríade de Ricoeur prefiguração/configuração/refiguração, podemos identificar na cena reconstituída por meio de objetos a fase de domínio dos códigos na esfera prática da vida, a tessitura de uma intriga na formulação do espaço e a apropriação do público visitante daquela forma de vida representada no espaço museológico.

Assim, evidencia-se mais uma vez a troca proposta por Ricoeur de espacialidade da narrativa e temporalidade da arquitetura. Na unidade edificada do Museu, esta última joga com o passado como o Outro, o Mesmo e o Análogo. Finalmente, a fase de *reconfiguração* que, na arquitetura, remete a leitura e releitura dos lugares de vida. Tanto o visitante quanto os próprios técnicos lêem e relêem os espaços de vida que ainda ali permanecem, numa constante e individual reafirmação de experiências passadas e presentes. Traços ali não são só resíduos, mas testemunhos do que já não é mais.

---

<sup>24</sup> Os museus-casa são bons exemplos disso.

A organização do Museu das Missões, e este dado é bastante interessante, é mencionada como de interesse pessoal de Getúlio Vargas, coincidentemente natural de São Borja<sup>25</sup>. Conforme o Correio da Noite

O chefe do Governo brasileiro, filho daquela região, interessou-se pessoalmente pela organização do Museu das Missões, que, salvando da inclemência do tempo e reconstituindo, ainda, o que fôr possível, os restos das obras missionárias, virá constituir, sem duvida alguma, um novo e precioso archivo de tradições artisticas e historicas do Brasil. (...) Desde 1937 que, com o prestigioso apoio do ministro Gustavo Capanema e sob o alto patrocínio pessoal do presidente da Republica, foi elaborado pelo architecto Lucio Costa o projecto daquelas obras, bem como o da criação do Museu das Missões<sup>26</sup>.

Oportunismo do jornal? Talvez. Mas um dado interessante a ser considerado. A ação do IPHAN foi apresentada pela imprensa numa ação sempre qualificada por meio de uma argumentação que, apesar de variável em determinados aspectos, agregou um discurso laudatório à ação da instituição, qualificando-a como quase heróica. A região foi referida, muitas vezes, como um espaço cheio de história e marcas do passado, mas desprovido de qualquer população. Esta era eventualmente mencionada ou, quando referida indiretamente, aparecia sempre caracterizada pelo descuido com seu patrimônio. Na narrativa dos responsáveis pelo trabalho preservacionista, a população local era praticamente inexistente, salvo menção das pessoas que poderiam trabalhar nas obras de conservação e

---

<sup>25</sup> Município que se desenvolveu sobre as fundações da antiga redução de São Borja, integrante dos Sete Povos das Missões Orientais, denominação que passou a denominar a região após a incorporação definitiva desta porção do território às possessões portuguesas.

<sup>26</sup> Mais um relicario dos thesouros historicos e artisticos da civilização brasileira. **Correio da Noite**, Rio de Janeiro, 27 março 1940.

edificação do Museu das Missões que, na imprensa, chegou a figurar como abrigo para inúmeras “reliquias históricas”<sup>27</sup>.

A aura sagrada do Museu foi dada pelos jornais. A expressão “*relicário de tesouros históricos e artísticos*”<sup>28</sup> para o Museu das Missões reaparece, vez ou outra, instalado num dos pontos do mapa brasileiro “*rico em recordações históricas e cheio de provas palpáveis*” do passado da região<sup>29</sup>. As missões eram, enfim, “*campo evocativo de grande significação para os brasileiros*”<sup>30</sup>. Em reportagem de 27 de março de 1938, encontra-se uma menção às manifestações para a preservação dos remanescentes das reduções. As vozes inflamadas, como são referidas no texto do *Correio da Manhã*, eram provenientes do Rio Grande do Sul, numa tentativa de evitar um destino ingrato aos remanescentes:

Quando a irreverencia dos homens dava um destino ingrato a essas ruínas, merecedoras de estima devotada, apareceram, no Rio Grande do Sul, algumas vozes inflamadas, pedindo que se preservasse esse patrimonio abandonado. Ainda era tempo de se salvar muita obra de arte, sobretudo no que se referia á architectura e estatuaria de uma phase historica que precisa ser estudada em face de suas creações authenticas. Infelizmente, esses apellos patrioticos não encontram éco. A civilização missioneira não despertava curiosidade. Havia muito mais interesse na pesquisa de episodios de caudilhagem tosca ou na aquisição das chilenas e da espada de qualquer guerrilheiro de merito duvidoso<sup>31</sup>.

---

<sup>27</sup> Patrimônio Histórico do País. **Folha da Tarde**, Porto Alegre, 12 março 1940.

<sup>28</sup> Mais um relicario dos thesouros historicos e artisticos da civilização brasileira. **Correio da Noite**, Rio de Janeiro, 27 março 1940.

<sup>29</sup> O Museu das Missões. **Jornal do Brasil**, Brasília, 14 março 1940.

<sup>30</sup> Museu das Missões. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 14 março 1940.

<sup>31</sup> Patrimonio histórico. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 27 março 1938.

Mais que isso, a idéia de salvaguarda figura na afirmação, principalmente no que se refere às artes, na arquitetura e na estatuária. No dia seguinte, o Diário da Tarde também menciona David Carneiro, que alertava contra o assalto ao local e contra o tempo da destruição, romanceado em 1940 como “*aquele que nada respeita*” e que destrói, pouco a pouco, “*os parques vestígios*” das reduções<sup>32</sup>. Além disto, as obras de estabilização da igreja de São Miguel são mencionadas por David Carneiro como inéditas no Brasil, tendo em vista as “*...proporções idealizadas e de um efeito educacional e patriótico extraordinarios*”<sup>33</sup>.

Boa parte do discurso da imprensa local parece sincronizado com uma forma precisa de compreensão do que significava um patrimônio histórico, bem como quais as funções de um Museu. Essa compreensão pode ser associada com uma forma de percepção da História ainda impregnada com uma perspectiva ligada, mesmo que de forma implícita, à noção de prova e documento, ao estilo da escola metódica, bem como ao surto nacionalista que sempre é identificado ao período de governo de Getúlio Vargas<sup>34</sup>. Mas, se é marcante sua influência, certamente não é a única, e talvez não seja o aspecto definidor das atuações dos técnicos do IPHAN no país.

Evidente que tais profissionais não atuaram num espaço desprovido de pessoas, como pode parecer pelos relatórios objetivos e assépticos, ou pelas

---

<sup>32</sup> O Museu das Missões. **Jornal do Brasil**, Brasília, 14 março 1940.

<sup>33</sup> Um valor nosso ao serviço do Brasil. **Diário da Tarde**, Curitiba, 28 março 1938.

<sup>34</sup> O artigo de Lúcia Lippi Oliveira (2000) mapeia esta perspectiva, ainda que de forma sucinta, em artigo intitulado “Os intelectuais e o modernismo”.

narrativas jornalísticas que julgam tudo abandonado. Boa parte dos remanescentes móveis das Missões havia sido reapropriada pela população local, integrando capelas comunitárias ou figurando como imagens domésticas. A coleta desse acervo traz à luz um segundo personagem, que trabalhou exaustivamente na manutenção das ruínas e do Museu das Missões: João Hugo Machado, o primeiro zelador.

# 3

## O zelador:Hugo Machado transita pela Memória

*...naquele tempo eu não me  
importava não, não tinha receio de nada.*  
(João Hugo Machado, entrevista gravada em 1980)

João Hugo Machado nasceu em Santo Cristo, no Rio Grande do Sul, em 1905. Mudou-se para São Miguel, então sub-distrito do município de Santo Ângelo, em 1938, mesmo ano em que iniciaram as obras do SPHAN. Aliás, a mudança ocorreu justamente porque Hugo Machado ficou sabendo dos trabalhos e mudou-se com a família<sup>1</sup>. Ao que parece, coordenou boa parte dos trabalhos em campo<sup>2</sup>,

---

<sup>1</sup> **Entrevista concedida por Carlos Machado a Ruth M. Silva Ferreira, Ado Moraes, Aline Trindade e Willians Fausto.** Out 2006. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do IPHAN. Porto Alegre/RS.

<sup>2</sup> O trecho a seguir narra, além de códigos sociais singulares da localidade, a ação de Hugo nas obras de consolidação: *“Aqui quando eu comecei a serviço, depois que eu comecei a desmanchar a torre, e quando não tinha peão para fazer andaime, tudo, tudo me ajudaram ninguém se recusou, mas tem um velho aqui que se interessava que fosse para os netos dele o emprego, então ele avisou o pedreiro aqui, um tal de Clóvis (inaudível),”o dia em que vocês vão começar a demolir essa torre, vocês não vão com o Hugo lá pra cima, por que ele vai morrer, mas que vai matar uns quantos no serviço, vai matar. É, tudo uns quantos peões me ajudaram a fazer os andaimes tudo, e não havia nada, e o dia que eu disse: - Bom vamos ver quem é que vai comigo lá em cima agora tirar pedra. Fizemos uma rampa muito comprida lá, mas a rampa logo terminou-se, arreventou e tudo. Então depois eu largava pedra diferente né. E ninguém, lombo duro, lombo duro, e eu disse: -*

sob a chefia do engenheiro Lucas Mayerhofer. Mudou-se para a casa construída para a zeladoria em 1938, segundo informação de seu filho, Carlos Machado: “...eu cheguei aqui com dois anos de idade, em 1938. No dia 5 de março de 1938 eu fui morar dentro do museu”<sup>3</sup>.

Interessa essa expressão, porque, de fato, a família Machado mudou-se para a casa contígua ao Museu. Mais que isso, também mudou-se simbolicamente para o *Museu*. Os visitantes recebiam água do poço da família Machado e, muitas vezes, técnicos do patrimônio hospedavam-se na casa do zelador durante o período em que realizavam trabalhos de preservação. Carlos, um dos filhos, assumiu o cargo de zelador após a aposentadoria de Hugo. A família permaneceu habitando no Sítio até a década de 1990. Festa de 15 anos das meninas da família no alpendre do Museu e mutirão familiar para limpeza do Museu depois de ventania dão maior clareza à idéia de que aquele espaço, então museológico, fez parte da família Machado e integra, até hoje, muitas das histórias contadas por “seu” Carlos em rodas de chimarrão na frente da sua casa, muito próxima do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo. Todos os familiares de Hugo e, posteriormente, de Carlos

---

*Escuta, o que é que há? Eu tinha bastante peão naquele tempo, um olhava para o outro, eu digo: - Há algum mistério aí com vocês... Eu despacho tudo e vou buscar peão em Santo Ângelo, viu . Aí diz um tal de Valdomiro pra mim: - Não o velho Schmidt, disse pro Clóvis [inaudível] pedreiro, que ninguém fosse lá pra cima comigo que eu ia morrer, mas que ia matar eles também. Digo: -Olha ver se não tem 5, 6 que vão comigo pra cima, podem ir embora, despacho tudo, podem ir receber o dinheiro de vocês aí no escritório eu vou buscar outros peões. Aí foram, e o pedreiro e tudo tão despachado...”. Entrevista de João Hugo Machado a Danilo Lazzarotto. Março 1980. Arquivo do Museu Antropológico Diretor Pestana. Ijuí/RS.*

<sup>3</sup> **Entrevista concedida por Carlos Machado a Ruth M. Silva Ferreira, Ado Moraes, Aline Trindade e Willians Fausto.** Out 2006. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do IPHAN. Porto Alegre/RS.

Machado, de alguma forma, trabalharam no Sítio ou no Museu, na manutenção, limpeza ou recepção dos turistas. Um negócio de família, por assim dizer.



João Hugo Machado [s.d.].

Hugo Machado entrou para a história do IPHAN como o grande responsável pela coleta da maior parte do acervo que atualmente compõe a coleção do Museu das Missões. Até onde se sabe, o Museu foi projetado para um número muito menor de peças do que o total que foi arrecadado até o início de 1941, como é possível deduzir a partir da fotografia apresentada a seguir, ainda da época da

colocação dos vidros nas fachadas norte e sul. O relatório de Rodrigo Melo para Gustavo Capanema, de outubro de 1941, contém fotografias sobre a conclusão dos trabalhos de conservação realizados em São Miguel. O acervo, então reunido no alpendre, possui até mais peças do que as que atualmente integram a coleção do Museu das Missões. Disso é possível concluir que até 1941 praticamente todo o acervo do Museu já havia sido coletado e estava concentrado em São Miguel, prestes a ser exposto na museografia de Leônidas Cheferrino.



Alpendre do Museu das Missões com santos coletados [c.a. 1940].

Até pouco tempo atrás eram inexistentes depoimentos ou registros sobre o trabalho de João Hugo Machado na região das Missões. As referências eram breves e indiretas, mencionando de forma bastante superficial sua participação na

coleta do acervo. Em 2005, felizmente, foi possível acessar uma entrevista, realizada por Danilo Lazzarotto, professor da UNIJUÍ<sup>4</sup>. Gravada em março de 1980, quando Hugo Machado tinha 75 anos, tal entrevista abriu novas perspectivas sobre o trabalho do zelador na região, ao mesmo tempo em que revelou, mesmo que indiretamente, o outro extremo da ação do SPHAN: a população da região, até então pouco ou nada referida. Ao mesmo tempo, foi possível um contato direto com o discurso do zelador, cuja experiência era somente conhecida por meio de relatos de seus filhos e parentes mais próximos. A entrevista foi gravada em fita cassete durante uma visita a exposição do Museu das Missões. Disto decorre a dificuldade em identificar claramente todas as esculturas de santos mencionadas pelo zelador, visto que em 1984 ocorreram mudanças significativas na museografia das salas e, conseqüentemente, na distribuição das peças. Hugo Machado foi admitido nas obras e somente em 1945 passou a ocupar oficialmente o cargo de zelador. Isso não impediu que trabalhasse na coleta de peças missioneiras na região com um notável empenho pessoal desde 1930. Além de casas particulares e capelas comunitárias, foram vasculhadas e requisitadas peças de igrejas dos municípios da região.

A coleta dos santos foi polêmica desde o início. Até hoje ela integra a memória coletiva dos moradores de São Miguel das Missões, ainda que esteja muito mais presente na memória dos mais velhos. Aqueles bens que “rolavam abandonados”,

---

<sup>4</sup> Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

conforme a reportagem do *Correio do Povo*<sup>5</sup>, em verdade tinham readquirido funções de culto em outros locais, integrando a religiosidade crioula<sup>6</sup> e articulando redes sociais comunitárias. Hugo Machado atua diretamente no que Halbwachs denominou de comunidade emocional, vinculada diretamente ao campo da memória.

O autor, notabilizado por situar o indivíduo em malhas sociais, propôs o estudo da memória individual, coletiva e a histórica em diversas facetas. A inexistência de uma solidão real do sujeito (HALBWACHS, 1990:26) relaciona-se ao mecanismo de lembrança deste, que possui sempre como suporte o espaço social de relação e interação entre o indivíduo e os diversos grupos dos quais faz parte. Esses grupos referem-se aos chamados quadros sociais da memória, que podem significar a família ou círculo de amizades, independentemente de uma relação de significativa duração ou de contato por pouco tempo. Daí a ligação com o que Halbwachs denomina de comunidade emocional, condicionante para a evocação de lembranças:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros porque elas passam

---

<sup>5</sup> Para que o tempo não apague um grande capítulo da história colonial riograndense... **Correio do Povo**, Porto Alegre, 4 agosto 1938.

<sup>6</sup> Conforme a definição de SILVEIRA (2004).

incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (HALBWACHS, 1990:34).

Podemos então tomar a comunidade de São Miguel das Missões nas décadas de 1930 e 1940 como uma possibilidade de se pensar uma comunidade emocional que mantém memórias articuladas entre si. Esses quadros sociais da memória são apresentados por Lewgoy como “...quadros mentais resultantes do processamento coletivo de inúmeras lembranças individuais, fundidas (...) à luz de uma ordem sociológica espaço-temporal e de uma visão de mundo que constitui seu núcleo ordenador”. Segundo o autor, tais quadros teriam uma função indutora em relação às recordações, ordenando as lembranças quando estas emergem à consciência (LEWGOY, 1992:23). Essa ordenação parece indicar uma diferenciação entre a lembrança e a memória. Segundo Namér, “...o modo de constituição das recordações através dos quadros sociais da memória, é o de compor uma moldura condensada de lembranças, analiticamente decomposta em imagens/tempo e idéias/significações, se bem que tais dimensões encontrem-se mescladas na ordem do vivido” (Namér apud LEWGOY, 1992:26).

As pessoas que possuíam santos missionários em suas casas ou capelas comunitárias, independentemente do valor “histórico” da procedência de igrejas do período reducional, tinham para si outros valores imbricados na posse de tais bens. Valores provavelmente muito mais ligados à esfera do simbólico do que a motivos da ordem patrimonial, como um valor de antigüidade ou mérito artístico, por exemplo. Mais de uma vez, a posse de tais esculturas religiosas era

diretamente relacionada à herança, ou seja, uma posse permitida pela trajetória familiar. A seguir, descrevo alguns episódios protagonizados pelo zelador do Museu e as formas pelas quais suponho uma atuação que envolve os termos anteriormente citados.

O primeiro procedimento que seguia a localização de um santo missioneiro pela região era o envio de correspondência para Rodrigo Melo, informando sobre a peça encontrada em determinado local. Não fica claro se tais medidas eram tomadas em todos os casos ou somente em algumas situações. Em carta de 4 de outubro de 1948, Hugo Machado notificou uma “investigação” nas proximidades de São Luís Gonzaga, ao mesmo tempo em que solicitou uma requisição<sup>7</sup> para peça de procedência jesuítica. Seguiu “... *na pista de mais uma ou duas, para o que tenho a colaboração do delegado de polícia daquele município*”<sup>8</sup>. Não é rara a referência ao auxílio policial para a requisição das obras nas casas por onde passava. Sub-delegados e inspetores de polícia são figuras muito citadas nas incursões investigativas de Hugo Machado. Aliás, note-se que, pelo documento, o zelador assumia uma figura detetivesca que *seguia pistas* até encontrar as tão ambicionadas peças. A correspondência entre o zelador e o diretor do SPHAN era freqüente apesar das dificuldades de acesso ao Correio, que só existia em Santo Ângelo. A intimidade da correspondência é dada pelo zelador, que não raro descreve para o diretor do SPHAN situações familiares, referindo-se a Rodrigo

---

<sup>7</sup> A requisição consistia numa solicitação, por escrito, de doação bens imóveis de procedência missioneira que era apresentada aos proprietários.

<sup>8</sup> **Carta de João Hugo Machado para Rodrigo Melo Franco de Andrade**. 4 de outubro de 1948. Arquivo Noronha Santos. Rio de Janeiro/RJ.

Melo como “chefe e amigo”<sup>9</sup>. Hugo entendia que as imagens dispersas pela região “deveriam pertencer” ao Museu das Missões<sup>10</sup>.

Numa situação que envolvia a localidade denominada Rolador, Hugo Machado solicitou que Rodrigo Melo enviasse uma “ordem de Requisição”<sup>11</sup>. Em resposta, o diretor do SPHAN solicita dados sobre os proprietários, ao mesmo tempo em que redige tal requisição diretamente para a viúva Cravi<sup>12</sup>, uma das pessoas envolvidas na “descoberta” do Rolador. As cartas do diretor do SPHAN, extremamente polidas, provavelmente não possuíam poder de convencimento junto aos proprietários injuriados e não faziam Hugo Machado dispensar o auxílio policial. São diversos os casos que se tornam “de polícia”. A construção da intriga, para utilizar uma expressão de Paul Ricoeur, fica mais enriquecida quando é possível apreender vozes que, muitas vezes, aparecem como parceiros silenciados, mas não silenciosos<sup>13</sup>. Personagens cujas reações muito dificilmente seriam mencionados nos relatórios oficiais como, de fato, não foram.

Na entrevista de 1980, em quase todas as situações descritas o zelador utiliza-se da expressão “tirar” para se referir ao seu trabalho: “...*este aqui tirei do velho*”

---

<sup>9</sup> **Carta de João Hugo Machado para Rodrigo Melo Franco de Andrade.** 14 de maio de 1946. Arquivo Noronha Santos. Rio de Janeiro/RJ.

<sup>10</sup> **Carta de João Hugo Machado para Rodrigo Melo Franco de Andrade.** 6 de fevereiro de 1950. Arquivo Noronha Santos. Rio de Janeiro/RJ.

<sup>11</sup> **Carta de João Hugo Machado para Rodrigo Melo Franco de Andrade.** 6 de fevereiro de 1950. Arquivo Noronha Santos.

<sup>12</sup> **Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Viúva Cravi.** 11 de abril de 1950. Arquivo Noronha Santos. Rio de Janeiro/RJ.

<sup>13</sup> Tomo esta expressão, que me parece bastante válida quando tratamos de narradores e narrados, de Gracila Chamorro (1998), que assim se refere aos Guarani do período missionário e sua presença indireta nos relatos dos missionários jesuítas enviados para a Europa.

*Satri em Giruá. Brigou muito, não queria me entregar este santo também. Onde tive que voltar com a polícia pra requisitar ele*<sup>14</sup>. Hugo Machado não solicitava empréstimo ou doação das obras. Retirava arbitrariamente as peças de seus proprietários contemporâneos. Não há um só caso contado ao entrevistador em que Hugo Machado não utilize o verbo tirar para se referir ao seu método de coleta de peças. Não havia explicação, justificativa ou ponderação, mas a certeza de que aquela posse não era correta e que as peças deveriam ser colocadas na exposição do Museu das Missões. A ilegalidade imaginária desta posse, que parece indevida aos olhos do zelador, também se faz perceber por outra expressão utilizada para vários casos ao longo das entrevistas: Hugo encontra os santos a partir de uma “denúncia”:

Este aqui tirei da minha cunhada, do meu cunhado. E este aqui, eu fui ahm, da..., eu recebi um aviso de, do Rio, para fazer uma investigação no Rolador né, então depois que eu registrei este aqui, e tem mais uns guardados, então o Pedro Pilusus, o sub, subdelegado que tinha requisitado pra ir junto lá acompanhar, me denunci..., me denunciou este santo do irmão dele que não era minha cunhada naquela tempo, depois que eu casei com a cunhada dela né, então tirei dela<sup>15</sup>.

Denúncia pressupõe a ilegalidade. É bastante provável que, após as primeiras requisições, a população realmente omitisse a posse das esculturas, dado o vínculo devocional que possuíam com as peças herdadas pela família. Ainda assim, a denúncia descrita pelo zelador toma por pressuposto que não

---

<sup>14</sup> **Entrevista de João Hugo Machado a Danilo Lazzarotto.** Março 1980. Arquivo do Museu Antropológico Diretor Pestana. Ijuí/RS.

<sup>15</sup> **Entrevista de João Hugo Machado a Danilo Lazzarotto.** Março 1980. Arquivo do Museu Antropológico Diretor Pestana. Ijuí/RS.

havia justificativa para que as peças estivessem sob a posse de particulares. Era inadequada a posse por particulares, era praticamente ilegal. Acionar o indivíduo da lei, o delegado ou oficial da polícia talvez fizesse ainda mais sentido ao método de Hugo Machado. Afora, evidentemente, que o desagrado dos proprietários lesados deveria ser coibido de alguma forma.

Situações de descaso também são incômodas a Hugo. Algumas vezes o resultado de sua investigação eram imagens jogadas em galpões ou servindo de poleiro para galinhas, como no caso das esculturas em madeira de São Lourenço e Santa Catarina. Quando ameaçados pela polícia os proprietários cederam, procurando o zelador para entregar as imagens, em seguida recolhidas ao Museu<sup>16</sup>. A seqüência permanece bastante semelhante: investigação, requisição, polícia e recolhimento das imagens ao Museu das Missões. Outras situações dão conta das peças como objetos utilitários, como o caso do prefeito de São Luiz Gonzaga, que recebeu de presente só a cabeça de uma santa e “*atiraram o resto no alicerce da casa*”<sup>17</sup>. Outra imagem foi completamente esburacada em busca de ouro, lenda antiga que ainda é corrente na região. Segundo Hugo, “*A viúva me disse que o genro dela sonhou que tinha ouro dentro das imagens, então furou a imagem*”<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> **Entrevista de João Hugo Machado a Danilo Lazzarotto.** Março 1980. Arquivo do Museu Antropológico Diretor Pestana. Ijuí/RS.

<sup>17</sup> **Entrevista de João Hugo Machado a Danilo Lazzarotto.** Março 1980. Arquivo do Museu Antropológico Diretor Pestana. Ijuí/RS.

<sup>18</sup> **Entrevista de João Hugo Machado a Danilo Lazzarotto.** Março 1980. Arquivo do Museu Antropológico Diretor Pestana. Ijuí/RS.

É bastante provável que as lendas associadas à presença dos jesuítas na região viessem associadas em certos casos ao santo guardado pela família. São numerosas as histórias de ouro escondido nas ruínas e nos santos que pertenceram às reduções. Os “causos” narrados por Plínio Bittencourt, antigo morador da localidade de São João Baptista, são esclarecedores neste sentido<sup>19</sup>. A memória coletiva da comunidade onde Hugo Machado atua está fortemente ligada às lendas, mitos e causos que evocam a história dos jesuítas. O que torna este aspecto ainda mais interessante é o fato de que esses relatos mantêm-se vivos na comunidade até hoje. Narrativas organizadas a partir das relevâncias do grupo, memória resultado de um trabalho de enquadramento, conforme a noção de Pollak. Tal perspectiva é identificada por Lewgoy já no próprio trabalho de Halbwachs. Segundo Lewgoy, “...*Halbwachs distingue entre memória e lembrança, a primeira representando o resultado de um trabalho realizado sobre um conjunto desordenado de imagens, as lembranças em ‘estado bruto’*” (1992:23). Esse trabalho estende-se também ao ato de recordar/esquecer a partir das relevâncias surgidas do grupo. Essas relações ficam mais claras no capítulo de Halbwachs que trata da memória coletiva e da memória histórica. Lewgoy ressalta, ainda, a questão da hierarquização e da memória, decorrência da ampla utilização do trabalho de Louis Dumont como sustentação teórica de sua dissertação. Assim, afirma que:

As lembranças coletivamente referidas têm preeminência hierárquica, na ordem das evocações, sobre aquelas que

---

<sup>19</sup> **Entrevista de Plínio Bittencourt a Leticia Bauer.** Jan-mar 2004. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do IPHAN. Porto Alegre/RS.

podéssemos isolar como estritamente individuais. Hierarquização imbricada também à própria memória coletiva do grupo em questão, na medida em que a qualidade instauradora dos valores que definem a identidade do grupo estende-se a seus processos de rememoração (LEWGOY, 1992:24).

As mudanças de valorização de determinados espaços na memória coletiva indicam bons caminhos para se pensar as possíveis ressignificações do patrimônio ao longo do tempo. Memória coletiva e memória histórica diferenciam-se sensivelmente no trabalho de Halbwachs. Evidentemente que se diferenciam, também, por meio do discurso preservacionista do IPHAN e pelas imagens associadas pela memória coletiva aos remanescentes missionários. Conforme o autor, a expressão memória histórica seria inviável porque aproximaria dois termos que se excluíam em mais de um ponto:

A história, sem dúvida, é a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens. Mas lidos em livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são escolhidos, aproximados e classificados conforme as necessidades ou regras que não se impunham aos círculos de homens que deles guardaram por muito tempo a lembrança viva. É porque geralmente a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social (HALBWACHS, 1990:80).

Mais que isso, fato interessante é que a relação entre a escrita da história e a memória coletiva se dá a partir de uma ruptura, ou seja, quando uma memória não encontra mais suporte no grupo, dispersa-se em novas sociedades que não possuem mais interesse porque passam a compreendê-las como exteriores, surge como alternativa fixá-las por escrito (HALBWACHS, 1990:80-81). Flávio Silveira

(2004) indicou mais de uma vez a valorização de seu trabalho<sup>20</sup> por parte dos idosos entrevistados como forma de registro de histórias que estavam se perdendo com o tempo. A nova geração miguelina, salvo melhor engano, já faz parte da localização das ruínas no universo dos bens turísticos do município<sup>21</sup>.

Em relação ao cemitério<sup>22</sup>, Hugo Machado manifestou seu descontentamento, deixando indícios de sua compreensão sobre o que constituía o patrimônio: “...o Patrimônio Histórico me apoiou né. É, porque aqueles túmulos novos de azulejos de banheiro ali do lado das ruínas, é uma ‘pouca vergonha’, não é?”<sup>23</sup>. A aparência do novo representado pelos azulejos somado ao gosto duvidoso da colocação de azulejos de banheiro ao lado as ruínas, revestindo os túmulos, incomodava, quase ofendia o zelador. Na década de 1970, o cemitério foi transferido para fora do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, decisão evidentemente controversa e duramente criticada pelos moradores de São Miguel. O descontentamento em relação à remoção dos entes queridos somava-se ao término inevitável de diversos ritos, como a vinda de um rezador<sup>24</sup> que, de tempos

---

<sup>20</sup> Flávio Silveira coletou diversos depoimentos de moradores da região vinculadas à paisagem. Entre elas, as ruínas foram bastante mencionadas.

<sup>21</sup> Em alguns eventos que tive oportunidade de participar no município, foi possível perceber a estrita vinculação das ruínas como bem turístico, figurando juntamente com o pórtico de entrada da cidade e uma fazenda que funcionada nos moldes de um clube social. As ruínas também tem curiosa utilização. Já foram vários os casamentos realizados dentro ou em frente da antiga igreja da redução, bem como cultos religiosos católicos e ecumênicos. Esses cultos, particularmente, remetem a ritualizações associadas, direta ou indiretamente, ao tempo das reduções jesuíticas dos Guarani.

<sup>22</sup> Segundo Hugo Machado o cemitério emanava mau cheiro, levando-o, muitas vezes, a ter que fazer concertos pessoalmente.

<sup>23</sup> **Entrevista de João Hugo Machado a Danilo Lazzarotto.** Março 1980. Arquivo do Museu Antropológico Diretor Pestana. Ijuí/RS.

<sup>24</sup> O rezador era responsável por “puxar” as orações em memória dos falecidos nos dias seguintes a sua morte, uma vez que a localidade não possuía pároco. Esta informação foi dada por Carlos Machado.

em tempos, congregava familiares dos falecidos em cerimônias no cemitério da ruína. Carlos Galvão Krebs fez uma matéria jornalística sobre este evento para a Revista do Globo, em 1951, intitulada “Chegai pecador contrito”, em alusão à música cantada por todos na cerimônia. Em correspondência para Augusto Meyer, Krebs comentou que fez registros fonográficos que, infelizmente, não foram localizados. A reportagem para a revista contém fotos, entrevistas e até um registro em partitura de um dos cantos utilizados pelo rezador<sup>25</sup>. Apesar de tudo isto, os azulejos de banheiro e o incômodo ocasionado pelo mau cheiro falaram mais alto e a mudança de local ocorreu.

Apesar das denúncias, nem sempre Hugo Machado chegava diretamente nas famílias para a requisição dos santos. O caso a seguir ficou célebre entre as histórias da instituição e, ao que tudo indica, não foi único na trajetória do zelador:

algumas tive que tirar brigando né, outras eu, então chegava nas casas, onde escondiam as imagens. Então eu levava fita a vela na mão e..., o pessoal me só dizia lá tem, mas eles escondem a imagem não vão entregar. Então eu chegava nas casas, com fita e vela na mão, - Que o senhor queria?, - Eu vim de longe, de cruzada aqui e vim pagar uma promessa, assim, assim. Que vocês tem aí? Então diziam: - Ah, mas nos não temos. E eu dizia, - Ora perdi a viagem, eu não quero ficar sem devendo minha promessa, tão longe, quero pagar minha promessa e ir embora; Pois é, diz. (29:33 até 29:45 inaudível). Pagar minha promessa e ir embora. Então eles diziam: - Pois é, então nos temos, mas o senhor não conta nada !?; Não, e não sabe de mais alguma? Então eu pegava eles assim, sem eles desconfiar; então me denunciaram e o chofer tomava nota, vou explorar ele. Quem é que tem, que família, que fazenda, então eles me denunciavam, depois é que eles não sabiam mais nenhuma, então não sabe mais nenhuma? - Não. Então não vou mais enganar vocês, o Hugo Machado sou eu mesmo. Assim

---

<sup>25</sup> **Carta de Carlos Galvão Krebs a Augusto Meyer**. 10 de outubro de 1951. Arquivo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Porto Alegre/ RS.

vocês me entregam amigavelmente ou contrário vou buscar a polícia, vocês pagam a polícia, pagam minha viagem e quem roubo estas imagens foram vocês, dizia: - Não mais foi meus avós, herança.... Eu deixo saber, tá na mão de vocês. Então me entregavam<sup>26</sup>.

Hugo Machado se disfarçava sob a identidade de pagador de promessa para surpreender os proprietários e transportar para o Museu das Missões imagens que estavam nas famílias por anos<sup>27</sup>. Na mesma entrevista, quando questionado sobre a proveniência das imagens que requisitava, Hugo afirmou que as pessoas alegavam a permanência dos santos na família por motivos de herança<sup>28</sup>, como no caso acima. Isto não era suficiente para dissuadir os firmes objetivos de Hugo Machado. Sua atuação em nome das imagens que ele acreditava que deveriam estar no Museu garantiu, por um lado, a possibilidade de preservação e tratamento de tais peças, ao mesmo tempo em que viabilizou o acesso público a tais esculturas<sup>29</sup>. Por outro, foi agente significativo da fragmentação da memória e tradição vinculadas à relação entre os santos e as pessoas devocionalmente ligadas a eles.

---

<sup>26</sup> **Entrevista de João Hugo Machado a Danilo Lazzarotto.** Março 1980. Arquivo do Museu Antropológico Diretor Pestana. Ijuí/RS.

<sup>27</sup> Outro caso semelhante, ocorrido em Porto Mauá: *“E essa santa tirei de uma família de Porto Mauá. Então me denunciaram que tinha uma santa lá. Então eu fui de ônibus (...) eu ia até Santa Rosa de ônibus, mas depois eu fui, falei com o chofer se ele me esperava uns minutos, me disseram que a família morava perto da estrada. Olha não demorando muito não [frase dita pelo motorista do ônibus]. Digo, não, não, não eu só quero ir ver um negócio lá. E já vou embora. Mas não demorou 10 minutos, era pertinho da estrada. Então tinha bastante mulher sentada na frente. Cheguei e disse: Eu vim pagar uma promessa para um santo uma santa que a senhora tem aí, mas eu tenho pressa, o ônibus [inaudível]. Então, mostrando a santa, botei nas costas e vim embora”.* **Entrevista de João Hugo Machado a Danilo Lazzarotto.** Março 1980. Arquivo do Museu Antropológico Diretor Pestana. Ijuí/RS.

<sup>28</sup> **Entrevista de João Hugo Machado a Danilo Lazzarotto.** Março 1980. Arquivo do Museu Antropológico Diretor Pestana. Ijuí/RS.

<sup>29</sup> Foram catalogadas 510 imagens religiosas de procedência missioneira pelo Inventário de Imaginária Missioneira, realizado no início da década de 1990 por meio de uma parceria entre a Fundação Nacional Pró-Memória e a Fundação Vitae. Desse total, a coleção do Museu das Missões representa aproximadamente uma quinta parte.

As orientações do patrimônio<sup>30</sup> somavam-se com as aventuras nas localidades e as lendas e fantasmagorias ligadas às ruínas. Carlos Machado, seu filho, narrou episódios onde Hugo aparece sobre outro prisma. Segundo ele, eram vários os visitantes que acampavam na praça, em frente à igreja. Mais de uma vez, Hugo Machado escondeu-se no cemitério, à noite, para assustar os turistas mais crédulos, divertindo-se muito com isto. Hugo Machado habitava definitivamente aquele espaço, era o dono da casa, por assim dizer, onde recepcionava e brincava com as visitas. Interessante registrar a grande quantidade de pessoas da região que freqüentava o espaço das ruínas e conhecia o Museu. O primeiro livro de visitas, que registra o público entre 1940 e 1944, indica que mais de 70% das pessoas que deixaram sua assinatura eram de localidades bastante próximas de São Miguel. A visita às ruínas parecia ser um programa de final de semana...

---

<sup>30</sup> Existem documentos em que Rodrigo Melo chama a atenção de Hugo Machado sobre a possível existência de cupins no acervo, denunciada por certo visitante, ou indagando sobre uma fotografia em que parte das peças do acervo estava colocada no alpendre do Museu aleatoriamente. A esta repreensão o zelador responde desculpando-se e explicando que uma turista havia solicitado tal configuração para uma foto “especial”. **Carta de João Hugo Machado para Rodrigo Melo Franco de Andrade**. 4 de outubro de 1948. Arquivo Noronha Santos. Rio de Janeiro/RJ.



Piquenique nas ruínas [c.a. 1950].

Sua busca incansável, à qual dedicou todo o seu esforço pessoal, sempre foi por peças originais, “históricas”, por assim dizer. Ao se referir ao Senhor dos Passos representado com a cruz nos ombros, Hugo revela um de seus critérios para a manutenção ou não de determinados elementos: “...é, *ele tinha uma cruz no ombro, mas a cruz não era histórica, não interessei na cruz né*”<sup>31</sup>. Hugo valoriza

---

<sup>31</sup> **Entrevista de João Hugo Machado a Danilo Lazzarotto.** Março 1980. Arquivo do Museu Antropológico Diretor Pestana. Ijuí/RS.

o autêntico, tal qual seus superiores, e faz suas buscas com a convicção daqueles que se dedicam inteiramente à *causa* do patrimônio.

Enquanto cruzavam pela foto de Júlio de Castilhos na região em exposição no Museu, entrevistador e zelador comentam, sem intenção explícita, sobre as poderosas devoções aos santos. Segundo informações coletadas por Hugo Machado, o Cristo carbonizado, ainda hoje exposto, foi incendiado para pagamento de uma promessa: “*Diz a família Schmitz pra mim que foi pra promessa na revolução de, de “93*”<sup>32</sup>. Mas a devoção causava estranheza ao zelador: “... *é engraçado como esse pessoal, eles é... tinham fé na imagem mesmo né. (...) Essa Santa Soledade, diz que a velha morreu de sentimento a velha Justina. (...) Vivia desta santa [silêncio]*”<sup>33</sup>. Esse caso refere-se à cabeça de Nossa Senhora da Soledade, que Hugo Machado havia “*tirado de uma velha da Restinga Seca*”<sup>34</sup>. Ao que tudo indica, a referida Justina vivia da santa devido ao seu poder milagreiro. Segundo a pesquisa de Flávio Silveira, em troca das bênçãos alcançadas, os devotos presenteavam a santa e, por conseguinte, Justina, com animais, alimentos e até mesmo terrenos (SILVEIRA, 2004:412). Essa devoção fica ainda mais evidente numa entrevista gravada em vídeo na qual o antropólogo José Otávio Catafesto e o arquiteto Vladimir Stello entrevistam Carlos Machado sobre os trabalhos de zeladoria. Ao comentar sobre o processo de recolhimento dos santos aos Museu, Carlos conta que durante muito tempo as

---

<sup>32</sup> Referência à Revolução Federalista (1893). **Entrevista de João Hugo Machado a Danilo Lazzarotto**. Março 1980. Arquivo do Museu Antropológico Diretor Pestana. Ijuí/RS.

<sup>33</sup> **Entrevista de João Hugo Machado a Danilo Lazzarotto**. Março 1980. Arquivo do Museu Antropológico Diretor Pestana. Ijuí/RS.

<sup>34</sup> **Entrevista de João Hugo Machado a Danilo Lazzarotto**. Março 1980. Arquivo do Museu Antropológico Diretor Pestana. Ijuí/RS.

peessoas da região continuaram a orar para os santos de sua devoção, levando velas para serem acesas dentro do Museu, utilizadas por Hugo para iluminar a escuridão das noites de São Miguel<sup>35</sup>.

A reação à coleta de Hugo foi, na maioria das vezes, furiosa. O trecho a seguir revela uma situação tragicômica vivida pelo investigador miguelino:

JHM – Então tirei estas imagens daquelas velhas de Bossoroca, não quiseram me entregar, facilitei muito tempo, e no fim... quebraram três imagens, e me rogaram tanta praga me diziam que ... eu saí num caminhão com o, o, 29, 27 nem 29, com um caminhão 27, e elas me rogaram praga disseram: - Pega fogo esta porquera de vocês, tomara que pega fogo e queima. Pois olha, saímos um pedaço, bem na frente da casa numa subida, não é que pega fogo mesmo no cano de gasolina, o Bentinho Azambuja, o finado já meteu a mão ali se queimou ainda [inaudível] a primeira coisa olhei para estas velhas...

DL – [risos]

JHM – Vou ter que matar estas velhas agora. Mas sorte que apagamos o, o, caminhão...

DL – O Fogo.

JHM – O fogo, se não tinha ido. Ah, essa praga me rogaram, muita praga, barbaridade, [inaudível], começaram moças me destratar, só não me chamaram de santo, mas de resto tudo, por que eu não era santo, mas se não, de ladrão de tudo<sup>36</sup>.

O trânsito com as autoridades locais também não era sempre tranquilo. Segundo Hugo Machado, delegado e sub-delegado, “um comunista que tinha aí”, tinham interesse em seu emprego: “...se não fosse eu me pegar com o Capitão Amir Porto Forte, naquele tempo, hoje é general, eles tinham me tirado daqui, eles

---

<sup>35</sup> Entrevista de Carlos Machado a José Otávio Catafesto de Souza e Vladimir Fernando Stello. 1989. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do IPHAN. Porto Alegre/RS.

<sup>36</sup> Entrevista de João Hugo Machado a Danilo Lazzarotto. Março 1980. Arquivo do Museu Antropológico Diretor Pestana. Ijuí/RS.

*tinham me matado. (...)É, prometeram até me matar, mandaram a polícia os brigadianos inticar comigo aqui*<sup>37</sup>.

Outras pessoas também participaram da busca bens móveis missioneiros na região. Lucas Mayerhofer percorreu igrejas buscando esculturas religiosas. Em princípio, as “requisições” eram supervisionadas por ele. Peço licença para transcrever na íntegra um documento encontrado no arquivo da 12ª Superintendência Regional do IPHAN, em Porto Alegre que, além da excentricidade do narrador, concede uma descrição pormenorizada de uma viagem para “arrecadação” de peças missioneiras realizada por Fernando Hartmann, autor do relatório, e João Hugo Machado:

Ilmo. Shr. Dr. Lucas Mayerhofer

O viagem para S. Borja para requisitar objetos jesuíticos foi seguinte. Eu viajar com caminhão Alejandro Martini e levar junto o Shr. Hugo Machado e Joaquim Nunes Pereira (Velho quinca) porque elle foi criado nesta zona e saber alguma imagem em casas particulares. em caminho para S. Borja nos passemos p. S. Jose onde me foi entregar de bom vondagem uma imagem de madeira (1.30 met altura) que foi encontrada numa capelinia. na chegada em S. Borja foi 20h. da noite. dia seguinte eu procurar o Shr. Prefeito para apresentar-se. mais encontrar antes o Shr. Vigario o que mostre os documentos e carta do Shr. Bispo sobre requisição. o Vigario responde muito mal. elle diz: não entregar nenhum objetos jesuíticos, não respeitar ordem do Ministerio e não ordem do Shr. Bispo, quem mandar em S. Borja sou eu. elle chamar nos ladrãos, deixar nos na rua e correr para Shr. Prefeito. depois da saída do Vigario da Prefeitura eu e Hugo Machado entremos para apresentar-se ao Shr. Prefeito. Elle não acho documentos suficiente e não quer ler. neste hora mandar 1ª telegrama para Senhor. Mesmo dia 20 horas a noite chegar o Shr. Prefeito Shr. Delegado, Supdelegado e 2 soldados na Hotel, levar imagem que foi requisitado em P. S. José para Vigário. em este

---

<sup>37</sup> **Entrevista de João Hugo Machado a Danilo Lazzarotto.** Março 1980. Arquivo do Museu Antropológico Diretor Pestana. Ijuí/RS.

ocasião o Shr. Delegado disse nos seria na outra dia exortado [?] fora do Município. este hora eu mandar 2ª telegrama.

Otra dia eu pedir favor de Delegado para pode esperar em S. Borja a resposta de Senhor, elle aceida. até 20 h não vem resposta então eu resolver para voltar na São Miguel, porque as despesas no Hotel para nos (4 pessoas) foi alto, e pensar minha dinheiro e não suficiente para 3 o 4 dias ainda. (3ª telegr)

23 horas de noite recebi resposta do Senhor e um telegrama de Shr. Dr. Rodrigo M. F. de Andrade dia seguinte (18./5.) falar de novo com Delegado por que o Shr. Prefeito não estava mais em S. Borja, e mostrar os telegramas. o Shr. Delegado diz não pode fazer nada sem Shr. Prefeito, que não esta em São Borja e não volta antes de dia 21, também não pode dizer que dia elle voltar para S. Borja. eu não pode esperar este tempo e volta para S. Miguel.

Em S. Borja tem objetos jesuiticos importantes e grande valor, fora do culto:

8-10 imagens grande e bonito depositada no quarto lateral da Igreja, um altar jesuitico fora do culto, uma Pia de pedra perfeito e muito bonito (mais o menos 900 Kgr) 2 Pia de madeira bem trabalhado, e 3 sinos. 1 de 1.200 Kgr.

1 “ 600, “  
1 “ 80, “

Os sinos também fora de culto, depositado na quintal na fundo da Igreja na terra, sem conservação; uma pomba de prata de lei (1 Kgr) eu calcula o valor objetos acima mencionada so de materiais e artistico 300 a 400 contos de reis, fora grande Valor de Histórico.

Para transportar destes objetos precisar 4 caminhão grande, o um Vagão da E. F. ate Santo Angelo, porque os Estradas de S. Borja são em pesimo estado.

Eu continuar requisitar as imagens nas otras Municípios onde eu sabe ainda imagens importantes. O Shr. Prefeitos e Delegadas de Santo Ângelo, São Luiz e S. Boqueirão solicitando facilitar nossa Missão.

neste data seguiram carta registrada com conta corrente, fotos, e copia do catalogo original. Original do catalogo fica aqui, porque ainda vem muitas imagens e otras objetos. faz a favor mandar dinheiro urgente.

Saudações

Fernando Hartmann<sup>38</sup>.

Fernando Hartmann, o narrador em questão, era engenheiro. Apesar de não haver data no documento, é possível mapear sua presença na região por uma fotografia do interior das ruínas da igreja de São Miguel, que possui uma sucinta

---

<sup>38</sup> **Relatório de Fernando Hartmann para Lucas Mayerhofer.** [s.l.], [s.d.]. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do IPHAN. Porto Alegre.

descrição e é assinada por ele com data de 1940, data que também coincide com início da formação do acervo do Museu das Missões .

A narrativa de Hartmann já é interessante por sua linguagem. Seu provável sotaque germânico aparece na redação, relatando uma saga extremamente conturbada. Os personagens locais aparecem, e de forma intensa. A passagem dos “agentes do patrimônio” é repleta de cenas até certas vezes cômicas, a exemplo das atitudes do vigário de São Borja, que se revela uma figura ímpar e que, tomado pela fúria, ignora o Ministério e o próprio bispo. Se a imagem da paróquia de São José foi aparentemente dada de bom grado, em São Borja o caso foi de polícia. É possível pensar numa demonstração de poder do vigário, que agilizou as autoridades locais e requisitou inclusive a imagem angariada pouco tempo antes dos fatos ocorridos na cidade.

Os agentes do patrimônio, praticamente expulsos da cidade, conseguiram vistoriar a igreja de São Borja (ainda que de forma pouco explicada), revelando a existência de diversos objetos de procedência missioneira. É possível perceber, entretanto, a preocupação em mencionar que os objetos estão fora de culto, localizados provavelmente na sacristia e nos fundos da igreja. Não foram encontrados indícios de que os objetos citados tivessem sido levados para o Museu. Segundo Hartmann, outras autoridades de municípios da região pareciam estar dispostas a colaborar com a coleta dos “objetos jesuíticos”. Hugo Machado aparece como acompanhante da aventura aparentemente estrelada pelo ansioso Hartmann.

Em todos estes casos, ação e reação são violentas. Depois de retirados das localidades, os santos passaram por um processo de relocação simbólica, passando de imagens de culto para objetos museológicos. Se esse processo não foi imediato e muito menos experimentado pelos moradores da região de São Miguel, a pesquisa etnográfica indica que ainda permanece na memória coletiva o trauma resultante da ação do IPHAN sobre a comunidade. A pesquisa de Flávio Silveira mostrou que as imagens observadas há pouco tempo no Museu por alguns habitantes foram descritas como muito modificadas em relação ao que seriam no tempo em que ainda estavam em casas e capelas comunitárias (2004:514). A religiosidade, que por algum tempo motivou a manutenção da ida de fiéis ao Museu para acender velas, foi se tornando cada vez mais escassa, até que perdurasse na memória apenas a ação passada. Os laços de pertencimento que compunham a memória coletiva foram sendo progressivamente alterados, até que o sustentáculo material que dava suporte à devoção se tornou um lugar para os milhares de visitantes que se deslocam para ver as ruínas de São Miguel.

A intenção aqui não é a de caracterizar negativamente a ação de Hugo Machado. Como já foi dito, seu trabalho possibilitou a salvaguarda de um acervo numeroso, exposto ao público e integrado aos remanescentes que foram reconhecidos como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1983. O que se mostra relevante é o trânsito que o zelador possuiu nos quadros sociais da memória dos habitantes do então distrito de São Miguel, tomando por base a definição de Halbwachs. Hugo Machado vive, mas principalmente atua, numa

comunidade emocional, também retomando a definição de Halbwachs. Se a memória coletiva, segundo o autor, é uma corrente de pensamento contínuo, retendo do passado somente aquilo que está “vivo”, Hugo atuou num campo híbrido, característica intrínseca à memória, e bastante específico.

Halbwachs discutiu sobre as relações entre memória coletiva e ação histórica, colocando esta última em xeque no que se refere às possíveis reatualizações efetuadas pela memória coletiva *versus* uma abordagem que busca vertiginosamente o estudo de detalhes passados, remetendo a uma erudição de poucos: *“Se ela se limita (...) a conservar a imagem do passado que possa ainda ter seu lugar na memória coletiva hoje, ela apenas retém aquilo que ainda interessa às nossas sociedades, isto é, em resumo, bem pouca coisa”* (HALBWACHS, 1990:81). A memória coletiva seria contínua, porque reatualizadora. Em face disso é possível associar a diferença entre coletivo e histórico:

A memória coletiva se distingue da história pelo menos sob dois aspectos. É uma corrente de pensamento contínuo, uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites deste grupo. Quando um período deixa de interessar ao período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma parte de seu passado: há, na realidade, dois grupos que se sucedem (HALBWACHS, 1990:81-82).

Mesmo não sendo o foco deste estudo, é interessante refletir sobre o que parece estar acontecendo em São Miguel das Missões: uma sucessão de

gerações que podem estar redimensionando suas relações com as ruínas jesuítico-guaranis. Ainda assim, corre-se o perigo de privilegiar uma noção cristalizadora de gerações passíveis de determinação, sucessivas e desvinculadas. Mais que isso, para a memória coletiva

O presente (entendido como uma certa duração, aquela que interessa à sociedade de hoje) não se opõe ao passado, configurando-se dois períodos históricos vizinhos. Porque o passado não mais existe, enquanto que para o historiador, os dois períodos têm realidade, tanto um quanto o outro. A memória de uma sociedade estende-se até onde pode, quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos dos quais ela é composta. Não é por má vontade, antipatia, repulsa ou indiferença que ela esquece uma quantidade tão grande de acontecimentos e de antigas figuras. É porque os grupos que dela guardavam a lembrança desapareceram (HALBWACHS, 1990:84).

Hugo Machado vincula-se ao campo da memória de duas maneiras diferentes. Por um lado, atua no campo da memória coletiva incidindo sobre a rede de significações que envolvia os santos missionários reapropriados. Atuou com vistas ao preenchimento de lacunas na coleção/narrativa do Museu das Missões, participando da reordenação espacial e discursiva empreendida por Lucio Costa. Hugo vasculhou as casas da região orientado pelos critérios formais do SPHAN. Atuou em nome do patrimônio nacional, participando da formação narrativa da História. Por outro lado, ao narrar sua experiência anos depois, acionou a ordenação de suas lembranças, dando vez à memória daquele que operava em nome da ação preservacionista. Ao mesmo tempo, na comunidade miguelina, era a retirada dos santos que protagonizava as histórias sobre as décadas de 1930 e 1940. Se a posse dos santos era desconhecida por grande

parte dos interessados pelo patrimônio na época, porque integrada nas casas de forma devocional e não preservacionista, foi com ação do zelador que esse silêncio foi rompido e transformado em episódio traumático na memória coletiva.

O trabalho de Michel Pollak traz a idéia fundamental de uma ação, por parte daquele que analisa questões relacionadas à memória, que parta de um trabalho de dessubstancialização, que indique como e por meio de que agentes os fatos sociais solidificam-se, num trabalho de “*constituição e formalização das memórias*” (1989:2). E isso se aplica à constituição da memória como um todo, sem uma suposta “inocência” da memória coletiva, para utilizar uma forma de expressão. O autor, assim, refere-se diretamente aos suportes materiais, relacionados ao trabalho de enquadramento, resultado de investimentos realizados por determinados grupos para comporem um quadro social “sólido” e dotado de sentido, construído ao longo desse trabalho. O mesmo autor abre uma perspectiva que comporta a existência de uma memória coletiva imposta e ligada a um trabalho especializado de enquadramento, promotor de uma maior perenidade do tecido social (POLLAK, 1989:9). Esse trabalho especializado, identificado com os historiadores, pode ser aplicado também às ações das instituições oficiais definidas como as responsáveis pela eleição de bens materiais e imateriais considerados fundamentais para uma suposta memória do país. Pollak ultrapassa a referência somente aos discursos científicos produzidos no âmbito acadêmico e elenca vestígios materiais que também participam desse processo de enquadramento da memória:

Além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas etc. A memória é assim guardada e solidificada nas pedras: as pirâmides, os vestígios arqueológicos, as catedrais da Idade Média, os grandes teatros, as óperas da época burguesa do século XIX e, atualmente, os edifícios dos grandes bancos. Quando vemos esses pontos de referência de uma época longínqua, freqüentemente os integramos em nossos próprios sentimentos de filiação e de origem, de modo que certos elementos são progressivamente integrados num fundo cultural comum a toda a humanidade. Nesse sentido, não podemos nós todos dizer que descendemos dos gregos e dos romanos, dos egípcios, em suma, de todas as culturas que, mesmo tendo desaparecido, estão de alguma forma à disposição de todos nós? O que, aliás, não impede que aqueles que vivem nos locais dessas heranças extraiam disso um orgulho especial (POLLAK, 1989:9).

Pollak também avança no sentido de tratar desse trabalho de enquadramento ao pensar o material fornecido pela disciplina histórica como integrante da formação das memórias, numa perspectiva que lembra uma circularidade dessas idéias, num movimento de apropriações recíprocas<sup>39</sup>. Segundo o autor, esse material fornecido pela história “...*pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro*” (POLLAK, 1989:8).

---

<sup>39</sup> Segundo Martins, “*Somente na medida em que o resultado (quantas vezes ‘seco’, ‘árido’, ‘difícil’) da competência científica (=historiografia) lograr assumir forma socialmente convincente e, portanto, exercer função de orientação tanto para o especialista como para o grande público, viverá. Sem essa dupla condição, afirma Rüsen, com razão, de pouco adiantaria à história ter-se esforçado por obter resultados que ficariam sepultados sob a poeira dos arquivos*” (MARTINS, 2002:17). É necessário, antes de tudo, que os elementos sugeridos encontrem lugar na memória/identidade dos grupos. Essa apropriação, evidentemente, dá-se na medida em que tais referências históricas fazem sentido e desempenham um papel definido na lógica daqueles que objetivam incorporá-las no seu repertório de dados culturais.

Essa circularidade, orientada pela necessidade de coerência, pode ser percebida nas questões que envolvem crises urbanas ou reivindicações étnicas, por exemplo. É difícil que estas não tenham na história e no patrimônio um forte aliado argumentativo, que alicerça direitos a partir de garantias ancoradas na memória<sup>40</sup>. Mais que isso, entra em cena um argumento que também tem estado na ordem do dia nos discursos das mais diversas áreas: a identidade étnica. Relacionada aos critérios de pertença, e ainda orientada em grande parte pela proposta de Fredrik Barth (1998), a questão da identidade, étnica ou não, tem entre seus critérios a questão do passado do grupo, que pode ser traduzida pela memória. Catroga aponta para o caráter seletivo da memória: “...a *retrospectiva urde um enredo finalístico que domestica o aleatório, o casual, os efeitos perversos e descontínuos do real-passado quando este foi presente*” (CATROGA, 2001:21).

A dupla perspectiva, que leva em consideração motivações antagônicas, num primeiro olhar, é uma das contribuições de Pollak para o estudo da memória em seus diversos desdobramentos. A análise do trabalho de enquadramento da memória coletiva por seus agentes em suas construções, desconstruções e reconstruções, complementa-se pelo trabalho inverso, que é o de indicar até que ponto esse trabalho efetivou-se e, ao mesmo tempo, quais as mediações realizadas pelo indivíduo para conformar a oficialidade do passado com suas experiências (POLLAK, 1989:10).

---

<sup>40</sup> A demarcação de territórios de antigos quilombos num bairro de classe média-alta no município de Porto Alegre, por exemplo, aponta para esse caminho.

Para Michael Pollak, os elementos constitutivos da memória individual ou coletiva dizem respeito aos acontecimentos vividos e aqueles identificados pelo autor como “*vividos por tabela*” (POLLAK, 1992:2). Para além de acontecimentos mantidos pela coletividade, podem ser associados também todos os acontecimentos que nem sempre se situam dentro do espaço-tempo do indivíduo ou grupo: “*É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada*” (POLLAK, 1992:2). Se essa perspectiva até é enunciada por Halbwachs, é no trabalho de Pollak que ela fica mais evidente.

As reatualizações e apropriações de episódios históricos ocorridos na região pela comunidade de São Miguel das Missões podem ser percebidas nas diversas narrativas sobre acontecimentos fantásticos ligados às ruínas das reduções. Nos trabalhos de campo que realizei na região, em mais de uma situação, a expressão “eu me lembro” foi utilizada, relacionada a acontecimentos fora de uma temporalidade vivenciada pelo depoente. A partir disso, pode ser possível perceber algumas das permanências e rupturas na memória local, acrescida ou não de narrativas históricas externas. É inegável que a História sobre a experiência missioneira na América espanhola agiu sobre a memória coletiva miguelina, como foi indicado nas entrevistas realizadas com antigos moradores sobre temas vinculados às ruínas, por exemplo. Essa relação entre história e memória é severamente tratada por Pierre Nora. Candau, ao comentar o trabalho

de Pierre Nora, *Les lieux de mémoire*, resume a perspectiva de Nora em relação à História e à memória: “...*l’histoire est une antimémoire et, réciproquement, la mémoire est l’anti-histoire*” (CANDAU, 1996:16) . Para Nora

Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido. Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história (NORA, 1993:9).

Memória vivida, história construída como representação do passado. Segundo Nora, a existência de lugares de memória dá-se proporcionalmente à erradicação de uma memória espontânea. Segundo o autor, a “...*necessidade de memória é uma necessidade da história*” (NORA, 1993:14). A população da São Miguel das Missões também transitou (e ainda transita) nestes dois campos arbitrariamente traçados. A relação com esculturas de santos missioneiros foi cenário privilegiado para tal trânsito.

Não é possível apreender ou deduzir o campo complexo de memória no qual estavam inseridas as esculturas levadas para o Museu das Missões, mas, pelas reações das pessoas vinculadas a elas ao longo do tempo, fica claro que a devoção era inegociável. Isto fica evidente nos episódios de acendimento de velas e cumprimento de promessas para santos já expostos no Museu das Missões: devoção mesmo dentro do espaço musealizado. Segundo Baczko, “*O imaginário social é, pois, uma peça efectiva e eficaz do dispositivo de controle da vida*

*colectiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objecto dos conflitos sociais” (1985:310).*

Hugo Machado situou-se entre a História e a Memória. Agiu no espectro da História ao vincular-se à operação de reordenação dos fragmentos numa estrutura inteligível e ao estar dentro do Museu. Por outro lado, atuou sobre a Memória ao aproveitar-se da memória (devoção) para entrar e requisitar santos em casas alheias. Hugo buscou parte dos traços/vestígios que dariam sentido ao discurso/espaco ordenado que Lucio Costa propôs. Buscou o original, o da época, por assim dizer, buscou o vestígio histórico em cada casa, em cada capela, em cada igreja que lhe foi possível alcançar. Investigador que seguia pistas. Nisso parecia ter, além de dedicação extrema, certo prazer pessoal. Estes vestígios, mais do que nunca, podem ser compreendidos como rastros da ação de Hugo Machado e a reação da comunidade local. Imagens sagradas que estavam integradas aos sentimentos de filiação e, ao mesmo tempo, passaram a ser agentes de um discurso organizado, personificado pela figura do Museu das Missões

A História, diz Halbwachs, começa onde acaba a tradição. No caso das devoções, entretanto, essa tradição prospera, ainda que por um período de tempo relativo, dentro da intenção máxima de História, que é o sítio/intérprete pensado por Lucio Costa. Tanto uma quanto a outra precisam ocupar lugares socialmente convincentes. História mais que Memória, dado que esta última ocupa um lugar de fato. Em sua entrevista, quase quarenta anos depois dos episódios apresentados,

Hugo Machado também faz uso dos quadros sociais de memória ao compor uma moldura condensada de lembranças. Provavelmente, também recordou e esqueceu a partir de relevâncias aleatórias. Com ponto de vista claro e objetivo, buscou e definiu o histórico no campo da memória, operando a relocação simbólica da devoção para o espaço musealizado.

## Considerações finais

A trajetória do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional confunde-se com os debates sobre a cultura brasileira. Mais que isso, entrecruza-se com os discursos sobre memória, história, tradição e identidade. Em todas as circunstâncias, o passado (do país, das cidades, das comunidades) é o protagonista e o patrimônio cultural é o espaço para reflexões e disputas. A seleção de bens que devem ser salvos da destruição e do esquecimento é, de fato, arbitrária, resultado da autoridade da fala e investimento de valor por uma pessoa ou grupo legitimado por diferentes motivos. O processo de mudança simbólica de item cotidiano para monumento/ patrimônio é câmbio inerente às etapas de valoração de um potencial patrimônio cultural.

Ainda assim, de uma forma ou de outra, envolve lutas e/ou acordos simbólicos que tocam nas percepções sobre diferentes tempos num mesmo espaço. Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães articularam, cada um ao seu modo, discursos sobre a constituição, caráter e validade do patrimônio

cultural brasileiro. Se diferentes em suas concepções sobre patrimônio e cultura, primaram pela comum preocupação com a “autêntica” identidade nacional, entendida por ambos como um processo sempre aberto e sem definição. Nas recentes modificações da concepção de patrimônio cultural, acrescenta-se a pauta sobre o patrimônio imaterial, diferentemente abstrato por sua forma de expressão. O intangível ultrapassa a esfera material e seu vínculo estrito com a representação do passado, atingindo a esfera das formas de expressão, saberes, celebrações e modos de fazer em sua manutenção e reafirmação no cotidiano dos grupos. Sem dúvida, um ponto importante de mudança e ampliação do conceito de patrimônio cultural por parte do IPHAN. Se o tema do patrimônio imaterial já estava presente nas discussões da instituição desde a década de 1930, foi só recentemente que a ação da instituição voltou-se, de fato, para tais aspectos culturais.

O patrimônio cultural possui como pressuposto a atribuição de um valor simbólico de representação do passado de diferentes épocas, resultado de um investimento viabilizado pela autoridade da fala de uma pessoa ou grupo. No caso do IPHAN, um corpo técnico chama a si tal propriedade, qualificando ou não bens móveis e imóveis para serem preservados e salvos do esquecimento. Decorre desse processo de escolha a “coleção” de bens culturais que serão protegidos pela lei de tombamento. Essa coleção, como todas as outras, traz como mal inerente sua eterna incompletude. Ao mesmo tempo, a ação de preservação tem como uma de suas principais características a relação entre tempos distintos, particularizada pela sugestão de uma presença do passado no presente, proporcionada pelo patrimônio cultural. Pelo vestígio material do

passado, também se deduzem outras ausências, referidas porque acionadas pelo esforço de imaginação e compreensão do que falta ao redor do fragmento do passado. O espaço do patrimônio é o mesmo. O tempo, simultaneamente, o mesmo e o outro.

Essa relação com o fragmento, compreendido como traço/rastro, é legítimo na medida em que se passa a compreendê-lo como mediador entre temporalidades distintas, vestígio material para evocação do tempo passado. Condutor perigoso também para a sensação de se estar frente ao passado: a concepção de patrimônio traz consigo o perigo da objetificação da cultura e da identidade, tanto no passado como no presente. No caso do corpo técnico responsável pela proteção dos bens culturais, a temporalidade é a da emergência, da luta interminável contra o avanço do tempo. Essa luta fica mais aguerrida na medida exata da antigüidade do vestígio e complementa-se com a preocupação extrema relacionada ao valor da autenticidade desses remanescentes. Ser original, no campo do patrimônio, é condição fundamental.

Ao particularizar a ação preservacionista no Rio Grande do Sul, as atenções voltaram-se para Augusto Meyer, o responsável pela realização do inventário referente aos bens do Estado que poderiam integrar a lista de tombamentos do SPHAN. Meyer teve papel fundamental na configuração da história gaúcha no repertório do patrimônio nacional, elegendo edificações e coleções. Foi dele a definição dos marcos temporais da histórica gaúcha: Missões como início e a Revolução Farroupilha como ponto final de investigação. Sua

freqüente correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade deixou indícios dos critérios de seleção e referências sobre os bens que mapeou em trabalho no estado. Desde o início, entretanto, boa parte das atenções do diretor do SPHAN e do representante da 7ª Região concentrou-se nas ruínas da redução de São Miguel Arcanjo. A preocupação com a consolidação dos remanescentes é mencionada em quase todas as cartas, resultando na visita de Lucio Costa à região missioneira em 1937. Meyer acompanhou o arquiteto por todos os possíveis sítios a serem protegidos e deixou sua função de representante técnico da 7ª Região quando iriam iniciar as obras de consolidação das ruínas e edificação do Museu das Missões.

Propus reconhecer o relatório da viagem de Lucio Costa como um planejamento global do arquiteto para os remanescentes da redução de São Miguel Arcanjo. Sua impressão sobre a desordem encontrada em 1937 e as sugestões que fez para um reordenamento deste suposto caos foram mote para que eu desse início a uma série de reflexões que tomaram por base a relação entre a narrativa histórica e o patrimônio cultural. O arquiteto, por meio de uma série de proposições, organizou leituras espaciais sobre os remanescentes e teve uma preocupação central: dar aos visitantes uma impressão aproximada do que haviam sido as reduções jesuíticas dos Guarani. Essa intenção resultou em propostas e soluções muito mais complexas do que um simples conjunto de textos explicativos ou a edificação de um local para servir de posto informativo.

Lucio Costa agiu como intérprete do espaço e, reordenando-o, ultrapassou qualquer função puramente arquitetônica. Optou por não reconstruir nenhuma estrutura das ruínas da igreja, restringindo-se somente a consolidar. Nada foi reinventado, somente leituras foram redirecionadas. Ao aproximar esta decisão ao campo da história, foi possível relacionar o encadeamento de dados (neste caso os remanescentes e suas distribuições) por meio de um enredo, urdido pelo narrador. Aqui se faz presente então a possibilidade de compreender a narrativa para além do texto. As impressões que Lucio Costa dá sobre Missões são tridimensionais, são reconexões simbólicas entre os espaços, não reconstruções materiais. Opção esta que seria extremamente polêmica numa área que privilegia o valor do autêntico face a qualquer refiguração. Escolha esta passível de bons questionamentos, na medida em que o autêntico não significa necessariamente o passado. Como afirmei no segundo capítulo, aos técnicos do patrimônio ser original importa muito mais do que parecer original. Garantia da prova, como no caso da documentação primária em relação ao texto histórico.

A perspectiva que toma como possível a relação entre narratividade e patrimônio foi agilizada, principalmente, a partir dos estudos de Paul Ricoeur. Alguns vezes, indagações propostas por Paul Veyne deram margem a reflexões que buscaram aproximar ainda mais o patrimônio cultural das reflexões da História. Segundo Veyne, a narração histórica situa-se para além de todos os documentos, caso, ao meu ver, muito próximo da reordenação de Lucio Costa em São Miguel Arcanjo: no sítio, os remanescentes só fazem sentido quando associados uns aos outros. Ambas proposições não ambicionam tratar de um

passado ao vivo, mas de reaproximar tempos díspares. Mais que isso, em São Miguel a intenção não é mostrar a redução tal qual era no século XVIII, mas proporcionar impressões e sugerir imagens sobre ela. Apesar disso, mesmo não ambicionando a verdade histórica, Lucio atua no tempo das ruínas (sempre entendido com a ação da natureza sobre a produção do homem), aparentemente desacelerado-o no momento contemporâneo à sua atuação, por meio da limpeza do local e consolidação dos remanescentes.

A criação do Museu das Missões foi somente um entre os vários elementos que Lucio Costa propôs, atendendo principalmente a sugestão de concentrar todos os fragmentos dispersos pela região em São Miguel. O Museu, particularmente, possui uma função didática, marcando o espaço, possibilitando informação e, por meio das transparências da moderna edificação, viabilizando o contraste das esculturas missioneiras com as ruínas. Afigura, sem preencher, o que falta entre os fragmentos.

Lucio joga, segundo minha interpretação, com o tempo nas categorias do Outro, Mesmo e Análogo, definidas por Ricoeur. No caso do Museu das Missões, isso me parece bastante evidente. O paralelo entre arquitetura e narrativa é explorado por Ricoeur, que argumenta acerca da aproximação possível entre o ato de narrar e o de construir. Particularmente no que se refere ao estágio denominado de configuração, correspondente ao tempo do texto/construção, várias aproximações mostraram-se possíveis. O estágio da configuração desdobra-se nas etapas que o autor denomina de colocação em intriga,

inteligibilidade e intertextualidade. A intriga refere-se à elaboração de uma história, a organização de uma trama a partir de determinados dados. Ela possibilita a transformação de discontinuidades, inerentes ao “fazer histórico”, em narrativas contínuas que versam sobre um objeto de pesquisa composto por informações descontínuas. No que se refere à inteligibilidade, entendida como produto do esforço para a formulação de uma explicação coerente, dados diversos são organizados numa trama inteligível. Estes dois aspectos, ao meu ver, podem ser identificados na meticulosa proposta de Lucio Costa, que reúne fragmentos, reordena-os e sugere uma leitura que busca dar a ver, sem reconstruir, a experiência histórica de outro século. Finalmente, ao tratar do que denomina intertextualidade, Paul Ricoeur refere-se aos diferentes tempos coexistentes na arquitetura, num jogo relacional. No caso de São Miguel, o arquiteto faz essa operação jogando imagens e materiais.

O Museu das Missões, edificação extremamente moderna, apresenta uma estrutura que evoca a composição das casas em que habitavam os índios das reduções, sem reproduzi-las. Utiliza na edificação pedras e estruturas de madeira que pertenciam às edificações missioneiras. Apesar de todas essas referências do passado, o conjunto obtido é moderno. Coexistem, portanto, diferentes tempos no Museu das Missões, tanto em sua estrutura como nas perspectivas que oferece. As ruínas, que restam no tempo, vislumbradas de um ponto de vista onde, na época das reduções, localizava-se uma habitação indígena. O Sítio de São Miguel Arcanjo, com as ruínas e o Museu das Missões, torna-se lugar de diálogos entre

tempos num mesmo espaço. Diálogo este orquestrado pelas interpretações de Lucio Costa.

As sugestões do arquiteto foram executadas em sua quase totalidade e contaram com a participação de diferentes técnicos. A exposição do Museu das Missões, elaborada por Leônidas Cheferrino, tem importante destaque por sua linguagem, claramente modernista. Mais que isso, buscava formar e informar o visitante, integrando textos, esculturas e imagens por meio de linhas. Afora isso, a redação dos textos por Sérgio Buarque de Holanda, participação que estabelece uma sugestiva relação com os estudos que o autor vinha elaborando sobre o Brasil. A exposição foi mais um elemento que corroborou para a inteligibilidade da experiência missioneira por meio do patrimônio cultural, viabilizada também pela intertextualidade proposta por Lucio Costa na contraposição do Museu moderno e das antigas ruínas e fragmentos.

Lucio Costa quis tornar compreensível a desordem ocasionada pelo “navrágio” presenciado em sua chegada a São Miguel. Atou na reordenação espacial, limpando o entorno dos remanescentes, concentrando peças, consolidando estruturas arruinadas e implantando novos espaços para evocar antigos. Ao mesmo tempo, organizou didaticamente um local destinado aos visitantes para observação e interpretação. A organização do espaço, ruínas e Museu, constituiu, por si só, a produção uma narrativa. Segundo a interpretação que propus, Lucio Costa atuou como um operador da História, acionando conceitos associados à prática do historiador. Essa equação, antes produto de

meu esforço interpretativo do que de uma intenção explícita do arquiteto, foi uma tentativa aproximação da disciplina histórica com o campo do patrimônio cultural.

Hugo Machado, por sua vez, foi agente contumaz do SPHAN na região missioneira. A diferença do zelador em relação ao arquiteto situa-se exatamente no trânsito que realizou no campo da Memória coletiva da comunidade onde atuou. Sua busca por esculturas e fragmentos missioneiros foi determinante na formação da coleção do Museu das Missões e marcante na trajetória daqueles que foram surpreendidos pelas intenções de Hugo Machado. Se Hugo trabalhou diretamente nas obras de consolidação das ruínas da igreja de São Miguel Arcanjo, foi na zeladoria que sua devoção pessoal fez-se notar.

A fundamental entrevista realizada com o zelador em 1980 rebateu imediatamente as afirmações da imprensa da época que “denunciavam” descaso com o acervo missioneiro. Pelas reportagens, ficava a impressão da inexistência total de população na região. Ao mesmo tempo, um relatório como o de Fernando Hartmann narra uma conturbada saga para apreensão de santos no município de São Borja. As esmeradas investigações de Hugo Machado resultavam em práticas nada diplomáticas. Outras pesquisas já haviam indicado que o descontentamento dos proprietários de santos missioneiros havia se perpetuado por anos. Todavia, as palavras de Hugo são decisivas. Não é outra senão a expressão “tirar” que pontua todos os casos contados pelo zelador. Acreditava que a posse particular dos santos era roubo. Vivia absolutamente à vontade no Museu (literalmente), recepcionando pessoas com todo aparato de um bom anfitrião. Tomava também

todas as liberdades, utilizando-se das fantasmagorias vinculadas às ruínas para assustar turistas incautos que acampavam próximo à igreja. Divertia-se muito com isto, conforme as recordações de seu filho.

Hugo tocou em relações devocionais profundas e extremamente significativas para famílias e comunidades inteiras. Havia interferido em comunidades emocionais, para utilizar uma definição de Halbwachs, autor fundamental para a construção do terceiro capítulo. Os santos estavam sob a posse de particulares por meio de herança, integravam as histórias de vida daqueles que as possuíam. A lógica devocional associada aos santos não havia cessado, sua posse não estava relacionada a um suposto valor artístico ou patrimonial. As esculturas integravam a memória daqueles grupos, integravam a ordem do vivido, por assim dizer. Se não é possível afirmar que todos os santos estivessem associados a lendas e *causos* ligados à história dos jesuítas, é fato que boa parte deles trazia consigo a suspeita do ouro escondido, da sobrevivência a revoluções, dos fantasmas e bênçãos advindos da ligação com o passado missioneiro.

Hugo estranhava a fé que as pessoas tinham nas peças. Acreditava que as esculturas deveriam pertencer ao Museu das Missões, invariavelmente. Essa dupla perspectiva, fé e patrimonialização, vai ao encontro da proposição de Halbwachs referente à contradição entre História e Memória. Segundo o autor, é onde acaba a tradição, quando se decompõe a memória social, que a história tem início. Ao deslocar o santo de sua esfera simbólica, seu lugar de devoção, para

uma estrutura patrimonializada, que lhe expõe como objeto antigo, Hugo foi o operador desse câmbio de conceito. Evidente que essa mudança aparentemente tão fria foi muito mais lenta na realidade experimentada por aqueles que a vivenciaram. Não é à toa que, por muito tempo, velas ainda eram oferecidas aos santos dentro das salas do Museu. Entretanto, com o passar do tempo, como já advertia o autor, tais memórias dispersaram-se em novas situações, vivenciadas por grupos que passaram a compreendê-las como externas. É o caso, hoje, da comunidade jovem miguelina, que entende o espaço patrimonializado como algo destinado aos turistas.

Nesse trabalho de relocação dos santos, Hugo acionou o que Pollak denominou de trabalho de enquadramento da memória, sua solidificação em monumentos, bibliotecas e, neste caso, no Museu. Talvez a afirmação de Pierre Nora, quando comenta sobre a relação direta entre a inexistência de memórias e a decorrente necessidade de lhe consagrar lugares, seja relativizada no caso da apropriação dos santos missioneiros para o SPHAN. Se é provável que a repetição diária de todas as práticas reducionais não fazia parte da vida dos moradores da região nas décadas de 1930 e 1940, é fato que uma série de outros vínculos estavam ali concentrados. O descompasso ocorreu, justamente, na tentativa de se reaproximar outro período histórico, o das Missões.

O zelador era eminentemente um técnico do patrimônio. Criticava intervenções novas, que estragassem, ao ser ver, a antigüidade das ruínas e tinha muito cuidado com a autenticidade das peças requisitadas. As peças autênticas,

para Hugo, eram as peças “históricas”. Sua convicção na investigação e requisição de objetos para o acervo do Museu o equipara a qualquer especialista dedicado à “causa” do patrimônio. Entrou na casa das pessoas em nome do patrimônio nacional e orientado pelos critérios do SPHAN, dando prolongamento ao plano de Lucio Costa e buscando preencher o máximo de lacunas na coleta/narrativa do Museu das Missões quanto lhe era possível. Vale lembrar que entra nessas casas justamente pelo aspecto que estranha, quase desdenha: a devoção ao santo.

Os dois personagens foram aqui tanto objetos de estudo como meio para o debate de questões que buscaram estabelecer proximidades entre a História, enquanto disciplina das Ciências Humanas, a Memória, enquanto categoria de estudo sobre a coletividade, e o patrimônio cultural. Este último, particularizado pelos remanescentes de São Miguel Arcanjo e pelo Museu das Missões, foi base para toda a argumentação. A tentativa de relacionar tais campos, cujas considerações finais apresentei acima, permanece inconclusa. Isto porque, além da evidência de que este trabalho não é (e nem pretende ser) definitivo, trata de relações sempre passíveis de câmbio. Relações do homem presente com tempos passados.

## Referências

### Entrevistas

**Entrevista de João Hugo Machado a Danilo Lazzarotto.** Março 1980. Arquivo do Museu Antropológico Diretor Pestana. Ijuí/RS.

**Entrevista de Carlos Machado a José Otávio Catafesto de Souza e Vladimir Fernando Stello.** 1989. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do IPHAN. Porto Alegre/RS.

**Entrevista de Plínio Bittencourt a Leticia Bauer.** Jan-mar 2004. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do IPHAN. Porto Alegre/RS.

**Entrevista concedida por Carlos Machado a Ruth M. Silva Ferreira, Ado Moraes, Aline Trindade e Willians Fausto.** Out 2006. Arquivo da 12ª Superintendência Regional do IPHAN. Porto Alegre/RS.

### Correspondência

**Carta de Aureliano de Figueiredo Pinto a Augusto Meyer.** 29 de julho de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

**Carta de Carlos Galvão Krebs a Augusto Meyer.** 10 de outubro de 1951. Arquivo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Porto Alegre/RS.

**Carta de João Hugo Machado para Rodrigo Melo Franco de Andrade.** 14 de maio de 1946. Arquivo Noronha Santos. Rio de Janeiro/RJ.

**Carta de João Hugo Machado para Rodrigo Melo Franco de Andrade.** 4 de outubro de 1948. Arquivo Noronha Santos. Rio de Janeiro/RJ.

**Carta de João Hugo Machado para Rodrigo Melo Franco de Andrade.** 6 de fevereiro de 1950. Arquivo Noronha Santos. Rio de Janeiro/RJ.

**Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer.** 16 de abril de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

**Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer.** 15 de maio de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

**Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer.** 26 de maio de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

**Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer.** 4 de junho de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

**Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer.** 12 de junho de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

**Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer.** 14 de junho de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

**Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer.** 22 de junho de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

**Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer.** 26 de junho de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

**Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer.** 31 de julho de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

**Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer.** 25 de setembro de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

**Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer.** 4 de outubro de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

**Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer.** 9 de outubro de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

**Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer.** 13 de outubro de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

**Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer.** 25 de outubro de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

**Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade a Augusto Meyer.** 30 de outubro de 1937. Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro/RJ.

**Carta de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Viúva Cravi.** 11 de abril de 1950. Arquivo Noronha Santos. Rio de Janeiro/RJ.

## **Jornais**

A reconstituição das ruínas de São Luiz de Missões: pretende-se criar no local um museu com objectos históricos. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 3 março 1938.

Patrimônio histórico. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 27 março 1938.

Um valor nosso ao serviço do Brasil. **Diário da Tarde**, Curitiba, 28 março 1938.

Para que o tempo não apague um grande capítulo da história colonial riograndense... **Correio do Povo**, Porto Alegre, 4 agosto 1938.

Patrimônio Histórico do País. **Folha da Tarde**, Porto Alegre, 12 março 1940.

Commentario. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 13 março 1940.

O Museu das Missões. **Jornal do Brasil**, Brasília, 14 março 1940.

Museu das Missões. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 14 março 1940.

Mais um relicário dos tesouros históricos e artísticos da civilização brasileira. **Correio da Noite**, Rio de Janeiro, 27 março 1940.

A organização do Museu das Missões: está sendo recolhido o material espalhado pelo Estado. **Correio do Povo**, 28 março 1941.

**Diário da Semana**, Pelotas, [s.d.], 1942.

DAVID, Carlos. Era Uma Vez , Aug...**Correio do Povo**, Porto Alegre, 28 abril 1979. Caderno de Sábado.

## **Relatórios**

**Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Augusto Pestana Secretario de Estado dos Negócios das Obras publicas em 25 de junho de 1927.** 1º Volume. Porto Alegre: Oficinas Graphics D'A federação, 1927, p. 498.

**Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Augusto Pestana Secretario de Estado dos Negócios das Obras publicas em 25 de**

**julho de 1927.** 2º Volume. Porto Alegre: Oficinas Graphics d'A federação, 1927, p. 423.

**Relatório de Fernando Hartmann para Lucas Mayerhofer.** [s.l.], [s.d.].

Arquivo da 12ª Superintendência Regional do IPHAN. Porto Alegre.

**Relatório de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Gustavo Capanema.**

Rio de Janeiro, 20 outubro 1941. Acervo do Museu Getúlio Vargas, São Borja, RS.

## **Referências Bibliográficas**

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o IPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural.** Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

ANICO, Marta. A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 23, p. 71-86, 2005.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philipe, STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BACZKO, Bronislaw. Enciclopédia Einaudi. 5. Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.

BECK, Mateus Paulo. Transparência e Opacidade na Arquitetura de Museus: o exemplo de Lucio Costa. In: **Seminário Docomomo** (1. : 2006 : Porto Alegre, RS). A segunda idade do vidro : transparência e sombra na arquitetura moderna do cone sul americano 1930-70. Porto Alegre : PROPAR-UFRGS, 2006.

BOFF, Claudete. **A imaginária Guarani: o acervo do Museu das Missões.** Santo Ângelo: Ediuri, 2005.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. IPHAN. **Relatório de atividades (2001-2002).** Brasília: DEPRON, 2003.

BRUM, Ceres Karam. **Esta terra tem dono: uma análise antropológica de representações produzidas sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 95-115, 1994.

CANDAU, Joël. **Anthropologie de la mémoire.** Paris: PUF, 1996.

CARRILHO, Marcos José. A transparência do Museu das Missões. In: **Seminário Docomomo** (1. : 2006 : Porto Alegre, RS). A segunda idade do vidro : transparência e sombra na arquitetura moderna do cone sul americano 1930-70. Porto Alegre : PROPAR-UFRGS, 2006.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia.** Coimbra: Quarteto, 2001.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia.** São Paulo: Cosac & Naift, 2002.

CAVALCANTI, Lauro. **Modernistas na repartição**. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc/IPHAN, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papirus, 1995.

CHAGAS, Mário de Souza. **Museália**. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996.

CHAMORRO, Graciela. **A espiritualidade Guarani: uma teologia ameríndia da palavra**. São Paulo: Sinodal, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Lisboa: Difel, 1990.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, Editora UNESP, 2001.

COMAS, Carlos Eduardo. Simples Abrigo, Límpida Ruína, Modernidade Real: o Museu das Missões de Lucio Costa. In: **Seminário Docomomo** (1. : 2006 : Porto Alegre, RS). A segunda idade do vidro : transparência e sombra na arquitetura moderna do cone sul americano 1930-70. Porto Alegre : PROPAR-UFRGS, 2006.

COSTA, Lucio. **Lucio Costa: registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

COSTA, Lygia Martins. **De museologia, arte e políticas de patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002.

CURY, Marília Xavier. **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2005.

DURHAM, Eunice. Cultura, patrimônio e preservação – Texto II. In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.). **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FONSECA, Maria Cecília Londres da. In.: IPHAN. **Patrimônio Imaterial: o registro do Patrimônio Imaterial/ Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial.** Brasília: IPHAN, 2000.

\_\_\_\_\_. **Patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

GIL, Fernando (Coord.). **Enciclopédia Einaudi. Memória-História.** Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1997.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ;IPHAN, 1996.

\_\_\_\_\_. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 23, p. 15-36, 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra (Org.). **História Cultural: experiências de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Diefel, 1990.

LEWGOY, Bernardo. **A invenção de um patrimônio:** um estudo sobre as repercussões sociais do processo de tombamento e preservação de 48 casas em Antônio Prado/RS. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.

MALERBA, Jurandir. Em busca de um conceito de historiografia: elementos para uma discussão. **Varia Historia**, n. 27, julho, 2002.

MARTINS, Estevão. Historiografia contemporânea: um ensaio de tipologia comparativa. **Varia Historia**, n. 27, julho, 2002.

MEIRA, Ana Lúcia. **O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista. Nova Série**, São Paulo, v.2, p. 9-42, jan./dez. 1994.

MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. **Revista do Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 108-122, 1987.

NEDEL, Letícia Borges. **Paisagens da província: o regionalismo sul-riograndense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinqüenta.** 1999. Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Os intelectuais e o nacionalismo. **Seminário Folclore e Cultura Popular: as várias faces de um debate.** Rio de Janeiro: Funarte, 2000.

PESAVENTO, Sandra. **Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades.** Revista Nuevos Mundos, Nouveaux Mondes, Paris, CERMA, nº 4, 2004.

PESSÔA, José (Org.). **Lucio Costa: documentos de trabalho.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992.

\_\_\_\_\_. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

POSSAMAI, Zita. **Guardar e celebrar o passado: o Museu de Porto Alegre e as memórias da cidade**. Porto Alegre: UFRGS, 1998. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

PRATS, Llorenç. **Antropologia y patrimonio**. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa (tomo 1)**. Campinas: Papyrus, 1994.

\_\_\_\_\_. **Tempo e narrativa (tomo 3)**. Campinas: Papyrus, 1994.

\_\_\_\_\_. Arquitetura e Narratividade. **Urbanisme**, Paris, n. 303, p 44-51, 1998.

\_\_\_\_\_. L'écriture de l'histoire et la représentation du passe. **Annales HSS**, Paris, n. 4, p. 731-747, 2000.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 97-105, 1996.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a Academia SPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 77-95, 1996.

SAPIEZINSKAS, Aline. **Travessa dos Venezianos: estudo antropológico sobre os significados da casa tombada como patrimônio histórico para seus moradores**. 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. **As Missões orientais e seus antigos domínios**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1979.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. **As paisagens fantásticas e o barroquismo das imagens**. Estudo da memória coletiva de contadores de causos da região missioneira do Rio Grande do Sul. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2004.

STELLO, Vladimir. **Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo: avaliação conceitual das intervenções 1925-1927 e 1930-1940**. 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Escola de Engenharia. Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

WISNIK, Guilherme (Org.). **O risco: Lucio Costa e a utopia moderna**. Depoimentos do filme de Geraldo Mota Filho. Rio de Janeiro: Bang Bang Filmes, 2003.

## **Obras consultadas**

BERND, Zila. Augusto Meyer e o modernismo no Rio Grande do Sul. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 7 agosto 1976. Caderno de Sábado.

BITTENCOURT, José Neves; CHAGAS, Mário (Orgs.) . **Musas**: Revista Brasileira de Museus e Museologia. Rio de Janeiro, n. 2, 2004.

CHAGAS, Mário. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 31, 2005.

CUNHA, Manoela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DIEHL, Astor Antônio. **A matriz da cultura histórica brasileira**: do crescente progresso otimista à crise da razão histórica. Porto Alegre: Edipucrs, 1993.

DUTRA, Eliana. **O ardil totalitário**: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. A dialética da tradição. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 5, nº 12, p. 15-27, fev. 1990.

\_\_\_\_\_. Essa gente do Rio... os intelectuais modernistas cariocas e o modernismo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, p. 62-77, 1993.

GOUVÊA, Paulo de. Dez Anos Sem o Augusto. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 12 julho 1980. Caderno de Sábado.

HAUBERT, Maxime. **A vida quotidiana no Paraguai no tempo dos jesuítas**. Lisboa: Livros do Brasil [s.d.]

MELIÁ, Bartomeu. **O Guarani**: uma bibliografia etnológica. Santo Ângelo: Fundação Missioneira de Ensino Superior, 1987.

\_\_\_\_\_. **El Guaraní conquistado y reducido**. Asunción: Biblioteca Paraguaya de Antropología, 1991.

MORAES, Eduardo Jardim de. **A brasilidade modernista**: sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

NICOLAZZI, Fernando. Uma teoria da história: Paul Ricoeur e a hermenêutica do discurso historiográfico. In: **História em Revista**. Núcleo de documentação histórica, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, v. 9, 2003, p. 45-76.

SANTOS, Maria Cristina dos. Crença e descrença na América Meridional do século XVII. In: DREHER, Martin (org.). **500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: 2002.

\_\_\_\_\_. El Guaraní de Papel. In: **Accion**: revista paraguaya de reflexión y diálogo. Asunción: Centros de Estudios Paraguayos Antonio Guasch, v. 1, n. 177, set. 1997.